



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA**  
**DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**



**VÍVIAN LIBÓRIO DE ALMEIDA**

**O PAPEL DA FETRAF NO APORTE DE POLÍTICAS AOS AGRICULTORES DE  
BASE ECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES - BA**

**SÃO CRISTÓVÃO-SE**

**2015**

**VÍVIAN LIBÓRIO DE ALMEIDA**

**O PAPEL DA FETRAF NO APORTE DE POLÍTICAS AOS AGRICULTORES DE  
BASE ECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES - BA**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do título de mestre em  
Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento e Meio Ambiente da  
Universidade Federal de Sergipe.

Orientador: Prof. Dr. Emílio de Britto  
Negreiros

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Rosa da Rocha  
Araújo

**SÃO CRISTÓVÃO-SE**

**2015**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

A447p Almeida, Vívian Libório de  
O papel da FETRAF-BA no aporte de políticas aos agricultores de base ecológica de Presidente Tancredo Neves-BA / Vívian Libório de Almeida ; orientador Emílio de Britto Negreiros. – São Cristóvão, 2015.  
125 f. : il.

Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) –  
Universidade Federal de Sergipe, 2015.

1. Meio ambiente. 2. Ecologia agrícola. 3. Agricultura familiar. 4. Sindicatos – Trabalhadores rurais. 5. Bahia. I. Negreiros, Emílio de Britto, orient. II. Título.

CDU 502:631.95(813.8)

VÍVIAN LIBÓRIO DE ALMEIDA

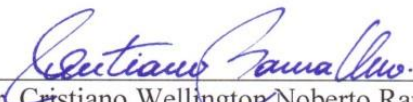
**O PAPEL DA FETRAF NO APORTE DE POLÍTICAS AOS AGRICULTORES  
FAMILIARES DE BASE ECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE  
TANCREDO NEVES**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para a obtenção do título de Mestre, no  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento e Meio Ambiente da  
Universidade Federal de Sergipe.

Aprovada pela Banca Examinadora em 27 de maio de 2015

  
Prof. Dr. Emílio de Britto Negreiros  
Chefe do Departamento de Sociologia  
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Rosa da Rocha Araújo – Coorientadora/ membro interno  
Depto de Pesca-Universidade Federal de Sergipe/PRODEMA

  
Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho - Membro Externo  
Depto de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco

Dr. Edmar Ramos de Siqueira – Membro Externo  
Embrapa Tabuleiros Costeiros

São Cristóvão – Sergipe  
2015

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, da Universidade Federal de Sergipe - UFS, responsável pelo mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, permissão para disponibilizar, reproduzir essa dissertação e emprestar ou vender cópias.

---

Vívian Libório de Almeida

PRODEMA/UFS

---

Dr. Emílio de Brito Negreiros - Orientador

Prof. Dr. Emílio de Brito Negreiros  
Chefe do Departamento de Sociologia  
UFSE - SIAPE 1787443

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA da Universidade Federal de Sergipe - UFS.

*Emílio de Brito Negreiros*

Dr. Emílio de Brito Negreiros

Orientador

Prof. Dr. Emílio de Brito Negreiros  
Chefe do Departamento de Sociologia  
UFPE - SIAPE 1787443



## DEDICATÓRIA

Dedico esse estudo aos milhares de Agricultores de Familiares que se ousam e se desafiam diante das políticas conservadoras;

Aos diversos movimentos sociais do campo brasileiro, que vivem suas contradições, entre a ideologia e a sustentabilidade, e se desafiam na busca por relações igualitárias no campo brasileiro;

Ao meu pai, pela coragem na busca dos seus sonhos, por acreditar em meus sonhos, e pelo apoio incondicional na minha aproximação com o Mundo Rural.

## AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida e as forças da natureza que me movem e impulsiona;

Ao meu companheiro de várias vidas, Aelson Almeida, pelo apoio em todos os momentos e por me auxiliar na minha imersão acadêmica e profissional do Mundo Rural;

A minha mãe Maria, pelo apoio incondicional na vida e pelo companheirismo em todas as jornadas;

Às minhas irmãs (Bárbara e Larissa) e familiares, pelo apoio nos momentos difíceis vivenciados;

Aos dirigentes da FETRAF-BA, Rosival Leite, Joeleno Monteiro, Ana Cláudia e Eliana, pela oportunidade de amadurecimento acadêmico e profissional;

Ao SINTRAF-PTN e a FASE (Silvanei, Carlos, Maria do Amparo, Iara, Fernando e Rosélia), pela abertura e disponibilidade na realização dessa pesquisa;

À Isabel Santos, mãe, avó, dirigente sindical, militante e comprometida com a Agricultura Familiar no município de Presidente Tancredo Neves;

Ao orientador Emílio Britto Negreiros, pela oportunidade e aprendizado adquirido no universo sociológico.



## NATUREZA DAS COISAS

(ACCIOLY NETO)

SE AVEXE NÃO...  
AMANHÃ PODE ACONTECER TUDO  
INCLUSIVE NADA.

SE AVEXE NÃO...  
A LAGARTA RASTEJA  
ATÉ O DIA EM QUE CRIA ASAS.

SE AVEXE NÃO...  
QUE A BURRINHA DA FELICIDADE  
NUNCA SE ATRASA.

SE AVEXE NÃO...  
AMANHÃ ELA PÁRA  
NA PORTA DA TUA CASA

SE AVEXE NÃO...  
TODA CAMINHADA COMEÇA  
NO PRIMEIRO PASSO  
A NATUREZA NÃO TEM PRESSA  
SEGUE SEU COMPASSO  
INEXORAVELMENTE CHEGA LÁ...

SE AVEXE NÃO...  
OBSERVE QUEM VAI  
SUBINDO A LADEIRA  
SEJA PRINCESA OU SEJA LAVADEIRA...  
PRA IR MAIS ALTO  
VAI TER QUE SUAR.

## RESUMO

O meio rural depende do resultado da interação entre homens e recursos naturais e os problemas advindos dessa relação interferem diretamente no desempenho de suas atividades produtivas. Os sujeitos envolvidos na promoção do desenvolvimento local têm que estar atentos e atuantes na busca por amenizar impactos resultantes da ação indiscriminada e descontrolada do homem. A relação historicamente constituída entre o homem e o meio ambiente, onde este é pensado dissociadamente dos aspectos produtivos, tem resultado em efeitos negativos no que concernem aos impactos ambientais, principalmente para a Agricultura Familiar. Essa forma de pensar e agir no campo foram bastante estimulados pela extensão rural, oriunda do modelo difusionista e ofertada pelo setor público estatal. Esse estudo tem como pressuposto as ações da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no Estado da Bahia (FETRAF-BA) que, desde 2004, acompanha, forma, e articula Políticas Públicas para essa categoria social visando ao seu fortalecimento e consolidação. Dessa forma essa proposta tem o objetivo geral de analisar a contribuição da FETRAF – BA enquanto interlocutor de estratégias para o enfrentamento das problemáticas ambientais a partir da percepção dos agricultores de base ecológica. A busca pela análise da interlocução das ações entre a rede de atuação da FETRAF-BA e as Políticas Ambientais a partir dos sujeitos do campo, exigiu a realização da pesquisa qualitativa com a utilização de roteiro semiestruturado e observação participante. A metodologia utilizada na pesquisa faz parte de um processo de produção de conhecimentos que implica em uma ação marcada pelas dimensões científicas e políticas propostas e realizadas por um conjunto de pessoas, caracterizando uma ação coletiva. O estudo possibilitou verificar que a participação da FETRAF-BA foi fundamental na interlocução de Políticas Públicas Rurais e na aproximação das práticas e estratégias de superação de problemas ambientais utilizadas pelos agricultores no desenvolvimento das atividades produtivas. Ademais, esse resultado respalda a necessidade de incremento das estratégias de aproximação das representações dos Agricultores Familiares com as políticas voltadas ao fortalecimento dessa categoria social, mas que garanta a utilização dos recursos naturais de maneira sustentável. Outro aspecto explicitado foi que apesar das discussões existentes sobre as temáticas ambientais, percebeu-se o afastamento das políticas ambientais rurais dos sujeitos do campo e como estas, estão embutidas de formas transversais, em torno de temas como sustentabilidade e agroecologia.

**PALAVRAS – CHAVE:** Agricultura Familiar; Sindicalismo Rural; Agroecologia.

## **ABSTRACT**

The rural areas depends on the outcome of the interaction between men and natural resources and the problems arising from this relationship directly interfere in the performance of their productive activities. The subjects involved in promoting local development have to be vigilant and active in the search for ease impacts of the indiscriminate and uncontrolled action of man. The relationship historically constituted between man and the environment, where it is thought out separately productive aspects, it has resulted in negative effects with concern the environmental impacts, particularly for Family Agriculture. This form of thinking and acting in the field were quite encouraged by extension, derived from the diffusionist model offered by the state and public sector. This study presupposes the actions of the Federation of Workers in Family Agriculture in the State of Bahia (FETRAF - BA) that, since 2004, accompanying form, and articulates public policies for this social category aimed at its strengthening and consolidation. Thus, this proposal has the general objective of analyzing the contribution of FETRAF - BA as the interlocutor strategies for dealing with environmental issues from the perception of ecological farmers. The search for the analysis of the actions dialogue between the network performance of FETRAF-BA and Environmental Policy from the subject field, required the achievement of qualitative research with the use of semi-structured and participant observation. The methodology used in the research is part of a knowledge production process which implies an action marked by scientific dimensions and policy proposals made by a group of people, featuring a class action. The study enabled us to verify that the participation of FETRAF-BA was instrumental in the dialogue of Rural Public Policy and bringing practices and overcoming environmental problems strategies used by farmers in the development of productive activities. Moreover, this result supports the need to increase the reach strategies of representations of family farmers with policies aimed at strengthening this social category, but securing the use of natural resources in a sustainable way. Another aspect was explained despite the existing discussions on environmental issues, it was perceived remoteness of rural environmental policies of the subjects of the field and how these are built-in cross shapes, around sustainability and agroecology.

**KEY - WORDS:** Family Farming; Rural unionism; Agroecology.

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

INTRODUÇÃO..... 1

CAPÍTULO 1- ENTENDENDO AS RELAÇÕES A PARTIR DOS SUJEITOS ..... 17

**1. O AGRICULTOR FAMILIAR DE BASE ECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES ..... 19**

**2. A IMERSÃO DA FETRAF-BA NO INTERIOR DO ESTADO ..... 29**

**3. A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL: O OLHAR A PARTIR DO CAMPO ..... 38**

CAPÍTULO 2 - AGRICULTURA FAMILIAR E AS SUAS ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIDA..... 52

**1. A UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR FRENTE AOS IMPACTOS DA MODERNIDADE ..... 56**

**2. A AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO BAIXO SUL: BREVE CARACTERIZAÇÃO ..... 61**

**3. OS AGRICULTORES ECOLÓGICOS E AS SUAS ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO CAMPO ..... 68**

CAPÍTULO 3 - AGRICULTURA FAMILIAR E ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS PARA O MEIO AMBIENTE..... 79

CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 88

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 91

APÊNDICES ..... 98

ANEXOS ..... 109

## LISTA DE ABREVIACÕES

FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

FETRAF - BA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no Estado da Bahia

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

EMATER-BA – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia

MAPA – Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

EPABA - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado da Bahia

EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural

BAHIATER - Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar

COOTRAF - Cooperativa de Assessoria Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CUT - Central Única dos Trabalhadores

SINTRAFs – Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

STRAFs – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares

COOTRAF – Cooperativa de Assessoria Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar

AGROVIDA – Movimento de Apoio a Agroecologia e a Agricultura Familiar

COOPEHABITAR – Cooperativa de Habitação;

FASE – BA - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional no estado da Bahia

SINTRAF- PTN - Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do município de Presidente Tancredo Neves

ONGs - Organizações Não Governamentais

INCRA - Instituto Nacional de Colonização

CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

UPF – Unidade de Produção Familiar

SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

SAFs - Sistemas Agroflorestais

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DNTR - Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais

SERIN - Secretaria de Relações Institucionais do estado da Bahia

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

EXPOAGRIFAM - Exposição Estadual da Agricultura Familiar

MMA - Ministério do Meio Ambiente

SENAES- Secretaria Nacional da Economia solidaria

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas

SEC - Secretaria de Educação da Bahia

SECULT - Secretaria de Cultura da Bahia

SUAF - Superintendência da Agricultura Familiar

CAR - Companhia de Ação Regional

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento

BB - Banco do Brasil

CMMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente

CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

SEDES - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza

DAP- Declaração de Aptidão ao PRONAF

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> - Ilustração que explica a engrenagem de funcionamento da FETRAF-BA em suas distintas áreas de atuação. (Elaborada pela autora, 2015) .....	06
<b>Figura 02</b> - Figura esquemática sobre a estruturação da FETRAF-BA, onde os sindicatos, cooperativas e pólos regionais representam as suas bases (FETRAF-BA, 2015)..	08
<b>Figura 1.1</b> - Faixa etária dos entrevistados e dos componentes da Unidade de Produção Familiar. (Pesquisa de Campo, 2015) .....	22
<b>Figura 1.2</b> - Nível de escolaridade dos entrevistados e membros da família. (Pesquisa de Campo, 2015) .....	23
<b>Figura 1.3</b> - Formações promovidas no município, promovida pelo Movimento Social local, em áreas diversas. (Pesquisa de Campo, 2015) .....	27
<b>Figura 1.4</b> - Pressupostos de atuação da FETRAF, onde o Desenvolvimento Rural Sustentável está relacionado à esfera econômica. (Documentos da FETRAF- BA, com adaptação da autora, 2015).....	36
<b>Figura 1.5</b> – Fotos demonstrando a negociação da FETRAF-BA com o vice-governador do estado da Bahia, Otto Alencar (2014), à esquerda; Audiência com a SERIN, no ano de 2015 (à direita). (Arquivos da FETRAF – BA).....	42
<b>Figura 1.6</b> - Instituições do setor público que contribuíram durante a EXPOAGRIFAM de diferentes segmentos. (Pesquisa de Campo, 2015).....	44
<b>Figura 1.7</b> – Foto com participantes da Marcha da Agricultura Familiar, realizada no ano de 2014. (Arquivos da FETRAF-BA) .....	44
<b>Figura 2.1</b> – Principais atividades, desenvolvida pelos entrevistados e membros da família, em Presidente Tancredo Neves. (Pesquisa de Campo, 2015).....	71

<b>Figura 2.2</b> - Foto com visão do aterro sanitário (lixão) do Município de Presidente Tancredo Neves, ao fundo da foto da esquerda pode-se identificar uma plantação. (Pesquisa de Campo, 2015).....	78
<b>Figura A</b> - Forma de plantio nas Unidades de Produção Familiares situadas no município de Presidente Tancredo Neves. (Pesquisa de Campo, 2015).....	104
<b>Figura B</b> - Uma das vias de acesso as UPF (à direita); Vista externa de uma das UPFs (à esquerda). (Pesquisa de Campo, 2015).....	105
<b>Figura C</b> - Aplicação do questionário; Aplicação do questionário com visita a UPF. (Pesquisa de Campo, 2015).....	105
<b>Figura D</b> - Visão panorâmica de uma assembleia realizada no dia 01 de novembro de 2014. (Pesquisa de Campo, 2015).....	105
<b>Figura E</b> - Produção de hortaliças nos quintais; O uso de casca de ovos para o controle de lagartas nas hortaliças. (Pesquisa de Campo, 2015).....	106
<b>Figura F</b> - Produção de aves e suínos. (Pesquisa de Campo, 2015).....	106
<b>Figura G</b> - Produção de aves semi confinados em uma UPF. (Pesquisa de Campo, 2015).....	106
<b>Figura H</b> - Realização de intercâmbio com os Agricultores Familiares. (Pesquisa de Campo, 2015).....	107
<b>Figura I</b> - Realização de intercâmbio com os Agricultores Familiares. (Pesquisa de Campo, 2015).....	107
<b>Figura J</b> - Dia de campo com os Agricultores Familiares, promovido pela FASE em uma comunidade situada no município de Presidente Tancredo Neves. (Pesquisa de Campo, 2015).....	107



- Figura L** - Produtos expostos do município de Presidente Tancredo Neves e do território Baixo Sul, durante a Feira da Agricultura Familiar (EXPOAGRIFAM), promovida pela FETRAF (Pesquisa de Campo, 2013) .....108
- Figura M** - Manifestações culturais existente no Território do Baixo Sul. Apresentação realizada durante a Feira da Agricultura Familiar (EXPOAGRIFAM), promovida pela FETRAF. (Pesquisa de Campo, 2013) .....108
- Figura N** - Manifestações culturais existente no Território do Baixo Sul. Apresentação realizada durante a Feira da Agricultura Familiar (EXPOAGRIFAM), promovida pela FETRAF. (FETRAF-BA, 2013).....108
- Figura O** - Território de Identidade Baixo Sul. (CET/BA, 2010)..... 109
- Figura P** - Estado da Bahia com os respectivos Territórios de Identidade – círculo azul, município de Oliveira dos Brejinhos; círculo vermelho, município de Presidente Tancredo Neves. (SEI, 2012, com adaptações da autora)..... 109
- Figura Q** - Município de Presidente Tancredo Neves. (IBGE, 2015).....110

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 2.1</b> – A condição do produtor de acordo com a área do estabelecimento e o número de estabelecimentos. (IBGE, 2006).....	62
<b>Tabela 2.2</b> – A condição legal do produtor de acordo com a área do estabelecimento e o número de estabelecimentos. (IBGE, 2006).....	63
<b>Tabela 2.3</b> – Os sistemas de preparo do solo utilizados no município de Presidente Tancredo Neves relacionados com os números de estabelecimentos. (IBGE, 2006).....	64
<b>Tabela 2.4</b> - A forma de utilização da terra relacionada a quantidade de área e ao número de estabelecimentos. (IBGE, 2006).....	65
<b>Tabela 2.5</b> - A produção pecuária do município, relacionando o número de cabeça com o número de estabelecimentos agropecuários. (IBGE, 2006).....	66
<b>Tabela 2.6</b> - A produção da lavoura temporária relacionando o número de estabelecimentos agropecuários, a quantidade produzida e o valor da produção. (IBGE, 2006).....	67
<b>Tabela A</b> - Caracterização dos entrevistados no município de Presidente Tancredo Neves. (Pesquisa de Campo, 2015).....	98
<b>Tabela C</b> - Algumas Políticas Ambientais disponíveis para a população situada no município de Presidente Tancredo Neves – BA (Site SEMA-BA e MMA, 2015).....	102

## INTRODUÇÃO

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no Estado da Bahia (FETRAF - BA) tem exercido um importante papel na interlocução e aproximação de políticas públicas rurais para agricultores e agricultoras familiares, em diferentes áreas. Podem-se citar, enquanto exemplo, a promoção ao acesso a terra, assistência técnica e extensão rural (ATER), habitação, cadastro ambiental rural, educação, previdência, saúde dentre outros. Além de reivindicar e contribuir com a formulação de algumas políticas, participando de audiências públicas, reuniões, grupos de trabalho, conselhos e comissões, tornou-se também executores, em alguns momentos, contribuindo com o poder público a partir de editais, parcerias e convênios, com destaque, nas áreas de ATER, habitação e educação.

Contudo, considerando às crescentes demandas dos agricultores familiares, a FETRAF, não tem se dedicado o suficiente, na construção de projetos que assegurem a avaliação sistemática dos resultados das ações para os beneficiários a partir da vivência de quem está diariamente exercendo as atividades produtivas. Nesse sentido, no desenvolvimento da pesquisa e a partir das hipóteses, algumas questões foram norteadoras para entender esse processo: De que forma os agricultores veem à atuação da entidade? Existem avanços na forma ou na qualidade da produção?

Assim, esta dissertação discute de que forma a FETRAF-BA interfere nas estratégias de sobrevivência da agricultura de base ecológica e como as políticas e ações ambientais estão inseridas nesse processo. A agricultura de base ecológica aqui é vista como um segmento da produção rural sustentada nas relações familiares, que já possuem ou aprenderam com as instituições que compõem a rede FETRAF-BA, técnicas sustentáveis de manejo do solo e água, controle pragas, doenças e plantas espontâneas.

Outra premissa do presente estudo foi à fundamental compreensão do papel da agricultura de base familiar na produção de alimentos e na ocupação e geração de renda no campo. É um público, que possui uma relação diferenciada com os meios de produção, por ser o ambiente onde se estabelece os vínculos familiares e comunitários. Para tal, é preciso garantir que os meios de produção não se esgotem, pois a propriedade rural é o local onde os sujeitos produzem e reproduzem a vida e o cotidiano.

O meio rural tem sofrido significativamente com impactos negativos sobre o ambiente oriundos de ações antrópicas. A degradação ambiental resulta no enfraquecimento dos agricultores familiares que têm uma relação com os recursos natural superior, pois precisa diretamente do espaço rural para sobreviver, considerando uma pessoa que mora na cidade,

que tem como fonte de renda outros setores (indústria, comércio, prestação de serviço, dentre outros), ou quem não têm vínculo com a propriedade e recursos financeiros para migrar quando o solo é exaurido pelo manejo inadequado, no caso dos latifundiários vinculados ao agronegócio conservador, cuja forma de produção é alicerçada na mecanização intensiva, monocultivo e na adoção de insumos químicos.

É preciso compreender a atual situação do campo, e considerando como parte fundamental, os agricultores e agricultoras familiares, os jovens e os idosos que aí residem. Devido ao processo de modernização iniciado na década de 1950, no Brasil, o ambiente tem sofrido as consequências da inserção de pacotes tecnológicos que não levam em consideração as especificidades sociais, econômicas, culturais e ambientais da produção alicerçada em bases familiares.

Ainda no século XXI, apesar da excessiva discussão sobre o modelo de desenvolvimento do campo, no e para o campo, sustentável e redutor das desigualdades sociais, observa-se no Meio Rural, uma deficiência na efetividade das políticas públicas voltada a atender às questões socioambientais.

O meio rural é uma composição entre os recursos naturais, aspectos sociais, culturais e econômicos no campo. Local onde as relações são diferenciadas da cidade, onde a terra e a famílias são fundamentais para o estabelecimento e permanência das pessoas. E os espaços de produção são também responsáveis pelo estreitamento da relação familiar e comunitária a partir da convivência construída e das práticas cotidianas, como os mutirões, principalmente no período da colheita.

O Meio Rural nesse estudo, não é entendido com uma oposição ao meio urbano, tampouco a partir da delimitação administrativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para os estudos sociológicos sobre o meio rural, este deve ser compreendido em sua complexidade e relações. Ou seja, em sua relação com as cidades de dependência e reciprocidade; em sua relação com o meio natural, considerando a proximidade com o ambiente ainda não artificializado; e sua relativa dispersão populacional incorporando, inclusive pequenas cidades e povoados (ABRAMOVAY, 2009; VEIGA, 2003).

O Agricultor Familiar, no desenvolvimento das atividades, depende do resultado da natureza para produzir alimentos e insumos e os impactos ambientais interferem diretamente no desempenho de suas atividades produtivas. Nesse sentido, os sujeitos envolvidos na promoção do desenvolvimento local, movimentos sociais, poder público e agricultores, têm que estar atentos e atuantes na busca por amenizar os resultados da ação indiscriminada e descontrolada do homem.

No desenvolvimento de suas ações, os/as agricultores/as familiares mantêm uma relação intrínseca com o ambiente, onde vivem, pois é nele que se estabelecem suas relações socioprodutivas, principalmente como fonte de sobrevivência, na promoção da segurança alimentar e nos vínculos familiares construídos.

O agricultor de base familiar não deve ser pensado dissociado das questões ambientais. A importância de estudos sobre a relação do homem com a natureza compõe um núcleo explicativo segundo José de Souza Martins,

(...) o homem que na atividade por meio da qual atua sobre a natureza para saciar-se, para atender suas necessidades, modifica sua natureza e modifica suas próprias condições de vida, modificando ao mesmo tempo sua relação com a natureza. Deixando, portanto, de ser repetitivo e reativo. Desafiando a imaginar e criar modificando-se ao mesmo tempo, constituindo-se como humano, humanizando-se. (MARTINS, 2008, p. 99).

A relação historicamente constituída entre o homem e o meio ambiente, onde o meio ambiente é pensado separadamente dos aspectos produtivos, tem resultado em impactos ambientais negativos e que afetam diretamente os agricultores familiares. Essa forma de atuação foi também estimulada pela assistência técnica, realizada pelo setor público, no estado, a Empresa de Assistência e Extensão Rural da Bahia (EMATER-BA) <sup>1</sup>. Diante dos impactos resultantes da ‘modernização dolorosa’<sup>2</sup> do campo, um novo olhar multifacetário é essencial. “O olhar fragmentado e puramente técnico resulta na inserção dos agricultores no mundo moderno” (WANDERLEY, 2009, p. 63).

Na agricultura de base familiar, não se deve pensar e/ou executar apenas a técnica, enquanto método, ou a adoção de tecnologias enquanto instrumentos, negligenciando as questões socioculturais, os hábitos e os costumes. No desenvolvimento do trabalho, o olhar do

---

<sup>1</sup> A EMATER/BA na década de 90 é extinta, com a fusão dessa empresa de extensão com a de pesquisa (Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado da Bahia – EPABA), em 1991, surge a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), que mantém o modelo difusionista de ATER, desconsiderando ou pouco considerando as especificidades socioculturais da Agricultura Familiar. Resultado de muitas críticas, principalmente dos movimentos, em 2015 a EBDA é também extinta. Vinculada à recém-criada Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), que tem como um dos princípios norteadores a agroecologia cria-se também, a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), cuja finalidade é formular, articular e executar políticas, programas, projetos e ações voltadas para a reforma agrária e o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. (BAHIA, 2014).

<sup>2</sup> Termo utilizado por José Graziano da Silva em seu livro denominado, A Modernização Dolorosa, que retrata o processo de industrialização do Brasil com a apropriação das condições naturais e a fabricação dessas mesmas condições quando ausentes. Situação que resultou em aspectos negativos (degradação ambiental, êxodo rural, marginalização da produção em pequena escala, dentre outros aspectos) para o mundo rural.

pesquisador, levou em consideração esse pressuposto, que se tornou ainda mais evidente a partir da coleta dos dados.

Esses agricultores enquanto principais produtores de alimentos, base da população brasileira como, feijão, mandioca, leite, hortaliças dentre outros, historicamente, foram negligenciados pelo poder público. Na execução de políticas públicas rurais na esfera federal, que tinha exclusivamente o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) como órgão responsável, e a maior parte das políticas e consequentemente o orçamento voltados para atender as demandas do agronegócio. A partir de mobilizações e reivindicações dos movimentos sociais, cria-se em 1999, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que tem como uma das competências promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das regiões.

Além da formulação e implantação de políticas específicas para as várias modalidades de agricultura de base familiar (quilombolas, ribeirinhos, extrativistas), como, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Sob a égide do MDA, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o único Programa específico para a Agricultura Familiar no MAPA, que passa por significativas mudanças satisfatórias para os agricultores<sup>3</sup>.

Com a criação da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), autarquia vinculada ao MDA e que abarcou as diversas linhas de PRONAF e demais programas ligados à agricultura familiar brasileira, existe um aumento significativo do orçamento e uma ampliação das modalidades de crédito. Nessa nova estrutura organizacional, o tema da agricultura familiar ganhou mais espaço, tanto na esfera pública federal, como em sua visibilidade junto à sociedade civil (SCHNEIDER, 2004).

A capacidade de articulação institucional e resistência nas adversidades do campo justificam a ênfase nessa categoria, que possui uma importância histórica, social e econômica, enquanto modalidade de organização social e produtiva, apresentada e representada no campo brasileiro, em particular, nos estados do Nordeste do país. Nessa perspectiva, os milhões de agricultores e agricultoras familiares são responsáveis pela conquista de direitos, transformando a favor dos trabalhadores e trabalhadoras as políticas agrícolas e agrárias do Brasil.

---

<sup>3</sup> Redução das taxas de juros, aumento das carências, criação de diversas modalidades de acesso ao Crédito, como custeio, agroindústria, agroecologia, gênero, jovem, dentre outras, de acordo com a demanda dos Agricultores Familiares.

Esses movimentos são considerados, ações coletivas, fundamentais para a inclusão dos sujeitos do campo nas agendas de governo. Existem diversas estratégias a partir da organização dessa categoria social, como reivindicações, e negociações junto ao Estado, nas esferas, federal e estadual. Tornando esses sujeitos visíveis às políticas públicas rurais. Essas articulações junto às esferas públicas são realizadas pelos movimentos sociais, que defendem esse grupo de acordo com sua forma de atuação, entretanto a questão ambiental precisa perpassar todas as esferas, haja vista que, os recursos naturais são fundamentais na produção e reprodução da vida dos homens e mulheres do campo.

No presente, a FETRAF-BA, envolve necessariamente, nas suas diversas etapas, discussões sobre o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar e o papel de suas organizações: sindicatos, associações, cooperativas, movimentos, dentre outros. O movimento social, como sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural (GOHN, 2008a).

Nesse sentido, o estudo se propõe a investigar o papel da FETRAF-BA, a partir de sua rede de atuação base sindical e ONG (estrutura que será detalhada posteriormente durante esta introdução), nas ações formativas e na construção coletiva de estratégias para o enfrentamento das problemáticas na produção agropecuária e ambientais. Esse estudo foi realizado, a partir das ações da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no Estado da Bahia (FETRAF-BA), que desde 2004, acompanha e forma, sujeitos do campo, além de articular Políticas Públicas para agricultores/as familiares com o objetivo de fortalecer e consolidar a Agricultura Familiar a partir do acesso às Políticas Públicas Rurais.

Esta federação surge no movimento sindical, tendo como base, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), cujo objetivo é construir um novo sindicalismo, diferente do sindicalismo tradicional que está alicerçado, basicamente, na prestação de serviço previdenciário. A partir deste estudo, considera-se essa Federação também enquanto movimento social, pois reivindica e contribui com a construção de políticas públicas.

Essa entidade, enquanto Movimento Sindical possui a missão de consolidar a organização de suas bases sindicais, na diversidade organizativa, dos sindicatos, cooperativas, associações e grupos, amparado no desenvolvimento econômico e na busca pela melhoria da vida social, ancorada nos princípios da solidariedade e na produção sustentável. Assim, a execução de suas ações adota a agroecologia como matriz tecnológica fundamental nos biomas existentes no Estado da Bahia, em três áreas de atuação: Educação; Habitação e Assistência Técnica (Figura 01).



**Figura 01** - Ilustração que explica a engrenagem de funcionamento da FETRAF-BA em suas distintas áreas de atuação.  
(Elaborada pela autora, 2015)

A Educação é a ação fundante da FETRAF, que surgiu a partir de uma proposta de elevação de escolaridade para lideranças sindicais, insatisfeitas com o modelo sindical da base contagiana; a habitação é articulada pela entidade, mas quem executa as propostas é a COOPEHABITAR, é uma cooperativa de habitação composta por dirigentes e pela base sindical da FETRAF; as ações de ATER são a partir dos projetos pleiteados junto à esfera pública, são voltados para implantação de sistemas sócioprodutivos com base na produção agroecológica.

A pesquisa analisou a atuação da FETRAF-BA no aprofundamento das questões ambientais inerentes a Agricultura Familiar onde à entidade tem atuado nos últimos 08 (oito) anos. No desenvolvimento da proposta, percebeu-se, como o reconhecimento das Políticas Ambientais é limitado, principalmente na percepção de agricultores de base ecológica. Observaram-se também como os dirigentes e técnicos responsáveis na entidade executam as ações que visam à preservação ambiental.

Sobre a estratégia de atuação da entidade descrita na *home Page* da FETRAF-BA:

(...) integração de políticas públicas atuando junto ao poder público, discutindo a necessidade e disputando as prioridades dos investimentos, tanto na produção rural, quanto na instalação da infraestrutura necessária para tornar mais cidadã à vida no campo, principalmente para os jovens e mulheres (Educação, Saúde, Energia, Habitação, renda, etc). Também tem como estratégia a formação de novas lideranças, e gestores da agricultura familiar propositivo, críticos e executores de programas e políticas de desenvolvimento sustentável e solidário para agricultura familiar. (FETRAF-BA, 2013).



No Brasil, a partir dos anos 1990, existiu uma tendência dos grupos sociais se organizarem em rede também como uma forma de sobrevivência (GOHN, 2008b). A FETRAF por se tratar de uma organização sindical tem se consolidado a partir de uma rede de atuação estruturada da seguinte forma:

- ✓ SINTRAFs – Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar;
- ✓ STRAFs – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares;
- ✓ COOTRAF – Cooperativa de Assessoria Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar;
- ✓ AGROVIDA – Movimento de Apoio a Agroecologia e a Agricultura Familiar;
- ✓ COOPEHABITAR – Cooperativa de Habitação;
- ✓ FASE – BA - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional do estado da Bahia.

No desenvolvimento da pesquisa, tendo como ponto de partida a hipótese, e esta vista como “resposta provisória, pois ocorre anterior a pesquisa” (AZEVEDO, 2000, p.46), foi levantada a seguinte questão: **os movimentos sociais do campo têm participação fundamental na interlocução de Políticas Públicas Rurais, e na aproximação das estratégias de superação das problemáticas ambientais, utilizadas pelos agricultores no desenvolvimento das atividades produtivas, no sentido de que, esses atores reivindicam e articulam políticas públicas específicas para este público.**

Outra questão investigada foi se **os agricultores de base ecológica são atingidos e/ou percebem a política ambiental proposta pelo poder público e como se dá esse acesso.**

Dessa forma essa proposta tem o objetivo geral de *analisar o papel da FETRAF – BA enquanto interlocutora de estratégias para o enfrentamento das problemáticas ambientais a partir da percepção dos agricultores de base ecológica* utilizando o levantamento de dados primários, secundário, acompanhamento de algumas atividades para agricultores familiares na região, aplicação de questionários e análise documental.

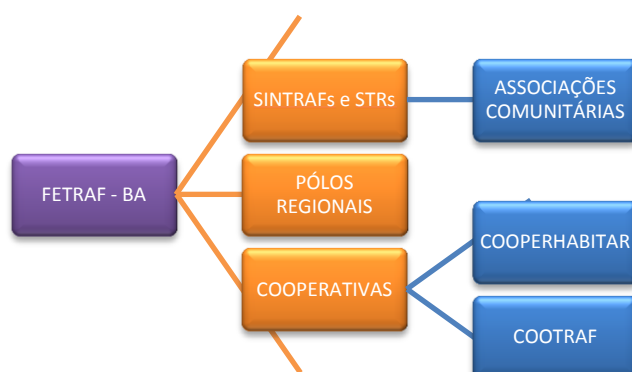
Com objetivos específicos almeja-se, 1) *compreender quem são esses sujeitos que estão no campo e como se dá a aproximação da FETRAF- BA enquanto Movimento Social*, para tal será feita uma caracterização dos agricultores familiares de base ecológica como e em que conjuntura um movimento sindical assume a postura de movimento social; 2) *entender as estratégias de enfrentamento das problemáticas ambientais utilizada pelos agricultores no*

*desenvolvimento das atividades produtivas*, para alcançar esse ponto buscou-se perceber como os sujeitos do campo lidam com as questões produtivas e ambientais, ou seja, se essas atitudes representam saberes adquiridos com a experiência ou se existe interferência do movimento social; e, 3) *identificar as Políticas Ambientais Rurais específicas para a Agricultura Familiar existentes nas esferas federal e estadual e a relação dessas com a agricultura familiar*, como o poder público interfere no ‘modo de vida dos agricultores familiares de base ecológica.

Para atingir o objetivo de compreender o papel da FETRAF – BA, no que concernem as práticas formativas para o enfrentamento das problemáticas ambientais a partir da percepção dos agricultores de base ecológica, esta introdução apresenta a definição da unidade de análise, da metodologia, atividades e instrumentos.

Para definição da unidade de análise foram observadas, no estado da Bahia, regiões que possuem atuação das três ações da FETRAF (habitação, educação e ATER), seja de forma direta ou articulada pelos parceiros e base estabelecida a partir dos SINTRAFs. Também foi feito um levantamento com dirigentes da federação sobre as regiões de atuação significativa para a entidade, levando em consideração os aspectos positivos e negativos de aproximação das bases.

A FETRAF-BA se estrutura através de uma rede de parceiros, que se articulam nas comunidades e municípios (Figura 02). Os sindicatos, polos regionais e cooperativas representam suas bases. As ações dessa federação tem o intuito de fortalecer essas organizações. A COOPERHABITAR (Cooperativa de Habitação) e a Cooperativa de Assessoria Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar– COOTRAF (Cooperativa de ATER), apesar de ter Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ diferentes, tem intervenção política e técnica da FETRAF-BA.



**Figura 02** - Figura esquemática sobre a estruturação da FETRAF-BA, onde os sindicatos, cooperativas e polos regionais representam as suas bases. (FETRAF-BA, 2015)

A partir do levantamento de informações sobre locais que possuem as três frentes de atuação, base sindical e alguma organização parceira da FETRAF-BA, junto aos dirigentes dessa federação e por conhecer a realidade de alguns municípios. Foram identificadas duas regiões representativas, uma situada no oeste baiano, território do Velho Chico, no município de Oliveira dos Brejinhos e a segunda no Território Baixo Sul, município de Presidente Tancredo Neves<sup>4</sup>.

O município investigado, Presidente Tancredo Neves, está inserido na Mata Atlântica, bioma importante, devido à importância para a biodiversidade, proteção do solo, preservação e conservação de mananciais. Outro aspecto relevante na escolha foi o fato do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar desse local (SINTRAF- PTN), como ente mobilizador e articulador de políticas públicas rurais ter surgido antes da emancipação do próprio município. Uma quantidade significativa de políticas públicas rurais é efetivada, com a participação da entidade sindical local.

Assim, adotou-se no desenvolvimento, a pesquisa de cunho qualitativo, “a pesquisa qualitativa deve buscar a abordagem pelo mundo ‘lá fora’, entender, descrever e, às vezes explicar os fenômenos sociais ‘de dentro’ de diversas maneiras diferentes” (AGROSINO, 2009, p. 8). Foram feitas entrevistas em espaços distintos (nas propriedades, residência, feiras locais e dia de campo), de acordo com a disponibilidade dos sujeitos. As perguntas foram feitas livremente de acordo com o nível de entendimento, direta ou indiretamente, momento em que também se procedeu com a gravação de áudios.

Evitou-se durante o processo uma visão única, por se tratar de uma realidade do ‘outro’, apesar dos critérios metodológicos e o foco na análise, buscou-se o estabelecimento de diálogos. As perguntas feitas de forma indireta possibilitaram a aquisição de informações

---

<sup>4</sup> A escolha pelo município de Presidente Tancredo Neves se deu pela aproximação da realidade da pesquisadora, no que concernem os aspectos produtivos além da aproximação geográfica, haja vista que o município de Oliveira dos Brejinhos está situado 786 km do estado de Aracaju Sergipe e o município de Presidente Tancredo Neves, 451 km. A distância exacerbada inviabilizaria a execução da proposta no período proposto para finalização da dissertação.

que não estavam previstas, coletadas nos áudios e descritas no verso dos questionários, mas que foram relevantes no desenvolvimento desse trabalho.

O levantamento das informações, com o estabelecimento de diálogos, deixou os agricultores familiares de base ecológica, mais a vontade e disponíveis, principalmente nas entrevistas realizada dentro das residências com a presença de membros da família, onde os presentes ficaram à vontade para participar do processo. A construção da pesquisa foi orientada com base em princípios gerais da pesquisa participante, pois, reconhece-se que ao longo dos séculos, o conhecimento prático e empírico, são meios naturais de direito, possibilitando meios para que as pessoas sobrevivam, crie, produzam e trabalhem. (BORDA, 1984).

A interação entre pesquisador, liderança sindical, técnico de campo, agricultores familiares de base ecológica e os dirigentes da FETRAF, foi importante no favorecimento da participação e na construção coletiva de algumas informações. Essa forma de levantamento das informações que subsidiaram a pesquisa, quando possível, favoreceu a coleta de dados a partir do vivenciado pelos agricultores familiares de base ecológica nas práticas cotidianas.

Nem todos os Agricultores Familiares estão atentos às questões ambientais, ou tem uma produção de pequena escala e diversificada. Devido aos diferentes sujeitos existentes no campo, na definição dos entrevistados, foram estabelecidos alguns parâmetros. Dentro da população de agricultores familiares existentes no município de Presidente Tancredo Neves a amostra foi levantada atendendo aos seguintes critérios:

- ✓ Agricultores Familiares, sindicalizados ao Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no município de Presidente Tancredo Neves;
- ✓ Atendidos e/ou acompanhados por algum órgão ou entidade que ofereça Assistência Técnica e Extensão Rural;
- ✓ Agricultores de Base Ecológica, que são os sujeitos que apresentam as seguintes características: possuem ações de proteção, preservação e/ou gestão do ambiente natural, adoção de práticas conservacionista, possui formas de organização da produção ancoradas em princípios agroecológicos;
- ✓ O meio ambiente e os recursos naturais são base da atividade econômica, porém respeita-se a biodiversidade, a fertilidade dos solos e a boa qualidade dos recursos hídricos.

A busca pela aproximação dos sujeitos envolvidos na pesquisa se iniciou desde junho de 2013 e foi até fevereiro de 2015, pois se acredita que o conhecimento sobre a proposta de

estudo deve ser processual e contínuo a fim de que os atores envolvidos compreendam a necessidade e aplicabilidade da proposta. Em pesquisa de caráter qualitativo é importante a valorização do instrumental humano (ALVES-MAZZOTTI, 1998).

Segundo Tonozi-Reis (2007), a metodologia utilizada na pesquisa faz parte de um processo de produção de conhecimentos que implica em uma ação marcada pelas dimensões científicas e políticas propostas e realizada por um conjunto de pessoas, caracterizando uma ação coletiva. Esse processo se deu quando alguns dos envolvidos foram convidados a conhecer a proposta antes da execução das atividades de campo.

Antes de dar início as atividades de campo, houve uma breve apresentação da pesquisa a alguns sindicalizados e a importância das questões ambientais no estabelecimento das comunidades rurais, durante uma das assembleias ordinária do SINTRAF-PTN, que ocorrem no segundo sábado de cada mês.

As transformações que envolvem as relações entre os seres humanos somente são possíveis a partir do agrupamento de pessoas, no caso analisado, esse movimento se dá com motivação das organizações sociais, “pois este estabelece uma função histórica de mantê-las ou transformá-las em função das relações de produção” (LANE 1984, apud TONOZI-REIS 2007).

Para esse público especificamente, foi necessário uma aproximação da realidade para entender como a problemática ambiental faz parte do cotidiano dos sujeitos do campo. O primeiro contato com os agricultores foi feito por meio do SINTRAF – PTN, que também auxiliou na coleta de material que retratasse alguns elementos do dia a dia desses sujeitos, como se estabelecem a relação com a propriedade, e como se dá a participação dos membros da família, na organização, produção e comercialização.

Sobre a construção da realidade a partir do cotidiano

(...) se quisermos entender a realidade da vida cotidiana é preciso levar em conta o seu caráter intrínseco antes de continuarmos com a análise sociológica propriamente dita. A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente. (BERGER, 1973, p.35).

Durante a realização da atividade de campo buscou-se balizar essa aproximação a fim de garantir a objetividade e clareza na concretização da pesquisa. O estabelecimento da relação entre o conhecimento científico e a realidade estabelecida é importante para o desenvolvimento da prática científica. Segundo Santos

(...) nem todo conhecimento é igualmente falível, e o fato do conhecimento e o mundo material serem realidades qualitativamente diferentes não significa que não haja relação entre eles. Tais relações podem ser concebidas de modo diferente, mas que pelo menos elas contemplam a dimensão prática do conhecimento pelo qual este atua e transforma o mundo material. (SANTOS, 2000, p.72).

Para a conclusão da pesquisa, além das ações junto aos agricultores em campo (entrevistas e observação participante), concomitantemente, foi necessário à utilização de outras ferramentas. Dessa forma a pesquisa se constituiu com as seguintes etapas:

1. **Revisão de Literatura** – percepções contemporâneas sobre o meio rural, os novos movimentos sociais e a caracterização da Agricultura Familiar;
2. **Análise Documental** – identificação das políticas ambientais rurais imersas na comunidade, levantamento a partir de relatórios das atividades juntos aos agricultores ecológicos; leitura de estatutos da FETRAF-BA e do SINTRAF-PTN;
3. **Entrevistas** - Entrevista semiestruturada deixando o sujeito a vontade para expor suas ideias; utilizaram-se, gravadores e máquinas fotográficas, para registrar possíveis informações não contidas no roteiro; As entrevistas ocorreram nas comunidades (residência, área de produção), em espaços de formação coletivos e na feira municipal.
4. **Observação Participativa** – Foi preciso acompanhar a atuação da rede de atuação da FETRAF no âmbito local, enquanto observador, com intuito de perceber as formas de socialização e recepção do conhecimento por parte dos sujeitos envolvidos.

Durante a Revisão de Literatura, além dos aspectos referentes ao meio rural e os novos movimentos sociais, foram feitos o levantamento de dados primários e os secundários simultaneamente durante as atividades em comunidade, com o intuito de ampliar as informações obtidas do banco de dados do IBGE e do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil e caracterizar alguns aspectos da questão agrária do município.

A opção por utilizar mais de um instrumento de coleta de dados, foi com o intuito de conseguir o máximo de informação dos agricultores familiares. A análise documental partiu da leitura do que tem sido realizado pelas entidades que atuam no local do estudo, com o objetivo de não condenar mais compreender como as questões ambientais são discutidas com os sujeitos do campo.

Foi feita a análise de publicações e relatórios de ações estratégicas da FETRAF (Congresso Estadual e/ou Nacional), sendo atenta a forma de inserção da problemática ambiental nas discussões, atas e relatórios disponibilizados pelos dirigentes do SINTRAF de Presidente Tancredo Neves.

Na construção do roteiro de entrevista, foi valorizada a importância da formulação de perguntas adequadas, relacionando-as com os objetivos, para chegar ao roteiro final (Apêndice B), foram feitos testes onde foram aplicados 07(sete) questionários, adotando-se dois tipos de estratégias:

- ✓ O entrevistado preencheu sozinho o próprio roteiro;
- ✓ A pesquisadora foi fazendo perguntas diretas sobre o roteiro;
- ✓ O roteiro foi preenchido pela pesquisadora a partir do discurso indireto.

As três propostas de realização da pesquisa de campo são pertinentes a partir da realidade do entrevistado, no entanto, a realização indireta das questões, apesar de exigir um tempo maior, traz mais elementos que são diretamente ou indiretamente pertinentes à proposta, mas não constam nas questões inseridas no roteiro, durante a realização da pesquisa buscou identificar locais informais a fim de manter a agricultor de base ecológica à vontade em seus posicionamentos.

Durante as entrevistas, a pesquisadora optou por fazer perguntas diretas e discursos indiretos, de acordo com a disponibilidade do agricultor/a, buscando ter o máximo de clareza nas informações a serem coletadas. Os levantamentos de dados, a partir do questionário, não constituíram um pacote fechado, o que resultou em um panorama interessante da realidade que variava de acordo o nível de escolaridade, ou com a aproximação do movimento sindical. Como previsto, a pesquisa de campo evoluiu no instante de seu uso e suas combinações no local, seguiram algumas adaptações de acordo com a realidade.

No entanto no desenvolvimento dessa proposta optou, pela pesquisa qualitativa, misturando perguntas diretas e indiretas orientadas a partir do roteiro semiestruturado. Segundo Poupart (2008), a entrevista de caráter qualitativo possibilita um aprofundamento na perspectiva dos atores sociais, abre possibilidades de conhecer e compreender os dilemas e questionamentos enfrentados pelos atores sociais.

O município de Presidente Tancredo Neves possui cerca de 15.000 agricultores, desses 7.500 são filiados ao SINTRAF-PTN, número expressivo devido à quantidade de aposentados, filhos, mulheres e homens registrados de uma mesma família. Foram aplicados 20 (vinte) questionários, em residências, propriedades rurais, espaços formativos, políticos e

organizativos que pautem as políticas rurais a fim de buscar as experiências, interações e documentos em seu contexto natural, por não conhecer os membros da comunidade, a escolha dos entrevistados foi feita com mediação das lideranças locais. Para a realização de uma pesquisa qualitativa, com uso de entrevistas semiestruturadas e em profundidade, recomenda-se que não se exceda mais de 20 (vinte) pessoas (RICHARDSON apud RAMALHO, 2006). Além dos questionários, concomitantemente, foram feitas 10 (dez) visitas a algumas Unidades de Produção Familiares (UPF) para entender *in locu* como as questões ambientais estão presentes na propriedade.

Atualmente, a FETRAF-BA atua em aproximadamente, 120 (cento e vinte) municípios do estado da Bahia, nessa pesquisa, será analisado apenas o município de Presidente Tancredo Neves<sup>5</sup> devido à particularidade da inserção de uma organização sindical ter surgido anteriormente à emancipação municipal. Com apenas 20 anos de emancipação, o antigo distrito de Itabaína cresceu às margens da BR-101 e segue entre os municípios com o desenvolvimento mais acelerado no Baixo Sul da Bahia (BARBOSA, 2009).

Segundo o documento do Portal da Cidadania (2014), o território do Baixo Sul (Figura - O) possui uma área de 7.168,10 Km<sup>2</sup> e é composto por 14 (quatorze) municípios: Gandu, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães. A população total do território é de 336.624 habitantes, dos quais 151.614 vivem na área rural, o que corresponde a 45,04% do total. Possui 22.048 agricultores familiares, 1.412 famílias assentadas, 39 comunidades quilombolas e 01 terra indígena. Seu IDH médio é 0,63.

O município de Presidente Tancredo Neves, possui uma área territorial de 417.200 km<sup>2</sup> e uma população de 23.846 habitantes, apresenta o IDH médio de 0,55 (IBGE/2010). Com uma economia predominantemente agrícola aproximadamente 65% vivem em sua área rural, formada, em sua grande maioria, por pequenas e médias propriedades que cultivam produtos como: cravo, cacau, guaraná, castanha, banana, mandioca entre outros produtos que são vendidos na sede da cidade (SANTOS, 2013).

---

<sup>5</sup> O município de Presidente Tancredo Neves, antes conhecido como Tabuleiro de Liberina (1940), com a construção da BA 002, surgiu através de comerciantes que vendiam produtos alimentícios e vestuários e compravam produtos agrícolas (farinha de mandioca e cacau), posteriormente o local passou a ser chamado de Itabaína. Com o surgimento da BR 101 por volta de 1957, o povoado começou a desenvolver-se com rapidez, em função da maior facilidade no transporte de cargas, por caminhões. A emancipação política ocorreu em 24 de fevereiro de 1989, aprovada pela Lei Estadual nº 4.836, e publicado no Diário Oficial no dia 25 de fevereiro de 1989 (IBGE, 2014).



Visando facilitar o entendimento a cerca dos sujeitos do campo e interlocução existente entre os Movimentos Sociais e as Políticas Ambientais Rurais a dissertação está estruturada da seguinte forma:

- ✓ **CAPÍTULO 01 – ENTENDENDO AS RELAÇÕES A PARTIR DOS SUJEITOS:** O objetivo do capítulo foi de compreender quem são os sujeitos que estão no campo, os agricultores entrevistados, a FETRAF-BA, o SINTRAF-PTN e a FASE; Como os agricultores familiares emergem enquanto protagonistas desse processo; o histórico de imersão da FETRAF-BA, na construção do novo sindicalismo e na sua configuração enquanto um novo movimento social;
- ✓ **CAPÍTULO 02 – AGRICULTURA FAMILIAR E AS SUAS ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIDA:** Apresentar as estratégias para enfrentamento das problemáticas ambientais utilizada pelos agricultores familiares de base ecológica, no desenvolvimento das atividades sócioprodutivas; Levantar alguns aspectos ambientais, econômicos, produtivos, sociais e organizativos da Agricultura Familiar do território do Baixo Sul, fazendo relação com o município de Presidente Tancredo Neves;
- ✓ **CAPÍTULO 03 – AGRICULTURA FAMILIAR E A ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE:** Para entender a inserção e entraves das políticas ambientais rurais, é preciso compreender a participação dos envolvidos, principalmente, os Agricultores Familiares de Base Ecológica e o Poder Público. Dessa forma, nesse capítulo será analisada a relação da Agricultura Familiar com as Políticas Ambientais e a atuação das organizações que fazem parte da rede FETRAF no município.

Na busca pela compreensão do papel da atuação da rede FETRAF, na interlocução de políticas ambientais a partir do olhar dos sujeitos que estão no campo, algumas categorias de análise foram exploradas e correlacionadas com aspectos teóricos e posteriormente empíricos no decorrer do trabalho são estas: **Agricultura Familiar de Base Ecológica**, como um modelo de produção baseada nas relações familiares e comunitárias, e na preservação dos recursos naturais essenciais para permanência dos sujeitos, que tem origem rural e que desejam continuar no campo; **Movimentos Sociais e sindicais do campo**, agente mobilizador e articulador de comunidades rurais e, enquanto interlocutor e executor de Políticas Públicas Rurais; **Políticas Ambientais Rurais**, enquanto um conjunto de programas, ações e

atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar a sustentabilidade de ecossistemas e dos recursos naturais necessários para o estabelecimento sujeitos do campo e como instrumento de aproximação das questões ambientais aos Agricultores Familiares de Base Ecológica.

## **CAPÍTULO 1 - ENTENDENDO AS RELAÇÕES A PARTIR DOS SUJEITOS**

*“Agricultura Familiar, mãos calejadas que alimentam o povo, semeando terras solidárias, política agrária, plantando um sindicalismo novo”  
(trecho da música Semente Nova).*

Com objetivo de compreender quem são os sujeitos que estão no campo e como se dá a aproximação da FETRAF- BA, este capítulo faz uma breve caracterização dos agricultores familiares que possuem uma relação diferenciada com os recursos naturais, e que participaram de ações promovidas pela FASE-BA ou SINTRAF - PTN e da organização sindical existente no município de Presidente Tancredo Neves, e quais as relações existentes no campo de estudo. Para tal, adotará como elemento central, como os agricultores de base ecológica emergem como protagonistas dessa forma mais sustentável de produção.

Dessa forma, esse capítulo traz alguns elementos para que compreendamos que são os Agricultores Familiares de Base Ecológica, inseridos no município de Presidente Tancredo Neves. Foram também abordados elementos históricos, sobre os movimentos sociais e sindicais, especificamente a partir do momento da redemocratização do Brasil. A busca pelo panorama geral sobre as entidades que compõe a rede de atuação da FETRAF-BA foi preciso, devido à necessidade de compreensão sobre a forma de inserção nas comunidades, do movimento sindical e os movimentos sociais, atuantes no local de estudo.

A importância da agricultura de base familiar para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade contemporânea não deve ser negada, já que esse sujeito, que enquanto categoria social, historicamente, foi marginalizada pelo Estado. Nesse trabalho, devido à busca pela compreensão de aspectos próprios da agricultura familiar, adotou-se como premissa a valorização do histórico e respeito às suas práticas sócioprodutivas. A necessidade dessa postura, durante as ações de intervenção e pesquisa, além de uma opção metodológica da pesquisadora é também uma orientação das ações da FETRAF que nas intervenções políticas e técnicas orienta os dirigentes e os colaboradores na construção coletiva do conhecimento a partir da valorização dos saberes local.

A compreensão das dimensões políticas da FETRAF, enquanto entidade representante de uma categoria social, a partir do vivenciado pelos agricultores familiares de base ecológica beneficiada por alguma ação dessa entidade em suas distintas áreas de atuação (ATER,

educação, habitação, previdência rural, dentre outras). Os agricultores longe de corresponder a um destino, definido ideologicamente, negando o seu histórico, emerge como resultado de sua capacidade de resistência e de inovação ante as imposições ‘externas’ da sociedade e, em particular do mercado, em função dos projetos familiares (WANDERLEY, 2009).

Ao considerar os aspectos, sociopolítico, cultural e produtivo, esses sujeitos trazem uma significativa carga histórica, estabelecida a partir das relações familiares de trabalho, que resulta na consolidação do tecido social comunitário, processo que os tornam importantes agentes sociais. Segundo Wanderley (2009), deve-se reconhecer, no produtor familiar, sua possível condição de agente social e de progresso para conseqüentemente, legitimá-lo, do ponto de vista social e político.

Neste estudo percebe-se a FETRAF - BA, como um movimento social, que articula diversos segmentos da sociedade civil organizado (sindicatos, ONGs, Cooperativas). Articula e reivindica junto ao estado permanência do homem do campo de acordo suas origens, a partir do fortalecimento dos arranjos sócioprodutivos ancorada nos princípios do Desenvolvimento Rural Sustentável.

Sua atuação no estado da Bahia se caracteriza como uma ação coletiva em rede com estabelecimento do pacto de confiança entre organizações e entidades. No município pesquisado a federação atua a partir do SINTRAF (Sindicato Municipal) e da FASE (ONG). Para promover novas práticas produtivas, tem sido importante a assessoria de organizações não governamentais (ONGs) que vêm construindo críticas aos efeitos perversos do processo de modernização da agricultura (PICOLOTTO, 2013).

Diante dos estudos realizados entendem-se os movimentos sociais do campo como instituições que reivindicam e articulam junto ao estado políticas públicas para a agricultura familiar. A FETRAF em sua atuação além de estabelecer uma rede de atuação, discute e executa políticas públicas, além de articular ações de reivindicações contra o governo do Estado.

No município de Presidente Tancredo Neves, a referida federação, possui uma base sindical que executa ações de prestação de serviço e compõe a esfera municipal, assumindo representações em conselhos municipais, além de promover espaços de formação com temáticas diversas de interesse da agricultura familiar em parceria com a FASE.

A relação dessas organizações com os sujeitos presentes no campo, nesse município, foi evidenciada durante a pesquisa de campo. O envolvimento e o empoderamento das ações promovidas pela FETRAF são identificados nas falas e nas visitas as propriedades rurais, que possuem diversas ações de fortalecimento desse público, a partir da FASE, são executados

projetos de geração de renda para mulheres e jovens ancorados na produção agroecológica com implantação de núcleos produtivos. São realizados pelo SINTRAF seminários e eventos que além de informações sobre os processos produtivos, valorizam os agricultores, como os festejos relacionados ao Dia do Trabalhador e Feiras regionais e territoriais com produtos específicos de origem das Unidades de Produção Familiares.

## **1. O AGRICULTOR FAMILIAR DE BASE ECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES**

Os agricultores familiares do município de Presidente Tancredo Neves, trazem uma carga sociocultural e histórica, na capacidade de mobilização em defesa, de projetos específicos para a categoria e, na preservação de aspectos culturais, hábitos e costumes transmitidos por gerações. Essa relação é evidenciada pelo vínculo com a propriedade e com a comunidade rural, fator importante para o desenvolvimento agrário do município, pois fortalece a necessidade de permanência no campo. Apesar de haver estudos acadêmicos sobre essa categoria, a identificação com a nomenclatura, agricultor familiar, se consolida a partir da criação de uma legislação específica que orienta as ações para esse público.

Segundo a política federal apoiada na lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, são considerados agricultores familiares àqueles que praticam atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: 1) não detenham área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais<sup>6</sup>; 2) utilizem predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; 3) tenham percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; 4) dirijam seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Sobre a renovação acerca do olhar destinado a essa categoria, a autora Maria de Nazareth Wanderley afirma o seguinte:

---

<sup>6</sup> É uma unidade de medida fixada diferentemente para cada município de acordo com a Lei nº 6.746/79, que leva em conta o tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar (BRASIL, 2012).

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização com significado e abrangência que lhe tem atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. (WANDERLEY, 2001, p. 21).

Anterior a essa legislação, organizações, instituições públicas e autores vinculados à academia, descreveram algumas características sobre essa categoria. Segundo a Organização das Nações Unidas e o Instituto Nacional de Colonização – INCRA (1996) apud Tedesco (2001), a definição toma como base três características: a gerência da propriedade é feita pela família; o trabalho é desempenhado em grande parte pela família; os fatores de produção pertencem à família.

A renovação desse termo é também resultado da inserção de políticas públicas específicas para essa categoria social, processo que contou com a atuação do movimento sindical campo. Segundo Schneider (2003), a denominação genérica de agricultor familiar foi apoiada pelos movimentos sociais do campo, representados pelo sindicalismo rural de base da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e pelo cenário institucional brasileiro a partir da criação do MDA, que estimulou no fortalecimento desse público com a expansão específica no financiamento no âmbito do PRONAF.

O fortalecimento da agricultura de base familiar resultou em aspecto interessante no rural brasileiro, onde os sujeitos do campo, estimulados por ações do Estado, e de movimentos de luta pela terra, ressignificam o espaço rural, e assim a propriedade familiar. “As mudanças ocorridas na agricultura brasileira não foram apenas de caráter econômico e tecnológico e nem se limitaram ao campo, elas afetaram profundamente toda a sociedade brasileira” (SOTO, 2002, p. 61).

Nesse estudo, os atores que participaram da pesquisa, possuem em média, 20 (vinte) anos na mesma comunidade rural. São sujeitos, que ao mesmo tempo em que são proprietários dos meios de produção, assumem trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLEY, 2001).

Dos entrevistados, ficou evidente a identificação com a propriedade, as falas são firmes quando se definem como agricultores familiares ou agricultoras familiares, pois os aspectos referentes a gênero são enfáticos, ao caracterizar os moradores da Unidade de Produção Familiar (UPF) e a força de trabalho da família, não reconhecem a condição chefe como exclusividade do homem ou da mulher, questão inserida no questionário (Item 2). As

mulheres principalmente se reconhecem enquanto responsáveis pela unidade de produção em conjunto com os maridos, o que pode ser constatado a partir dos relatos,

“Aqui em casa é assim, os dois são responsáveis, quando um está age, quando só o está outro age também. Trabalhamos juntos na roça, se não for assim são dá” (Jurema, 30 anos, Agricultora Familiar).

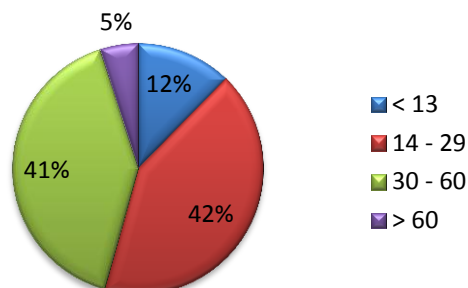
“Os dois (homem e mulher) tem que trabalhar juntos, senão o serviço não rende, os meninos (os filhos com 18 e 16 anos), precisam estudar, quando dá vão pra roça também” (Luzia, 40 anos, Agricultora Familiar)

Mesmo estando à família em casa no momento das entrevistas, a maioria dos homens se recusou a responder as questões, afirmando que a esposa entendia mais, entretanto a maioria permanecia durante a pesquisa. No município as ações da FASE são mais direcionadas as mulheres e jovens, que participam de oficinas, espaços de formação e intercâmbios resultando no domínio maior de informação e diálogo para esse público. Fator que justifica o fato de 70% dos entrevistados serem do gênero feminino.

De maneira geral, os membros da família, possuem uma relação com a propriedade, em uma média de, 03 (três) gerações, anterior a emancipação do município, na maioria dos casos a terra foi herança ou foi cedida pelos pais ou parentes próximos. É um município com predominância de minifúndios, o que interfere na participação dos membros na propriedade, “como nossa terra é pequena, nossos filhos precisam trabalhar na cidade” (Luiz, 52 anos, Agricultor Familiar). Entretanto, no levantamento das informações relacionadas às organizações e movimentos sociais que a família atua (Item 03 do questionário), nenhuma das 20 (vinte) famílias, tem pelo menos um membro em Movimentos de Luta pela Terra.

A população analisada é predominantemente adulta e jovem, 83%, são indivíduos que nasceram ou foram residir na propriedade há muitos anos. Quando investigado a faixa etária dos entrevistados e dos membros da família, constatou-se que a faixa etária predominante é de jovens com 14 a 29 anos (42%), sendo seguidos pela faixa de adultos, com 30 a 60 anos com 41%, os idosos equivalem apenas a 5%, alguns migraram ou deixaram a propriedade para os filhos assumirem, devido à deficiência de serviços básicos, como segurança, infraestrutura e saúde (Figura 1.1).

## Faixa Etária dos Membros



**Figura 1.1** - Faixa etária dos entrevistados e dos componentes da Unidade de Produção Familiar. (Pesquisa de Campo, 2015)

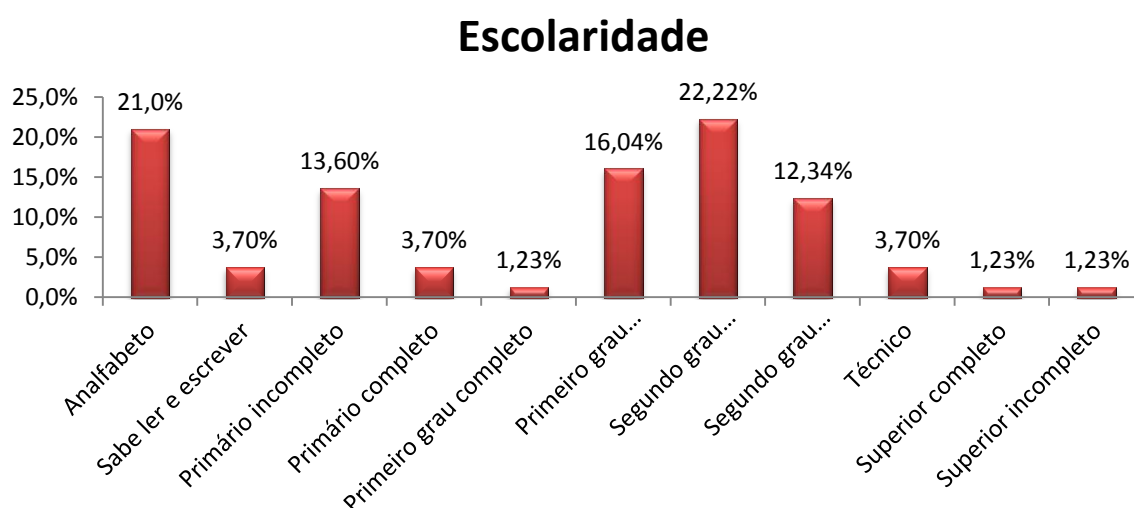
Presidente Tancredo Neves, enquanto município rural possui cerca 15.000 (quinze mil) agricultores familiares, com características e formas de produção variada, do plantio convencional monocultor, com adoção de mecanização e insumos externos (adubos sintéticos), a formas ancoradas nos princípios agroecológicos e mais sustentável ambientalmente. Vinculados ao SINTRAF, são cerca de 7.500 (sete mil e quinhentos), incluindo os aposentados. Como foi preciso entender a atuação da FETRAF-BA no município, a filiação ao sindicato foi o ponto de partida, haja vista que, se configura como a principal representação da federação no local.

Outro aspecto relevante ao estudo foi perceber como a questão ambiental é percebida nos processos sócioprodutivos pelos sujeitos do campo. Dessa forma, foi preciso delimitar ainda mais o campo de estudo, pois, diante da pluralidade de sujeitos do campo, analisaram-se os sindicalizados ao Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no município de Presidente Tancredo Neves; aqueles, que prioritariamente, são atendidos e/ou acompanhados pela FASE<sup>7</sup>. E, no desenvolvimento das atividades sócio produtivas, possuem ações de proteção, preservação e/ou gestão do ambiente natural com adoção de práticas conservacionista.

<sup>7</sup> A FASE é uma ONG que atua desde 1961 no Brasil, no município de Presidente Tancredo Neves, o SINTRAF/FETRAF dá suporte a essa atuação, com apoio político das ações e disponibilizando a estrutura física do sindicato, em regime de parceria;



São sujeitos que conseguem apontar avanços e desafios em suas comunidades, em aspectos distintos, como educação, saúde e meio ambiente. No município a educação é vista como um problema para as comunidades rurais, pois a falta de qualificação dos professores para atuarem com a Educação do Campo reforça uma visão conservadora de que o campo é um local atrasado. No entanto, nas comunidades, percebeu-se a valorização da educação, enquanto forma de superar as dificuldades existentes no campo. Todos os entrevistados e a maioria dos membros, que tinham idade escolar, possuíam algum nível de escolaridade ou estavam com os estudos em curso. “Quem estuda também ajuda, quando os meninos não estão na escola, ajudam também na roça”, assim afirmou Luiz (52 anos, Agricultor Familiar). São 17 (dezessete) pessoas declaradas como analfabetas (cerca de 21%), desses 10 (dez) possuem idade superior a 30 anos, 07 (sete) são crianças que estão no início da idade escolar, mas fazem parte do quadro enquanto membro das famílias (Figura 1.2).



**Figura 1.2** - Nível de escolaridade dos entrevistados e membros da família. (Pesquisa de Campo, 2015)

O terceiro aspecto observado foi, a forma de organização da produção, se era fundamentada em princípios agroecológicos, onde o meio ambiente e os recursos naturais são base da atividade econômica, pois se respeita biodiversidade, a fertilidade dos solos e a boa qualidade dos recursos hídricos. Nessa característica, durante a visita as propriedades, foi difícil encontrar agricultores familiares que não fossem atendidos simultaneamente pelo

SINTRAF e pela FASE, aspecto que será discutido com mais profundidade no segundo capítulo desse relatório.

No local analisado, segundo os relatos de dirigentes sindicais, essa relação com os meios de produção sempre foi feita de maneira distinta<sup>8</sup>, no entanto, alguns agricultores, influenciados pelo processo de modernização degradaram matas ciliares e mecanizaram solos inapropriados. O Sindicato e a ONG têm estimulado ações como formações, seminários, feiras, projetos, dentre outros que abordam a importância da agricultura desenvolvida a partir dos princípios agroecológicos, aspecto evidenciado em algumas falas.

Além do aspecto temporal, percebeu-se a relação com as propriedades durante visitas realizadas às UPF, onde, identificou-se a existência de espécies ornamentais, medicinais nos quintais, e produção de hortaliças para o consumo da família. Mesmo os que trabalham na cidade (geralmente os filhos), dependendo da distância, condições da estrada e disponibilidade de transporte, retornam diariamente para a UPF ou aos fins de semana, para trabalhar na propriedade rural manejando os quintais e acompanhando os familiares.

As ações formativas promovidas pelos movimentos sociais do campo inseridos em Presidente Tancredo Neves resultaram na elevação da autoestima dos agricultores familiares e no fortalecimento do vínculo com os meios de produção. Sobre essa relação, uma das entrevistadas, que apresentou um evidente domínio da oralidade e de aspecto técnico com o manejo das aves, afirmou o seguinte “agora é ensinado, sabemos o que a terra pode nos dar, nossos filhos não precisam sair para trabalhar em São Paulo” (Maria, 54 anos, Agricultora Familiar).

A forma de produção convencional, socialmente, resultou no êxodo rural. De acordo com os relatos de alguns agricultores,

“Muita gente foi embora para procurar trabalho fora, mas querem voltar. Esses projetos do sindicato ajudam muito, meu menino (filho de 23 anos que participou do projeto de geração de renda da FASE), com os porcos que cria já ajuda na feira”.  
(João, 54 anos, Agricultor Familiar)

---

<sup>8</sup> A maneira distinta da relação com a propriedade rural se caracteriza, quando os entrevistados afirmam que sempre tiveram interesse em cuidar da propriedade, no entanto, não tinham domínio de técnicas que reduzissem os impactos ambientais decorrentes das ações produtivas.

“Era ruim quando meu marido tinha que viajar para trabalhar, eu ficava sozinha com os filhos, agora com as aves conseguimos viver bem na roça” (Edite, 32 anos, Agricultora Familiar)

A migração é um processo muito comum em muitas comunidades rurais, no local, muitos filhos e pais de famílias migravam para outras regiões, como sudeste e centro oeste, para trabalhar na agricultura convencional ou na construção civil. A migração se deve por falta de perspectiva no campo, é preciso perceber que é possível ter uma vida digna, com qualidade e possibilidade, é essencial para a promoção da autoestima e consequentemente, para o fortalecimento da Agricultura Familiar.

No meio rural, segundo Caporal (2004), a partir da década de 1950, se consolida a produção de bens de capital no Brasil, a assistência técnica vê o homem do campo como atrasado, onde a mudança social se daria a partir da introdução de novas técnicas. A agricultura de base familiar, devido, às relações diferenciadas existente com a propriedade rural, no modelo econômico, alicerçado simplesmente na acumulação de capital, tem ocasionado em impactos negativos nas relações com os meios de produção.

A Agricultura Familiar tem uma relação com a propriedade rural diferenciada, para além da atividade agrícola. A unidade de produção é um ambiente onde se estabelecem as relações familiares e comunitárias, o seu funcionamento, corresponde à manutenção e reprodução da família. Segundo Wanderley (2003), a atividade agrícola familiar é vista como o local onde existe a reprodução socioeconômica da família, promoção da segurança alimentar, manutenção do tecido sociocultural e preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Na realidade estudada, observam-se uma intensa relação comunitária, no desenvolvimento das atividades sociais, e nas atividades produtivas individuais e coletivas. Os membros das famílias, de uma maneira geral, se conhecem há muitos anos, alguns parentes (primos, tios, sobrinhos), participam de atividades comemorativas e enfrentam desafios conjuntamente.

Com auxílio de uma proposta executada pela FASE, com alguns grupos de mulheres agroecológicas do município, foram construídos viveiros coletivos para comercialização de fruteiras e implantados nas UPF kits produtivos de acordo com a aptidão das agricultoras familiares. A partir das visitas e de relatos como, “é bom agora temos atividade que gera renda e participamos nas despesas da casa, mostra que a gente tem valor, que a gente pode

viver melhor”, afirmou Elza (47 anos, agricultora familiar). Percebe-se a apropriação dos aspectos produtivos e um fortalecimento desse público que tem se colocado como protagonistas das atividades produtivas em parceria com os companheiros<sup>9</sup>.

Atualmente possui grupos organizados na comunidade, no município e no território. Além das atividades locais, existem atividades territoriais como a Feira de Mulheres Agroecológicas do Território do Baixo Sul, onde as agricultoras comercializam os produtos das UPFs e debatem temas como, violência contra as mulheres, política e a importância da atuação das mulheres em espaços de decisão, dentre outros aspectos.

Além das mulheres, acompanharam-se ações que tinha participação dos demais membros da família, todas as atividades tinham como princípio o manejo ecológico, aspectos que facilitou a identificação dos agricultores de base ecológica. Para entender a estrutura agrária encontrada no município, devem-se entender requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, considerar a participação política e empoderamento dos atores e resultados econômicos dentre outros aspectos também visualizáveis em longo prazo (CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

O agricultor de base ecológica tem uma relação com o espaço de produção para além do econômico,

(...) um agricultor com dupla orientação, que considera a razão técnico-econômica e ao mesmo tempo a questão ambiental, envolvendo outros elementos de ordem cultural ou subjetiva, isto é, um agricultor que tende a construir um projeto de vida segundo uma razão socioambiental ou eco-social. (BRANDENBURG, 1999, p. 264).

Segundo Grzybowski (1987), essa forma de produção ancorada em dimensões políticas, sociais e econômicas, é bastante valorizada pelos movimentos sociais do campo onde, as relações sociais de produção e de propriedade da terra são os norteadores centrais das intervenções. Ao colocar em questão as diversas dimensões sociais e produtivas, surgem solicitações específicas de acordo as diferentes faixas etárias, pois os jovens além de ter uma renda, querem espaços de esporte, lazer, tecnologia de informação e comunicação; os idosos solicitam facilidade no acesso à prestação dos serviços de saúde; as mulheres reivindicam proteção contra a violência e o direito a maternidade segura.

---

<sup>9</sup> Estudos sobre Relações de Gênero na Agricultura de Base Familiar indicam que as mulheres apesar de ter tripla jornada, com os afazeres domésticos e abastecimento de água (em alguns casos), área produtiva e o cuidados com os filhos, entretanto, é vista como ajudadora, que auxilia o conjuge. Ver: OLIVEIRA, R. et al.(2013); CASTILHO e SILVA (2009).

O município não tem hospital para atender serviços de emergência específicos, em caso de parto as mulheres precisam se deslocar para outras cidades, principalmente para Santo Antônio de Jesus que dista a 67 km do município. Tais demandas são também apresentadas ao SINTRAF.

A relação com a terra é vista como um modo de vida, e o campo se aproximam ideológica e geograficamente da cidade, como é o caso da realidade investigada. As estradas são ruins, nos períodos chuvosos, o acesso se torna inviável, ou impossível devido à topografia acidentada, no entanto, devido a pouca distância, na maioria das comunidades, em média 3 à 4 km, os jovens estudam e por vezes trabalham na cidade.

Diante desse contexto, o Sindicato e a FASE, precisam traçar estratégias que aproximem as famílias ao campo, principalmente os jovens, demonstrando as possibilidades de se ter qualidade de vida no campo. Segundo os relatos, existem formações em diversas áreas, abordando os aspectos produtivos, as relações de trabalhistas, saúde no campo, relações de gênero (Figura 1.3).

Quadro demonstrativo com algumas formações promovidas pela rede FETRAF-BA	
Aspecto Produtivo	Áreas Diversas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oficina de Compostagem</li> <li>• Oficina de Adubação Verde</li> <li>• Controle Alternativo de Pragas e Doenças</li> <li>• Cuidados necessários no uso de Agrotóxico</li> <li>• Manejo dos SAFs<sup>10</sup></li> <li>• Intercâmbios para conhecimento de Sistemas Produtivos</li> <li>• Gerenciamento de Recursos Sólidos</li> <li>• Segurança Alimentar e Horticultura</li> <li>• Plantas Medicinais: Cultivo e Processamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saúde e Segurança para o Trabalhador Rural</li> <li>• PROEJA CAMPO: Educação Profissional com Pedagogia da Alternância</li> <li>• Primeiros Socorros</li> <li>• Seminário sobre a Lei Maria da Penha</li> <li>• Direitos e Saude da Mulher</li> <li>• TOPA</li> <li>• Previdência Rural</li> <li>• Cursos Profissionalizantes em Auxiliar Administrativo, atendente de farmácia, informática, cabelereiro, instalação elétrica, mecânica de motos, manicure e pedicure.</li> </ul>

**Figura 1.3** - Formações promovidas no município, promovida pelo Movimento Social local, em áreas diversas. (Pesquisa de Campo, 2015)

<sup>10</sup> SAFs: Sistemas Agroflorestais, são formas de produzir, combinando espécies arbóreas (frutíferas e/ou madeiras) com cultivos agrícolas e/ou criação de animais, de forma simultânea ou em sequência temporal, promovendo benefícios econômicos e ecológicos, dessa forma, os agricultores são orientados a conviver com a mata, recuperar a mata ciliar e evitar o desmatamento.

Os projetos implantados pela FASE fortalecem a Agricultura Familiar, a partir da valorização dos membros da comunidade, estimula a organização dos grupos de mulheres, proíbem a utilização de agrotóxico e o desmatamento das áreas e estimulam o uso de insumos internos da propriedade a partir da diversificação do plantio e preparação de fertilizantes orgânicos. Sobre esses aspectos, afirmaram durante a entrevista,

“Para fazer parte do projeto não pode usar agrotóxico e nem desmatar... É bom aprendemos outro jeito de produzir, mais seguro e saudável”. (Dalvina, 54 anos, Agricultora Familiar)

“Agora está melhor, antes era tudo apagado, menos esclarecido aprendemos muita coisa, produzimos mais, tem gente que vem comprar nossas galinhas aqui na roça por causa da qualidade”. (Adélia, 43 anos, Agricultora Familiar)

“Traz oportunidade dos jovens desenvolver, traz informação... Incentiva que os jovens fiquem na propriedade” (Joaquim, 76 anos, aposentado com Agricultor Familiar).

“Quando eu não tinha a assessoria técnica da FASE era difícil, me sentia apagado, com o conhecimento aplicado na roça consegui comprar um sítio em meu nome”. (Nilmar, 23 anos, Agricultor Familiar)

“Com as formações agora sei que tem formas alternativas de plantar hortaliças, sem agrotóxicos, faz consórcio e sabe a importância de não utilizar produtos químicos” (Edilene, 32 anos, Agricultora Familiar).

Várias questões motivam esses agricultores, agricultoras e jovens, ações diversas de intervenção são propostas pelo sindicato em Presidente Tancredo Neves, com respeito às especificidades locais com o intuito de valorizar a reprodução da vida social. Aspecto necessário diante da pluralidade desses sujeitos do campo

Longe de serem homogêneos o conjunto de proposições, projetos e ações coletivas voltadas para a agricultura diferente ou alternativa – englobam uma enorme diversidade de concepções, experiências e interesses socialmente identificáveis de

acordo com o lugar que ocupam e com o papel que exercem os atores implicados na produção e reprodução da vida social e material. (ALMEIDA, 2009, p. 23).

Alguns jovens que passam pela formação, precisam conviver com os pais que possuem o modelo conservador de produção, “é muito difícil mudar a ideia que vem antes, para não ter briga eu preciso usar o que aprendi, mas seguir também algumas orientações dos pais, com o tempo talvez mude” (Margarida, 29 anos, Agricultora Familiar).

A diversidade de agricultores inseridos no município demonstra o desafio existente, o movimento social local percebe a importância e as limitações da organização comunitária para superação de alguns impactos ambientais. O SINTRAF/FASE foi identificado como um importante parceiro na busca do desenvolvimento rural sustentável.

## **2. A IMERSÃO DA FETRAF-BA NO INTERIOR DO ESTADO**

Com o intuito de entender as relações existentes no campo, no município de Presidente Tancredo Neves, as formas de atuação e modificações do movimento sindical, foi preciso fazer um pequeno resgate sobre o histórico do sindicalismo no Brasil observando as formas de atuação e as articulações históricas.

É preciso identificar a trajetória da FETRAF-BA. Quais são seus objetivos? A quem defendem? Quando e como reivindicam ações específicas para a Agricultura Familiar? Quando se tornam propositivos e executores de políticas públicas diferenciadas? O que os diferenciam do movimento sindical tradicional? Quais são as estratégias de atuação no interior do Estado?

Historicamente o sindicalismo no Brasil, esteve atrelado à economia do país, no final do século XIX. Momento de mudanças significativas ao setor rural, ancorado na produção de café e socialmente com modificações das relações trabalhistas, com a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado; transferência do lucro do café para a indústria; e poder político nas mãos dos cafeicultores.

Na década de 1960, as questões sociais dos agricultores familiares não fazem parte das agendas governamentais. As problemáticas, oriundas da questão fundiária desigual, fazem com que os primeiros movimentos de luta pela terra, se organizem contra o regime ditatorial. E o movimento sindical começa a assumir seu papel na defesa da classe trabalhadora do campo resultando em assassinatos e perseguições de várias lideranças sindicais.

No Brasil, o novo sindicalismo foi um movimento surgido na década de 1970, se caracteriza, por ser classista centrado na autonomia e liberdade sindical, democrático, de massa, organizado nas bases dentre outros aspectos. Surge com o intuito de romper com o sindicalismo tradicional imposto pelo Governo de Getúlio Vargas. Sobre essa proposta de transformação sindical

ao caracterizar o novo sindicalismo, estamos nos referindo a uma parte do movimento que, com seu discurso e sua prática, conseguiu imprimir uma nova dinâmica aos sindicatos, obtendo o reconhecimento de outros setores da sociedade e do próprio governo. Representa a vertente mais avançada do movimento sindical, a mais forte, mas não a única. (ZANETTI, 1993, p.16).

Na década de 80, durante a segunda fase da redemocratização, as reivindicações dos movimentos organizados do campo de base da CONTAG e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), questionavam basicamente a questão fundiária a partir do Plano Nacional de Reforma Agrária. Tendo como objetivo principal, o caráter distributivo da terra a partir da classificação enquanto a produtividade (BISCAIA, 2004).

Com a Constituição de 1988, houve uma restauração dos direitos e da autonomia do movimento sindical, mantendo, no entanto uma forte presença do Estado na regulação das relações entre capital e trabalho. Segundo Bullock

A promulgação da Constituição de 1988 refletiu, no âmbito institucional, as profundas rachaduras que, na prática, o corporativismo estatal inaugurado na era Vargas já vinha sofrendo. Além disso, o ambiente de liberalização do sistema político impactou no conteúdo da nova Carta Magna, refletindo as preocupações democráticas, como a restauração do direito de negociação coletiva, greve e organização sindical. (BULLOCK, 2000, p. 5).

Segundo Regina Paese, ainda sobre a Constituição de 1988, e a importância desta na aproximação democrática dos movimentos sindicais e sociais,

(...) a Constituição mais participativa em seu processo de elaboração, devendo-se reconhecer que os trabalhos da Constituinte transcorreram num clima favorável aos movimentos sociais e, em particular, ao movimento sindical, especialmente em razão da abertura democrática para a qual o mesmo havia contribuído de forma bastante significativa. (PAESE, 2014, p. 5).



Na década de 1980, reforça-se o discurso a cerca da importância de ações específicas para a agricultura de base familiar, que representam uma categoria social e de ação política. Nesse momento, percebe-se que a categoria laboral trabalhador rural não é suficiente para aglutinar todas as complexidades dos sujeitos do campo. Segundo Heribert Schmitz

O nome ‘sindicato dos trabalhadores rurais’ não explicita a diversidade real das categorias sociais que o mesmo comporta como membros associados. Em muitas regiões brasileiras, os agricultores familiares constituem a maior parte dos sócios. Os verdadeiros trabalhadores da agricultura (por exemplo, assalariados, diaristas, empreiteiros, boias-frias) são contratados tanto pela agricultura empresarial quanto pela familiar. Os conflitos sociais entre essas diferentes categorias são escamoteados pelo fato de todas elas serem representadas por um sindicato. (SCHMITZ, 2010, p. 29).

Apesar de identificar a necessidade em ter um seguimento específico, para atender as demandas dos agricultores familiares, o surgimento de outras federações e outros movimentos sindicais ancorados a proposta de novo sindicalismo, não diferenciou os agricultores familiares dos trabalhadores rurais<sup>11</sup>. A criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT<sup>12</sup> em 1983 teve os trabalhadores rurais, composto por agricultores familiares e assalariados rurais, como parte constitutiva fundamental da central (FAVARETO & BITTENCOURT, 2001).

Na década de 1990, os princípios de autonomia e liberdade sindical, previsto na CF/88, não foram cumpridos pelo estado, houve um momento de refluxo, explicado pelo panorama econômico, político e ideológico, que caracterizavam o capitalismo contemporâneo na sua versão neoliberal, com relação ao Estado “sindicalismo pode ser tolerado e até se tornar funcional aos governos neoliberais” (TRÓPIA, 2009, p.17).

Os movimentos sindicais, em seus espaços de discussões, sinalizam a necessidade de resistir ao modelo capitalista de desenvolvimento, “o Congresso de 1997 reconhece que não houve avanços no sentido de garantir a autonomia e liberdade sindical. E as discussões pautaram-se em torno da necessidade de resistir às políticas neoliberais” (PAESE, 2014, p.14).

Apesar das deliberações de construir um sindicalismo afastado da estrutura corporativista, após a institucionalização, a CUT é vítima de contradições, as oposições

<sup>11</sup> Essa é categoria laboral que trabalha no meio rural, que podem não ter o vínculo com a terra, são indivíduos que apenas prestam serviços em propriedades rurais e são remunerados financeiramente por isso.

<sup>12</sup> A CUT que possui crítica à estrutura corporativista do sindicalismo tradicional e na área rural após 1988 passou por um constante crescimento após a criação do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais – DNTR (FAVARETO, 2001).

sindicais evoluíram no sentido de ganhar sindicatos sedimentados, o importante era a posse do sindicato. Essa ação era respaldada pela constituição de 1988, que deu espaço ao diálogo e/ou participação de atores sociais com poder de pressão e reconhecimento social (FAVARETO & BITTENCOURT, 2001).

No caso do sindicalismo rural, na época de crise política e econômica as organizações sindicais partem para negociações junto ao governo e os movimentos sociais do campo no âmbito do MST intensificam os conflitos de terra.

Os paradoxos<sup>13</sup> ocasionados pelo caráter parcial e inacabado da modernização agrícola brasileira resultaram no surgimento de organizações diferentes dos moldes tradicionais do sindicalismo brasileiro. Trata-se de sindicatos, que desenvolveram temas e competências diferentes da tradição sindical brasileira, com novas formas de articular as campanhas salariais, experiências de cooperativismo e de crédito cooperativo (FAVARETO & BITTENCOURT, 2001).

Apesar de o sindicalismo assumir várias bandeiras do Governo, no âmbito do sindicalismo rural, conseguiram-se avanços significativos no que concerne a criação do MDA e o Fortalecimento da Agricultura Familiar no âmbito do PRONAF.

O movimento sindical rural no séc. XXI, com o intuito corporativista e prestador de serviço para o Estado, modifica a postura assumindo também algumas ações reivindicatórias, nesse momento a questão ambiental ainda não assume um papel relevante nas discussões e formações das organizações. Sobre tal aspecto

O movimento sindical vinculado a CONTAG congrega classes e frações de diferentes trabalhadores rurais, constituindo uma base que tem origem na política assistencialista do Estado. A dupla tensão na estrutura sindical que resultou na divisão das federações com um novo vigor na base onde assume um caráter mais ou menos combativo dos sindicatos sendo resultado do movimento. (GRZYBOWSKI, 1987 p. 63).

Segundo a FETRAF sua origem é fundamentada no novo sindicalismo baseado na autonomia e liberdade sindical que foram as principais motivações tendo como ação estratégica de atuação a disseminação da Agricultura familiar alicerçada no desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar através dos principais eixos:

- ✓ Educação contextualizada no campo;

---

<sup>13</sup> Os paradoxos ocasionados pelo processo de modernização que ampliou a desigualdade no campo brasileiro.

- ✓ Mudança da matriz tecnológica de produção com base na agroecologia, visando uma agricultura mais sustentável;
- ✓ Agroindustrialização com agregação de valores aos produtos da agricultura familiar;
- ✓ Identificação de alternativas e mercado e comercialização para produtos da agricultura familiar;
- ✓ Integração de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

A FETRAF - BRASIL/ CUT, surge a partir, de uma organização feita durante o I Encontro Nacional da Agricultura Familiar em Julho de 2004 em Brasília. As discussões a cerca de uma nova federação surge em articulação com a CUT, fundada no início dos anos 1980, insatisfeitos com os rumos tomados pelo sindicalismo tradicional que, perdeu os princípios da liberdade e autonomia sindical suprimido pela intervenção da Ditadura Militar (1964-1984).

Por definição do estatuto, a FETRAF se configura como uma entidade civil com as seguintes características: a) entidade sindical sem finalidade lucrativa; b) entidade com autonomia administrativa, financeira e política; c) entidade constituída por prazo indeterminado com fins de representar, coordenar, executar e dirigir as ações e estudos da defesa dos interesses individuais e coletivos dos Trabalhadores e das Trabalhadoras na Agricultura Familiar no Estado da Bahia.

Anterior a FETRAF – BRASIL/CUT, em abril de 2004, é criada também, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do estado da Bahia (FETRAF-BAHIA/CUT) com a inserção de experiências e, apoio de diversas organizações não governamentais a partir da necessidade de construir “um novo sindicalismo” e com o intuito de atender os agricultores familiares sob uma diferenciada perspectiva.

O seu surgimento se dá a partir de uma proposta de elevação de escolaridade para lideranças sindicais denominada SEMEAR, ocorrida no período de 2002 à 2004, experiência piloto cujo tema era: “ Gestão em Desenvolvimento Sustentável e Solidário para ensino fundamental de dirigentes sindicais”. Inicialmente a proposta foi coordenada pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE e a CUT (FETRAF/BA, 2011).

No entanto é no I Congresso da Agricultura Familiar na Bahia realizado no período de 14 a 16 de abril de 2004, no município de Simões Filho que se formaliza a criação de outra Federação voltada para o público do campo no Estado da Bahia.

Segundo dirigentes da FETRAF-BA, as ações da entidade tem o intuito de desenvolver a organização, ação e formação do trabalho rural, educação do campo, desenvolvimento sustentável e solidário, fortalecimento das lutas pelo acesso a terra e políticas públicas para o meio rural.

A FETRAF - BA tem como missão, promover a organização e a ação dos agricultores e das agricultoras familiares no Estado da Bahia, garantindo a liberdade de organização na busca da construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário, como pressuposto de uma sociedade mais justa e igualitária, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, sob o lema “Produzir alimentos com sustentabilidade e dignidade no campo”.

Por defender as atividades produtivas ancoradas em princípios agroecológicos a questão ambiental tem sido apresentada ou discutida em vários espaços formativos (oficinas, dias de campo, intercâmbios, feiras e exposições) e deliberativos (Congressos, Plenárias, Reuniões Ampliadas com os Sindicatos de Base da FETRAF, Reuniões da Executiva), no entanto Congresso realizado no período de 29 à 31 outubro de 2014 em Feira de Santana a questão ambiental teve um destaque maior.

Segundo Bullock (2000, p.14), diante da necessidade do movimento sindical estabelecer e relação entre capital e trabalho “a capacidade do movimento sindical de influenciar as mudanças que vêm ocorrendo depende, em boa medida, dos seus recursos de poder e das estratégias que possam ser pensadas e implementadas”. Apesar da ênfase governamental, na necessidade de negociação entre as partes, uma das grandes críticas às mudanças que vêm sendo feitas no marco regulatório é justamente a ausência de negociações, especialmente com a CUT (BULLOW, 2000).

No município de Presidente de Tancredo Neves, o movimento sindical rural assumiu o papel de agente mobilizador na ação de emancipação do município. Nesse processo de luta social, as organizações sociais têm assumido importante papel no que concerne a aproximação das políticas públicas aos sujeitos do campo. Em pequenas cidades do interior, os sindicatos são verdadeiras expressões da vida social desses municípios (FAVARETO & BITTENCOURT, 2001, pg. 375).

De acordo com relatos de lideranças comunitárias e sindical, o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no município de Presidente Tancredo Neves (SINTRAF- PTN) foi fundado no dia 19 de fevereiro 1989 com participação de 200 (duzentos) trabalhadores rurais e agricultores familiares. A diretoria do sindical foi criada com

o intuito de lutar pelos direitos sociais dos agricultores camponeses assim como, garantir o acesso ao direito previdenciário e trabalhista, e a organização da categoria para ter acesso à saúde, educação, infraestrutura e etc.

Segundo alguns entrevistados, antes da criação do Sindicato Rural, os sujeitos do campo enfrentavam muito dificuldade no acesso a necessidades básicas como atendimento com saúde e a educação. Os trabalhadores rurais não tinham seus direitos trabalhistas respeitados pelos latifundiários, que proibiam os trabalhadores de participar de espaços de formações. Durante esse período a igreja<sup>14</sup> desempenhava o papel de informar os trabalhadores de seus direitos, o que não era suficiente.

Na década de 1990, o sindicato desenvolveu ações relacionadas à previdência social, onde, junto com o ministério público, homologava as declarações de aposentadoria rurais. Durante todo esse período eram realizadas reuniões nas comunidades explicando o valor que o sindicato tinha para os trabalhadores e a importância da luta coletiva. Neste período, houve também criação de espaços onde havia disputas regionais e estaduais para fortalecer o movimento dos trabalhadores rurais na região como: Polo sindical, Associação regional, Conselho dentre outros.

Atualmente com relação ao acesso a informação, segundo os entrevistados, foi bastante modificada, atualmente os agricultores do município possuem formações promovidas pelo SINTRAF e pela FASE sobre várias temáticas como: Educação profissionalizante, direito das mulheres, informações sobre a Lei Maria da Penha, produção agroecológica, associativismo, saúde da família dentre outras.

Segundo a FETRAF-BA, existe cada vez mais compreensão da necessidade de consolidar as suas estratégias de organização e desenvolvimento da Agricultura Familiar, afirmando seus princípios e pressupostos, modificando práticas e se desafiando a construir uma nova prática organizativa da Agricultura Familiar no Estado da Bahia.

Os documentos adquiridos sobre a instituição demonstram que, para enfrentar os desafios existentes e cumprir sua missão, a Federação se propõe a atuar juntos aos seus sindicatos, formando lideranças, mobilizando-os e articulando-os visando à integração de políticas públicas específicas para o meio rural.

---

<sup>14</sup> Na década de 1990, a Igreja Católica tinha um papel importante nas comunidades rurais, era quem organizava, mobilizava e formava os Agricultores Familiares. Houve participação da instituição religiosa da emancipação do município de Presidente Tancredo Neves a criação de uma cooperativa regional vinculada a Diocese de Amargosa.

Essa forma de atuação integrada tem um objetivo de gerar renda e empoderar os agricultores familiares a partir de projetos ambientalmente sustentáveis e socialmente justos, e na consolidação de sistemas cooperativos de crédito, produção e agroindustrialização dos produtos da Agricultura Familiar.

Nos documentos da FETRAF-BA, os pressupostos de atuação são orientados em quatro principais frentes (Figura 1.4). O poder econômico precisa almejar o Desenvolvimento Rural Sustentável a fim de manter os agricultores familiares no campo.



**Figura 1.4** - Pressupostos de atuação da FETRAF, onde o Desenvolvimento Rural Sustentável está relacionado à esfera econômica. (Documentos da FETRAF - modificado, 2015)

A FETRAF-BA tem reivindicado junto ao estado, e nos municípios onde atuam através de suas bases, políticas públicas específicas para os agricultores familiares em três frentes distintas: habitação, assistência e extensão rural e educação. No entanto, todas as ações estão ancoradas em princípios sustentáveis de produção.

Dentro das atuais ações do SINTRAF – PTN existe a execução de alguns projetos inseridos com a articulação da FETRAF-BA ou com a livre iniciativa do movimento sindical municipal em parcerias com ONGs e a Prefeitura Municipal. Todas as propostas de atuação junto aos agricultores de base ecológica trazem aspectos que se fundamentam na produção alicerçada na convivência equilibrada com os recursos naturais. Segundo uma cartilha da Cooperativa de Habitação, disponibilizada para os agricultores durante as formações, afirma o seguinte:

(...) o agricultor e o meio ambiente tem uma relação íntima, onde um depende do outro. O agricultor depende do solo, da chuva, do sol, dos animais para trabalhar e viver; e o meio ambiente depende do agricultor para manter-se vivo e equilibrado”. (COOPERHAF<sup>15</sup>, 2008, p. 10).

Dos entrevistados, 03 (três) foram beneficiados com a habitação rural<sup>16</sup>, na implantação dessa ação, são realizadas com os agricultores de base ecológica formações sobre a construção de um ambiente sustentável e saudável, e abordam temáticas como, agricultura e meio ambiente, biodiversidade e a importância da vegetação natural, como cuidar da água, destino dos dejetos humanos e do lixo.

Algumas ações de assistência técnica e extensão rural no município ocorrem em execução da FASE - BA através de projetos que estimulam a geração de ocupação e renda para jovens e mulheres agricultores familiares. De acordo com essa entidade, avanços recentes na legislação e no conteúdo de políticas públicas, de importância para a qualidade de vida das famílias agricultoras, dependem da existência de organizações associativas e sindicais informadas e ativas, para serem efetivamente realizados e resultando na mudança da qualidade de vida das famílias agricultoras (FASE, 2012).

Na área de educação essa atuação se dá no âmbito da proposta denominada PROEJA Campo com Pedagogia da Alternância que consiste no curso de Ensino Médio Integrado à Formação Técnica em Agropecuária para Jovens e Adultos da Agricultura Familiar do Estado da Bahia, sob o formato da Pedagogia da Alternância e tem como eixo articulador *a Agricultura Familiar: Desenvolvimento e Organização Social*. Essa ação proposta pela FETRAF é executada em parceria com a SUPROF – Superintendência de Educação Profissional, Centro Estadual de Educação Profissional do Semiárido - São Domingos – BA e

---

<sup>15</sup> COOPERHAF – Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar, antiga nomenclatura da COOPERHABITAR, que tinha vinculação com a FETRAF na Bahia e no Brasil.

<sup>16</sup> O projeto de Habitação rural é executado no município através da Cooperativa de Habitação Rural (COOPERHABITAR), denominado Caprichando a Morada constrói casas no meio rural, para Agricultores Familiares do município, essa proposta faz parte do Programa Federal de Habitação Minha casa e Minha vida tem o objetivo de manter ou levar as famílias que, de fato, estejam no campo e que pretendam, permanecer com suas atividades rurais. Para assegurar a melhor qualidade de vida e condições favoráveis para a sobrevivência além da construção da habitação a proposta possui capacitação deste público em outros aspectos sociais, como: Campanha de documentação – articulam os produtores no processo de regularização da propriedade rural; Realizam formações na área de associativismo e cooperativismo; Promove debates a cerca da segurança alimentar para a Agricultura Familiar com o plantio de 15 (quinze) árvores frutíferas e a criação de horta para a subsistência; Estimula cultivo de ornamentais ao redor das casas; Fomenta a produção agroecológica nos quintais para alimentação e comercialização numa perspectiva. Até o momento essa parceria resultou na construção de 197 moradias.

SINTRAF /PTN. No município tem 03 (três) agricultores beneficiados por essa proposta, todos foram entrevistados nesse estudo.

Para os agricultores familiares de base ecológicos entrevistados, existe a percepção das ações da FETRAF enquanto SINTRAF e FASE, essa forma articulada intervenção no campo é avaliada como satisfatória. Ao promover a execução de políticas públicas rurais essa federação se distancia dos moldes tradicionais de movimento sindical que se atém a prestação de serviços previdenciários e emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

Essa postura diferenciada a caracteriza também enquanto movimento social que promove ações coletivas, na busca pela autonomia dos agricultores familiares de base ecológica em consonância com o desenvolvimento sustentável.

### **3. A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL: O OLHAR A PARTIR DO CAMPO**

O contexto de surgimento da FETRAF é paralelo a necessidade de reconhecimento e de criação de políticas específicas para a agricultura de base familiar que, foi penalizada com a política de modernização do campo brasileiro, que resultou no afastamento dos agricultores de base familiar do meio rural. Sobre esses grupos sociais e seu contexto de criação:

Os atores e grupos sociais contestadores, nas suas diferentes configurações e expressões, são motivadas a reagir pelas crises que resultam em desordem e incertezas que assolam a sociedade e a agricultura brasileira, colocando em evidência a fraqueza da ideia do moderno como portador de valores ontológicos que corrigem naturalmente o desequilíbrio. (ALMEIDA, 2009, p. 21).

Historicamente o rural tem sido marginalizado pela mídia, por falta de políticas públicas, por deficiência de infraestrutura, pela indisponibilidade de serviços básicos como saúde e educação do campo. Os movimentos sociais do campo tem se mostrado fundamentais na inserção desses sujeitos, no acesso a bens e serviços e na articulação de políticas públicas para esse segmento em específico. Segundo Wanderley,

o acesso a população rural a bens e serviços, constitui um indicador de participação das pessoas que vivem no campo nos resultados do progresso social atingido pela sociedade brasileira e uma condição da efetividade do princípio constitucional da igualdade de chances a todos os cidadãos. (WANDERLEY, 2009, p. 18).



Segundo Maria da Glória Gohn, entende-se como Movimento Social,

(...) as ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. (GOHN, 2011, p. 355).

Com a diluição dos conflitos relacionados ao trabalho aumentou a atuação de instituições democráticas, que questionavam a expansão de direitos, e inserção de questões identitárias, culturais, simbólicas e/ou capitalistas, nesse panorama, um grupo de teóricos<sup>17</sup> discute os Novos Movimentos Sociais. Segundo Alonso (2009), os novos movimentos sociais se caracterizam por:

- ✓ Não se organizam em combate ao Estado, nem com a finalidade de conquistá-lo;
- ✓ São formas de resistência à colonização do mundo da vida<sup>18</sup>, demandando qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação, direitos humanos;
- ✓ São contra os papéis institucionalizados de consumidor da sociedade de mercado, de cliente dos serviços públicos do *Welfare State*<sup>19</sup>, e mesmo de cidadão, fazendo crítica a instituições políticas;
- ✓ São propositores de novas formas de cooperação e de comunidade;
- ✓ Defendem formas autogestionárias, novos modelos participação e a criação de “contrainstituições”, protegidas da influência dos partidos de massa, da indústria cultural e da mídia, nas quais a comunicação livre fosse possível.

Segundo Alonso (2009), os movimentos sociais aparecem, então, como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural. Em vez de demandar democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes; uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil. Dessa forma,

---

<sup>17</sup> Alain Touraine; Jürgen Habermans; Alberto Merlucci;

<sup>18</sup> Colonização do Mundo e da Vida, expressão utilizada por Jürgen Habermas para definir uma série de sentidos, construído a partir de crenças e valores e compartilhado entre os falantes sem a problematização, que serve como pano de fundo para a comunicação.

<sup>19</sup> Conhecido também como **Estado do Bem-estar**, com origem no pensamento keynesiano, onde o Estado assistencial garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos.

os novos movimentos sociais se configuram como uma forma particularista de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas. Contestações “pós-materialistas”, com motivações de ordem simbólica e voltadas para a construção ou o reconhecimento de identidades coletivas. (ALONSO, 2009, p. 64).

Os movimentos sociais têm sofrido grandes transformações o que tem resultado na inserção de novas ideologias, sujeitos e estratégias que têm discutido e contribuído através dos conselhos e câmaras e /ou reivindicado questões para o poder público. Segundo Leite (2011), atualmente as Comunidades de Base, o Novo Sindicalismo, o Movimento dos Sem Terra, diversos grupos de atores sociais que conseguiram influir significativamente na definição da agenda política do País.

As propostas de intervenção da FETRAF-BA junto aos agricultores de base ecológica é fruto da organização sindical, e de parcerias com outros atores sociais do campo. Essa forma de atuação é desde o movimento de oposição sindical dos anos de 1970, que originou a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Na década de 1990, esta Federação se inseriu numa estratégia política que tinha a Agricultura Familiar como protagonista da sua própria organização social e do seu desenvolvimento.

A FETRAF- BA representa uma ação coletiva de um grupo organizado, que tem como objetivo, alcançar mudanças para os sujeitos do campo, por meio do embate e/ou cooperação política, busca reunir os agricultores familiares, tem organicidade, não é passageiro. Um movimento social com certa permanência é aquele que cria a sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos, tornando referente com os quais se identifica (GOHN, 2008b).

Os agricultores de base ecológica acreditam que fazem parte de um processo de mudança na comunidade, que se dá a partir da aproximação dos movimentos sociais locais (SINTRAF e as Associações Comunitárias), afirmou uma entrevistada “tem que participar a gente sozinha não consegue nada, os fazendeiros estão por aí batendo veneno em tudo, contaminando os rios” (Domingas, 57 anos, Agricultora Familiar).

Dos 20 (vinte) entrevistados, todos participam do SINTRAF-PTN, 17 (dezessete) participam de organizações comunitária (associações e grupos de produção), 10 (dez) recebem acompanhamento da FASE, que além de estimular o processo organizativo e veemente no controle do uso de agrotóxicos. “Antes da atuação dos projetos da FASE usava inseticida de qualquer jeito e muito adubo químico, agora estou poluindo menos o solo” (Josefa, 44 anos, Agricultora Familiar).

As ações experimentais nas comunidades, realizada com os agricultores são importantes para que, os demais sujeitos visualizem as possibilidades da produção agroecológica, aspecto que tem resultado, no fortalecimento da agricultura familiar do município. Além das ações próprias do sindicato, como emissão de DAPs, encaminhamento para os processos previdenciários (auxílio doença, maternidade e aposentadoria), as assembleias mensais além de espaço deliberativo é também informativo.

Durante a pesquisa, participou-se de 03(três) assembleias, na primeira os dirigentes sindicais permitiram que apresentasse o projeto de pesquisa e a necessidade de realização de visitas nas UPFs e das entrevistas. Momento que foi solicitado que a pesquisadora orientasse um espaço para discutir a importância do meio ambiente para a Agricultura Familiar. Nos três espaços contou-se com a presença de pelo menos 200 sindicalizados, mesmo em períodos chuvosos, quando o deslocamento do campo para a cidade se torna bastante limitado devido a situação das estradas.

A FETRAF- BA é sindical, pois representa a categoria laboral, agricultor familiar. É social, pois, é propositiva ao Estado e executora de Políticas Públicas. Busca qualidade de vida para os sujeitos do campo e os mobiliza para garantir a inserção na agenda do Estado às demandas específicas para esse público.

São propositores de novas formas de organização, novas formas de produção, ancoradas na solidariedade e na sustentabilidade socioambiental. Possui influência de partidos políticos que defendem a classe trabalhadora, apoia candidatos nas esferas municipais, estaduais e federais nos processos eleitorais se articula com políticos que assumem o compromisso com as questões inerentes da Agricultura de base familiar, acreditam que a consolidação das políticas públicas rurais, só é possível a partir do amparo legal.

Anualmente a entidade tem uma agenda de lutas e negociações junto ao poder público, em vários segmentos de interesse dos Agricultores Familiares (Figura 1.5). O intuito é reivindicar ações estruturantes para esses sujeitos do campo, como é o caso das negociações junto a Secretaria de Relações Institucionais do estado (SERIN) e o com a governadoria do Estado da Bahia.



**Figura 1.5** – Fotos demonstrando a negociação da FETRAF-BA com o vice-governador do estado da Bahia, Otto Alencar (2014), à esquerda; Audiência com a SERIN, no ano de 2015 (à direita). (Arquivos da FETRAF – BA)

Com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), levantamento de questões relacionadas à qualificação profissional e formação de jovens e mulheres da Agricultura Familiar, com o intuito de gerar renda e garantir uma permanência qualificada no campo. Além de reivindicação sobre o registro sindical da categoria profissional da Agricultura Familiar.

A questão da sucessão da Agricultura de base familiar é um aspecto bastante discutido nos diversos espaços promovidos pela entidade. Na Secretaria Nacional de Juventude, as discussões são sobre sucessão a partir da inclusão do jovem nos projetos de geração de renda. O objetivo é fortalecimento da agricultura familiar com o foco na sucessão, a partir de projetos alternativos ao modelo de desenvolvimento, ancorada na produção convencional, e que são impostos pelas políticas agrícolas.

Essa mudança de estratégia do sindicalismo fetrafiano se justifica pela necessidade de sobrevivência da agricultura de base familiar, afetada com grande impacto pelas questões ambientais.

A II conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil (ECO – 92), deu oportunidade para os movimentos sociais, discutirem a agricultura e o tema ambiental. Esse debate foi aprofundado nos anos seguintes e deram base para o sindicalismo abandonar sua prática reivindicatória perante o estado, passando a construir e propor a sociedade um projeto próprio de agricultura (PICOLOTTO, 2013).

No caso da FETRAF-BA, não se percebe um abandono pleno dos processos reivindicatórios, no estado e na esfera federal, atua de acordo com as demandas da entidade, organiza espaços de mobilização e discussões em espaços diferentes. Em 2014, participou e

contribuiu com outros movimentos sociais do campo durante a rodada de negociações da X Jornada Nacional de Lutas da Agricultura e Reforma Agrária.

Durante a Exposição Estadual da Agricultura Familiar (EXPOAGRIFAM)<sup>20</sup>, houve discussões sobre Políticas Públicas, com participação do poder público e sociedade civil, específicas para o segmento da Agricultura Familiar. O evento dá visibilidade ao setor, que produz em média 70% do alimento consumido pelos Brasileiros. Durante o evento ficaram expostas diferentes tecnologias ambientais sustentáveis da agricultura, e havia espaços de seminários, comercializações e lançamentos de produtos oriundos da Agricultura Familiar.

A EXPOAGRIFAM contou com a participação de 04(quatro) Secretarias de Estado e 02(duas) autarquias públicas que atendem os agricultores familiares. Na esfera federal 03 (três) bancos e 03 (três) ministérios, dentre eles, o Ministério de Meio Ambiente (Figura 1.6), que teve um espaço específico durante os Seminários<sup>21</sup> cujo tema era: Meio Ambiente Sustentabilidade e o papel da Agricultura Familiar.

Quadro com a capacidade de articulação da FETRAF –BA na realização de um evento	
FEDERAL	ESTADUAL

<sup>20</sup> Espaço realizado pela FETRAF- BRASIL, FETRAF- BAHIA e do Fórum Baiano de Agricultura Familiar, está teve duas edições e ocorre no município de Feira de Santana –Ba. Tem o objetivo de desenvolver a agricultura familiar, a partir da exposição de tecnologias sociais de convivência com a seca, além de divulgar os produtos da Agricultura Familiar e debater os temas da mais alta relevância para o fortalecimento da categoria.

<sup>21</sup> Durante a feira houve espaços de discussão para discutir várias temáticas relacionadas ao contexto socioeconômico, político e cultural da Agricultura Familiar: O Papel da agricultura familiar na promoção do desenvolvimento territorial e na soberania, e segurança alimentar; Educação e qualificação no Campo; Articulação e integração do PAA e PNAE; Crédito emergencial e endividamento; Organização das Políticas Públicas, tecnologias e Meio Ambiente; Questão Fundiária e o acesso a terra ; Habitação Rural; Economia Solidária; O papel da Mulher na Produção; Políticas de crédito e comercialização, juventude Agricultura Familiar e Reforma Agrária, Água e agricultura no semiárido, tecnologias, Orçamentos Governamentais e o Papel dos Movimentos Social no Atual contexto entre outros.

<ul style="list-style-type: none"> <li>•Ministério do Meio Ambiente (MMA); Secretaria Nacional da Economia solidaria (SENAES);</li> <li>•Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);</li> <li>•Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE);</li> <li>•Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES);</li> <li>•Banco do Brasil (BB);</li> <li>•Caixa Econômica Federal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Secretaria de Educação da Bahia (SEC);</li> <li>•Secretaria Estadual de Relações Institucionais (SERIN);</li> <li>•Secretaria de Cultura da Bahia (SECULT);</li> <li>•Superintendência da Agricultura Familiar (SUAF);</li> <li>•Companhia de Ação Regional (CAR);</li> <li>•Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA).</li> </ul>
--	--

**Figura 1.6** - Instituições do setor público que contribuíram durante a EXPOAGRIFAM de diferentes segmentos. (Pesquisa de Campo, 2015)

Outro espaço de mobilização dos agricultores para reivindicação de políticas específica para a categoria foi a Marcha da Agricultura Familiar. Começou na BR 324, principal via de acesso para Salvador, capital da Bahia, até a sede do Centro Administrativo do Estado. O intuito foi reivindicar políticas públicas específicas e mostrar para as Secretarias de Estado que a existência dos Agricultores Familiares e a disposição em lutar por seus direitos (Figura 1.7).



**Figura 1.7** – Foto com participantes da Marcha da Agricultura Familiar, realizada no ano de 2014. (Arquivos da FETRAF-BA)

O Dia do Trabalhador (01 de maio), os sindicatos organizam eventos regionais, para discutir questões do mundo rural e comemorar essa categoria, esta atividade faz parte dos principais festejos dos agricultores. No ano de 2015, foi realizado no município de Presidente Tancredo Neves e houve espaços de discussão sobre temáticas diversas, manifestações culturais e diversas ações de acordo com a realidade local.

Outros espaços de mobilização dos agricultores é o dia da mulher (08 de março), e dia do agricultor familiar (25 de julho), segundo a *home page* da FETRAF – BRASIL:

Nessa data, não se comemora simplesmente o dia do agricultor familiar, mas dos responsáveis pela alimentação de toda a população brasileira (...) Ser agricultor familiar não é apenas uma profissão. Significa ser ator político e social na busca pela implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável, com a realização da reforma agrária, promoção do Estado social, igualdade entre gêneros, oportunidade de crescimento e investimento nas iniciativas de jovens e mulheres para permanência na terra. (...) São referências quando se fala em produção agroecológica e principalmente, por meio da representação da FETRAF-BRASIL, têm conseguido quebrar as barreiras que impediam o desenvolvimento da área rural no país.

Hoje, as inúmeras conquistas obtidas para a agricultura familiar evidenciam-na como importante instrumento de inclusão social e produtiva, com papel estratégico para erradicação da fome e miséria, além de caracterizar-se como importante ator político e social no processo de construção e reformulação das políticas públicas. (FETRAF-BRASIL, 2014).

No município de Presidente Tancredo Neves, as lideranças locais, está presente nas ações de mobilização, que tem na FASE um importante parceiro. Percebeu-se um pacto de confiança entre a FETRAF-BA e a FASE, algo construído desde a criação da entidade sindical, que contou com a colaboração de diversos técnicos da ONG. Apesar de a federação conseguir executar algumas políticas públicas rurais, não possui capilaridade para cumprir todas as demandas de suas bases.

A FETRAF enquanto movimento tem um histórico de atuação na participação efetiva em movimentos estratégicos de negociação e atuação junto aos agricultores familiares, anterior a sua institucionalização a partir de projetos com atuação em parceria com a FASE e com órgãos de governo como MTE e MDA:

- ✓ ***Curso de Gestores e Desenvolvimento Sustentável e Solidário - DSS*** articulou ações de qualificação social e profissional e formação para trabalhadores e trabalhadores do meio rural (1998 – 2006);
- ✓ ***Assessoria técnica para diversas cadeias produtivas, baseada nos princípios do Desenvolvimento Sustentável e Solidário - DSS***, considerando as dimensões produtivas, ambientais, sociais, culturais, demográficas, históricas, prestou assessoria técnica e social a famílias de agricultores e entidades comunitárias envolvidas com as cadeias da cana-de-açúcar, mandioca, e caprinovinocultura (2001 – 2002);
- ✓ ***Curso Gestão em Desenvolvimento Sustentável e Solidário – DSS, com Elevação de Escolaridade*** articulou a atualização conceitual em DSS para dirigentes mais experientes, e a Elevação de Escolaridade ao Ensino Fundamental, utilizando uma metodologia modular e não seriada, tendo como objetivo a integração das ações e das lideranças no contexto da organização sindical da Agricultura Familiar no estado da Bahia (07/2002 - 12/2004);
- ✓ ***Assessoria Técnica para Fortalecimento das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar da Bahia***, Capacitação sócio técnica de 150 trabalhadores/as da Agricultura Familiar (membros de cooperativas, associações, sindicatos, grupos culturais, grupos de mulheres e de jovens, etc.) em Desenvolvimento Sustentável e Solidário - DSS, incluindo as dimensões de gênero, etnia, e geração; e na perspectiva do fortalecimento /criação de redes e fóruns da Agricultura Familiar em microrregiões do estado (07/2003 - 02/2004);
- ✓ ***Trabalho, Educação e Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Agricultura Familiar da Bahia*** financiado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE com recursos do FAT, operacionalizados via convênio com a SETRAS Bahia, com contrapartida da FASE . Os principais resultados foram: capacitados 150 jovens como gestores da agricultura familiar, em 05 (cinco) municípios da Bahia (10/2003 - 02/2004).

A FASE se configura como uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter educacional, beneficente e de assistência social que visa o desenvolvimento sustentável contemplando a sustentabilidade do meio ambiente e



universalização dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dentre outros aspectos (FASE, 2012).

A ONG de educação popular formada por profissionais de diversas áreas que se identifica com a busca por alternativas de desenvolvimento economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente sustentáveis. Sobre a contribuição dessas organizações formadas por profissionais que surgem a partir da utilização inadequada do solo

(...) a utilização agrícola de terras pouco férteis, acidentadas e da falta de assistência técnica, começam a surgir os primeiros grupos e associações civis de apoio formadas por técnicos e agricultores, cujo objetivo será de promover a agricultura. (...) as novas experiências de produção de vida, são marcadas pela vontade geral de responder aos interesses do pequeno agricultor, a fim de reforçar sua capacidade de **resistência a terra, consolidar sua organização, seu poder de enfrentamento frente às forças econômicas e políticas adversas**. (ALMEIDA, 2009, p. 57, grifo nosso).

A história de intervenção da FASE na região do baixo Sul é indissociável da trajetória construída pelo movimento sindical, anteriormente dos trabalhadores rurais que desde 2002 assume, amplia e fortalece sua identificação política de agricultores familiares, articulados estadual e nacionalmente na FETRAF.

Após a institucionalização da entidade a parceria com a FASE se mantém a partir da construção de propostas coletivamente como: *Assessoria Técnica Educacional para agricultores familiares do estado da Bahia*- assessoria técnica sistemática com capacitação modular para Jovens e Mulheres Agentes Multiplicadores de ATER (2007); Projeto Territorial de Geração de Ocupação e Renda Para Jovens e Mulheres Através do Programa de Agentes Multiplicadores de ATER - AMA da FETRAF-Bahia (2007-2009); Programa de Agentes Multiplicadores de ATER - AMA da FETRAF-Bahia. (2010-2011); Articulação para execução das chamadas públicas de ATER no âmbito Federal (MDA) e estadual (SEAGRI)<sup>22</sup>.

Segundo a FASE, o seu objetivo de atuação nas comunidades rurais, é a geração atrelada à construção de novos conhecimentos em agroecologia e políticas públicas, e apresenta em seus documentos, casos concretos de elevação e diversificação da produção, adoção de novas técnicas e procedimentos, e de acesso a renda. As experiências da ONG no

---

<sup>22</sup> As chamadas públicas para Unidades de Produção Familiar (UPF), no âmbito do Governo Federal e Estadual tem o intuito de contratar organizações para executar serviços de Assistência e Extensão Rural (ATER) de acordo com a Lei de ATER 12.188/2010 que institui a Política Nacional de Assistência e Extensão Rural e estabelece bases para a execução do Programa Nacional de Assistência e Extensão Rural.

território, tem parceria com o movimento sindical da FETRAF-Ba que está comprometida com a formulação prática de alternativas de desenvolvimento que se contrapõe ao agronegócio e suas monoculturas (FASE, 2012).

A atuação conjunta no município, tem resultado em elementos importantes para o fortalecimento da agricultura familiar, onde existe, a valorização e resignificação das práticas cotidianas. Segundo José de Souza Martins o conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social, precede, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem o significado compartilhado não há interação (MARTINS, 2008).

Os processos de interação existente entre as organizações e os agricultores estimulam os sujeitos do campo no desenvolvimento das atividades socioprodutivas. A valorização do senso comum deve ser universalizada entre os sujeitos envolvidos, no caso do estudo, entre os movimentos sociais e agricultores de base ecológica. A interação entre os sujeitos deve ser vista como referência para uma ‘sociabilidade moderna’<sup>23</sup>.

Os agricultores se sentem fortalecidos com a presença do SINTRAF e FASE, identificados, como um dos principais parceiros na busca pelo fortalecimento das ações sócioprodutivas. Em uma comunidade que não tinha a inserção da FASE, percebeu-se a animação dos participantes, pela possibilidade da intervenção técnica, melhorar a sua produção e conseqüentemente a qualidade de vida.

Esse arranjo político e técnico se mostrou significativo para os sujeitos do campo, que nas atividades identificam e buscam soluções em diversos aspectos, como por exemplo, em uma atividade de diagnóstico da comunidade do Calumbi, onde se identificou um número significativo de Agricultores de base ecológica. Os participantes apresentaram distintas situações a partir do olhar sobre caráter produtivo, vistas de forma fundamental, para o estabelecimento da família como, a necessidade de incentivar a preservação ambiental, e produzir com base na transição agroecológica, usar produtos orgânicos, promover diálogos com o poder público, para sinalizar a necessidade de realizar rondas noturnas e a importância de realizar palestras sobre o acesso a direito.

Além da atuação em projetos, o SINTRAF/FASE contribui para organização de espaços de debates, socialização de experiências e promoção de comercialização como feiras, seminários e encontros, que atendam as especificidades dos agricultores/as familiares. A

---

<sup>23</sup> Sentido abordado por José de Souza Martins (2008), p. 54, sociabilidade que busca o deciframento das relações.

necessidade de alguns desses espaços, ocorrem a partir da própria comunidade, através das atividades de diagnóstico.

Esse momento de diagnóstico, além de dar respaldo às demandas do movimento social local, proporciona autonomia e aproximação dos agricultores durante as intervenções. Os problemas ambientais, como uso indiscriminado de agrotóxico e desmatamento das nascentes, são os problemas mais evidenciados pelos agricultores.

Muitas práticas produtivas precisam ser estimuladas por ações políticas, é preciso pensar a agricultura de base ecológica no município articuladas aos seus sistemas de produção. Além do incentivo técnico na melhoria de qualidade, é preciso do subsídio político na manutenção dos sistemas, por exemplo, na disponibilização de crédito rural, atrelado a ATER e acessível para atender as especificidades desse público.

A FETRAF tem contribuído com movimentos estratégicos de negociação e reivindicação de pautas específicas para a Agricultura Familiar como “Dia do Agricultor”, com intuito de valorização do sujeito do campo; Dia do trabalhador, com ênfase as condições do trabalhador rural; Abril Vermelho<sup>24</sup>, mês de mobilização envolvendo diversos movimentos de luta do campo onde se discuti com o estado novos projetos para fortalecimento da Agricultura Familiar; Ações de mobilização em defesa a melhoria das condições dos aspectos produtivos no campo.

Levando em consideração as questões ambientais, os agricultores de Tancredo Neves participaram de eventos como, a caravana de agroecologia, realizada no município de Conceição do Coité, região de clima Semiárido, onde além de discutir os aspectos teóricos os participantes puderam conhecer experiências exitosas de produção ancorada em princípios agroecológicos em um território que convive com a escassez de chuva.

Além dessa atividade, os agricultores são estimulados a conhecer experiências agroecológicas em momentos diversos, em visitas a outras experiências, em seminários, feiras, dias de campo e oficinas. A partir dos relatos dos agricultores percebeu-se a importância de conhecer experiências ancoradas em princípios agroecológicos, para promover qualidade de vida para as famílias no campo.

---

<sup>24</sup> O Abril Vermelho nasceu do Massacre do Eldorado do Carajás ocorreu em 17 de abril de 1996, que resultou em 19 agricultores mortos e 51 feridos, considerado pelos movimentos sociais do campo como o episódio mais grave contra os agricultores. É um movimento nacional que ocorre anualmente onde vários movimentos sociais do campo brasileiro fazem diversas mobilizações, marchas e rodadas de negociações junto ao poder público reivindicando políticas públicas específicas para a Agricultura de base Familiar.

No âmbito institucional em 2001, a FETRAF e a FASE, contribuiu com articulação, criação e participação, juntamente com diversas organizações no Fórum em Defesa da Agricultura Familiar da Bahia, que atualmente se constitui em um espaço de articulação de políticas públicas e diálogo entre os atores sociais do campo.

No município, existe a presença de uma representante da FASE ou do SINTRAF, desde 2005 no Conselho Municipal de Meio Ambiente, que não é identificado pela maioria dos agricultores enquanto política pública. Segundo dirigentes do sindicato, a atual gestão do município não tem muito interesse, pois recebe recurso de uma mineradora que está atuando no município e o lixo está em situação irregular.

Além desse órgão colegiado, o sindicato contribui com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho de Ação Social e o Conselho de Educação e Alimentação Escolar. As temáticas de saúde, educação, segurança alimentar e violência estão muito presente entre os agricultores, que acreditam que, através do trabalho realizado pelo SINTRAF/FASE, alguns modificaram sua forma de produzir.

Segundo dirigentes, atualmente a FETRAF – BA, possui uma identidade consolidada não apenas como agente reivindicador mas questionador e articulador de Políticas Públicas na esfera estadual. Apesar do reconhecimento da importância da federação junto às ações do Estado, alguns agricultores acham que a entidade precisa estar mais próxima de suas bases sindicais menos sólidas, aquelas que enfrentam embates de gestão ou política, ou que tem uma deficiência da rede de atuação.

No caso de Presidente Tancredo Neves, alguns projetos existentes no município, atuam diretamente com os jovens e mulheres, estimulando a diversificação das atividades econômicas (estruturação da produção primária e a agregação de valor), estimulando o trabalho coletivo (cooperação extra-familiares e de vizinhança). Segundo D. Maria (54 anos, Agricultora Familiar) ao relatar algumas dificuldades existentes no campo afirma que as intervenções das entidades estimulam a animação da comunidade, “por que na agricultura a gente trabalha para ganhar e para perder” afirmou.

Nas atividades promovidas como Dia de Campo e Feira, pode-se perceber nas falas a necessidade de valorização dos sujeitos do campo, principalmente das mulheres que, apesar de sua tripla jornada, nos afazeres domésticos, com o cuidado com os filhos e na UPF, tradicionalmente são vistas como ajudadoras dos maridos. Para o homem do campo, esse processo de valorização perpassa pela possibilidade de alimentar e suprir a família a partir do rendimento da UPF.

Existem movimentos sindicais tradicionais que não apoiam a execução de políticas públicas por parte das entidades sindicais, no entanto apresenta práticas assistencialistas, como disponibilização de serviços médicos, principalmente odontológicos e executa ações previdenciárias.

O intuito das bases sindicais da FETRAF, é que os agricultores tenham autonomia nos processos produtivos, contribuindo com espaços de educação, saúde e ater, junto com o poder público, reduzindo assim, as práticas assistencialistas convencionais. Apesar dos desafios existentes pela questão identitária, onde o sindicato não deve assumir a postura do Estado, percebe-se um avanço relacionado às possibilidades de intervenções e arranjos sócioprodutivos existentes no município.

Na atuação de campo, geralmente a FASE está acompanhado do SINTRAF- PTN, ao questionar sobre a atuação da FETRAF, naturalmente era feita a relação com o Sindicato. Diante do atual modelo de desenvolvimento econômico as ações coletivas são fundamentais para inserir pautas específicas nas ações do governo e na promoção de políticas públicas rurais. A FETRAF e sua rede de atuação têm reivindicado e questionado as ações voltadas para atender a produção de base familiar no campo baiano.

Ao conhecer os arranjos existentes no município de Presidente Tancredo Neves, estruturado a partir dos agricultores de base ecológica, sindicato e ONG. Fica evidente a importância desse arranjo no estabelecimento dos ecossistemas que, no próximo capítulo terá uma análise mais aprofundada a partir das UPF, e essas sendo consideradas, enquanto espaço de produção e reprodução desses sujeitos.

## **CAPÍTULO 2 - AGRICULTURA FAMILIAR E AS SUAS ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIDA**

*“Um novo jeito de plantar, inspirados nos antepassados, respeito à terra a trilhar, ecossistema sempre equilibrado, lançar a semente na terra, plantar um sonho e colher liberdade, trocando os restos de guerra, veneno por biodiversidade, unindo o campo e a cidade dá fim a fome e o desemprego, produzir e colher industrializar vender contra os grandes sem medo” (trecho da música Semente Nova).*

Esse capítulo busca compreender, as estratégias cotidianas para enfrentamento das problemáticas ambientais utilizada pelos agricultores familiares de base ecológica, no desenvolvimento das atividades sócioprodutivas, processo que garante a reprodução da vida, a partir da geração de ocupação e renda e do fortalecimento das relações familiares. Para tal, tem-se a modernização do campo, enquanto processo que potencializou a degradação ambiental na propriedade dos agricultores e fragilizou as relações comunitárias. Deste modo foi caracterizada a agricultura familiar no município de Presidente Tancredo Neves, e como se dá o desenvolvimento das práticas sócioprodutivas diante das questões sociopolíticas e ambientais dos entrevistados.

Para alcançar o objetivo desse capítulo, foi preciso também entender como e o quê os agricultores de base ecológica produzem. Identificar os processos produtivos e a relação com os recursos naturais; e como se reproduz, quais relações e interações são construídas nas UPFs e nas comunidades. Segundo Marx (1999), é através do trabalho que o ser humano interage com a natureza, retirando dela os meios de sobrevivência e constrói-se enquanto ser social.

Historicamente, a relação existente entre o homem e a natureza tem provocado polêmicas, como se não houvesse possibilidade desses dois agentes conviverem harmoniosamente. Ou a condição humana é vista como superior, assumindo a posição de dominador da natureza. Ou a inserção do homem no ambiente natural resulta em impactos irreparáveis para o meio ambiente.

Dependendo do modo de produzir e da relação com o meio ambiente, assumem-se diferentes posicionamentos, exemplificando, o agronegócio patronal<sup>25</sup>, que tem como um dos objetivos a produção em larga escala, para tal, se modifica e acelera processos naturais, em

---

<sup>25</sup> A agricultura patronal é considerada como antagônica a Agricultura Familiar, pois se caracteriza por se estabelecer em latifúndios, com mecanização intensiva, exploração de mão de obra não familiar em quantidade e adoção de insumos externos, uso de agrotóxicos e adubos sintéticos, quase que exclusivamente.

muitos casos indiscriminadamente. Para alguns ambientalistas, a presença do homem em ambientes naturais é ruim, pois, de qualquer forma interfere no meio ambiente degradando-o.

O homem no estabelecimento de relação com o meio ambiente, não deve se colocar como manipulador/dominador da natureza, sem se preocupar com o resultado de suas ações produtivas e os impactos destas para o estabelecimento dos ecossistemas. Sobre a relação homem natureza, José Souza Martins afirma que,

A resistência desses sujeitos do campo se torna ainda mais evidente ao abordar as questões ambientais na busca pelo desenvolvimento das ações produtivas de forma sustentável. (...) alimentação do sistema de poder e não ao próprio homem. (MARTINS, 2008, p. 104).

Nesse estudo, identificou-se uma tentativa de convivência frente às adversidades socioambientais. Parte-se da premissa que o homem compõe o meio ambiente, dessa forma, define-se como Unidade de Produção Familiar (UPF), a propriedade rural, as áreas de produção, os quintais e as residências, onde se consolidam as relações familiares e as relações comunitárias, estabelecendo dessa forma um tecido social.

Os agricultores familiares apresentam relações comunitárias para além da relação com a terra, desempenhando um importante papel enquanto agentes sociais, principalmente com o intermédio dos movimentos sociais que buscam entender a especificidade desses sujeitos.

A rede de atuação FETRAF/SINTRAF/FASE tem discutido a necessidade da produção de base ecológica, como uma das condições de dignidade e bem estar para a família, enquanto estratégia viável em busca da sustentabilidade da agricultura de base familiar.

A degradação ambiental, provocada pela produção agropecuária intensiva, resulta na diminuição da produtividade<sup>26</sup>, por falta de perspectiva, expulsa as pessoas dos territórios rurais. Com o aumento do uso dos fatores de produção (insumos, tecnologias e recursos humanos) e redução da produção, a unidade familiar, tem o retorno das atividades produtivas reduzido financeiramente, tornando as relações sociais vulneráveis.

Diferentemente dos grandes proprietários, que dispõe de uma área maior, que ao provocar a exaustão do solo, tem recurso disponível para utilizar insumos externos ou migram para regiões mais produtivas. O agricultor familiar depende da terra, não tem recurso para migrar, a unidade de produção traz uma carga histórica familiar e na comunidade se estabelecem as relações sociais.

---

<sup>26</sup> Outro conceito de produtividade ver Primavesi (2002, p.355)

A importância em entender esses sujeitos do campo que trazem uma carga sociocultural e histórica importante para o desenvolvimento do país, é fundamental para compreender algumas questões ambientais existentes no campo a partir do olhar de teóricos e dos sujeitos que se encontram no campo há décadas.

O agricultor familiar como detentor dos meios de produção, também estabelece uma relação diferenciada com os recursos naturais e tendem a se preocupar com meio ambiente, principalmente quando se sabe dos impactos negativos resultantes da ação antrópica. Por não ter recurso disponível para migrar da propriedade, como fazem os latifundiários quando exaurem o solo,

(...) sendo um proprietário que trabalha o produtor familiar, depende, para a sua reprodução social, da preservação – e mesmo da ampliação do seu patrimônio produtivo, aqui tomado globalmente, enquanto o conjunto dos meios necessários à produção. (WANDERLEY, 2009, p. 139).

No que concerne aos aspectos produtivos, a agricultura tem várias vertentes, durante a Eco-92, com a participação de grupos da sociedade, agricultores, trabalhadores dentre outros sujeitos, discutiu-se em torno de uma estratégia de desenvolvimento para a agricultura mais justa e mitigadora dos impactos ambientais, que pode ser identificada, como ‘agricultura ecológica’ (ZAMBERLAM, 2012).

Os agricultores familiares de base ecológica devem ser vistos como protagonistas, pois possuem uma dimensão política bastante peculiar e são atuantes em várias ações locais.

São protagonistas dos processos sociais que vivenciam, pois ocupam um lugar na sociedade definido ideologicamente de forma a-histórica, emerge como resultado de sua capacidade de resistência e de inovação ante as imposições ‘externas’ da sociedade e, em particular do mercado em função dos projetos familiares. (WANDERLEY, 2009, p. 16).

Outro aspecto que caracterizam os agricultores familiares de base ecológica está alicerçado na redução de insumos externos e na perda de nutrientes pela lixiviação principalmente na realidade observada que possui declividade acentuada. A prática agrícola deve ter efeitos negativos mínimos ao ambiente, buscando a preservação e recomposição da fertilidade, reduzindo os impactos oriundos da erosão, mantendo a saúde ecológica do solo, valorizando e conservando a diversidade biológica, tanto em paisagens silvestres quanto em paisagens domesticadas. Garantindo assim, a igualdade de acesso a práticas, conhecimento e tecnologias agrícolas adequadas, possibilitando o controle local dos recursos agrícolas. (GLIESSMAN, 2000).



Nos últimos 08 (oito) anos, onde apesar de alguns agricultores utilizarem insumos externos, quando conscientizados, existem uma redução destes e a potencialização da propriedade. Relatou Rosa (59 anos, Agricultora Familiar), “nós só vivíamos comprando Mirex (formicida), e sempre plantamos mandioca, depois que a FASE nos ensinou a usar a água de mandioca para cuidar das formigas já é o dinheirinho que fica na roça (risos)”.

Diante da complexidade existente na relação entre práticas agrícola e a relação com os recursos naturais surge a agroecologia enquanto ciência capaz de orientar estrategicamente a construção de desenhos<sup>27</sup> e o manejo de agroecossistemas sustentáveis e processos de desenvolvimento rural sustentável. Segundo Caporal & Costabeber (2004), na aplicação de princípios agroecológicos pode-se alcançar estilos de agricultura de base ecológica e, assim, obter produtos de qualidade biológica superior.

Os agricultores entrevistados utilizam os princípios agroecológicos na produção agropecuária, segundo os entrevistados, a inserção dessas práticas tem resultado em alimentos com melhor qualidade, mais saborosa, maior vida de prateleira, mais firmes. “Agora que não uso veneno melhorou, para a saúde da família e as hortaliças que produzimos, estão mais saudáveis e saborosas”, afirmou Jurema (30 anos, Agricultora Familiar).

Durante as entrevistas, os agricultores avaliaram positivamente a qualidade dos produtos, mas, esses agricultores, precisaram romper com as práticas conservadoras de produção que orienta a inserção de adubos sintéticos e insumos externos a propriedade indiscriminadamente, além de conviver com produtores vizinhos que utilizam agrotóxicos poluindo o solo e as águas.

Dessa forma, esse capítulo não avaliará tecnicamente as estratégias utilizadas, mas identificará de que forma os agricultores familiares de base ecológica do município de Presidente Tancredo Neves, produzem e reproduzem a vida, e como tem se desafiado frente a problemáticas ambientais.

## **1. A UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR FRENTE AOS IMPACTOS DA MODERNIDADE**

---

<sup>27</sup> São as formas de implantação dos sistemas agropecuários.

As unidades de produção são a base agricultura familiar, é o local que deve fortalecer os vínculos familiares, comunitários e gerar renda, para que seus membros possam ter acesso a bens e serviços que não estão disponíveis no meio rural. O olhar desvalorizado desse espaço tem afastado os sujeitos do mundo rural, em Presidente Tancredo Neves, perceberam-se várias tentativas de ressignificação dos sujeitos do campo, que contrapõe a ideia de atrasado, a partir dos espaços de formação (Dia de Campo, seminários e oficinas) e em espaços políticos (feiras, assembleias, reuniões).

No desenvolvimento desse estudo, buscou-se o afastamento de um olhar unilateral, alicerçado basicamente nas questões econômica, por entender o potencial socioproductivo e a complexidade desse público, onde, a concepção de modernidade e progresso resultou em incertezas para a agricultura de base familiar. Segundo Martins (2008), na América Latina essa ideia de atrasado, relacionado ao que se configura como tradicional, tem um fundo positivista.

Os impactos sociais e ambientais resultantes desse modelo de desenvolvimento resultaram em sérias contradições que interferiram na identidade e na forma organizativa desses sujeitos do campo. Sobre esse aspecto o autor José de Souza Martins afirma o seguinte

Mesmo a consciência racionalista que se nutre das tradições populares é uma forma política de reconhecimento das irracionalidades do moderno, mas, sobretudo na concepção distorcida do seu caráter supostamente postico e estrangeiro. (...) acata como legítima as formas modernas, a racionalidade do lucro, a organização social do trabalho, o espetáculo colorido da comunicação de massa, mas é ao mesmo tempo conservador resistente a um modo de vida, o da modernidade, e às perturbações sociais que poderiam resultar na disseminação das diferenças (de mentalidade de orientação política de multiplicidade social). (MARTINS, 2008, p.26).

A busca por romper com essa dita legitimidade da modernização têm sido desafiador para FETRAF - BA, que em suas ações, tem buscado a melhoria das condições de trabalho e permanência no campo, mas que não renega a inovação tecnológica, desde que essa seja ancorada nos princípios da sustentabilidade.

Para os Agricultores Familiares de Base ecológica esse desafio se configura de duas formas, na ruptura com as práticas conservadoras de produção que orienta a inserção de adubos sintéticos e insumos externos a propriedade e na convivência com produtores vizinhos que utilizam agrotóxicos poluindo o solo e as águas. “Não uso mais agrotóxico na minha propriedade, mas estamos circulados por veneno, os produtores colocam nos seus plantios e vai para a água”, afirmou durante a entrevista Marta (47 anos, Agricultora Familiar).

Sobre a relação existente entre agricultura familiar e o modelo de modernização adotado,

(...) ao mesmo tempo em que já se vê obrigada a enfrentar os riscos da poluição e degradação ambiental, em consequência do uso de agrotóxicos, tem ainda que enfrentar problemas decorrentes da baixa produtividade da maioria de suas culturas e da existência de grande proporção de terras que permanecem improdutivas. Nesse caso a relação entre o 'atrasado' e o 'moderno' (...), como termos de uma evolução, mas como um processo de reprodução recíproca, o 'atrasado' qualificando o 'moderno'. (WANDERLEY, 2009, p. 46).

Essa desqualificação da agricultura de base familiar persistiu durante muitos anos, situação que em muitas regiões, resultou em impactos socioculturais graves, com perda da identidade e afastamento comportamental e físico do universo rural. Na última década, a FETRAF-BA, tem se questionado e reivindicado junto aos governos, políticas públicas voltadas à sucessão do campo, levando em consideração a permanência qualificada digna e sustentável dos sujeitos (homens, mulheres, jovens e idosos) nos territórios rurais. Sobre a atuação no município afirmou Joaquim (76 anos, Agricultor Familiar - Aposentado), “os projetos traz oportunidade para os jovens se desenvolverem, traz informação. Incentiva que os jovens fiquem na propriedade”.

Para os sujeitos do campo, a visão ambiental deve partir de um projeto alternativo de desenvolvimento. Segundo o documento de fundação da Federação, é preciso produzir, com base em projetos alternativos de desenvolvimento sustentável e solidário, a problemática econômica, deve ser por meio de uma intervenção afirmativa na organização da produção, com base em princípios agroecológicos, desde o financiamento até a comercialização (FETRAF-Sul apud PICOLOTTO, 2013).

Produzir e gerar o mínimo de impacto ambiental é um grande desafio, no entanto, essa questão é determinante para a sobrevivência da agricultura de base familiar. Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul (2010), o município tem muitos morros, a cobertura vegetal original é de Floresta Estacional Semidecidual que foi em sua maioria substituída por policultura comercial, de subsistência e pecuária. Existem muitas regiões que são áreas de preservação permanente, para entender as estratégias de sobrevivência foi preciso perceber o homem, a unidade de produção e o meio ambiente.

É preciso produzir para atender as necessidades individuais e em alguns casos coletivos, no entanto é preciso solidificar as relações comunitárias. A resistência dos sujeitos

do campo os capacita a criar estratégias de sobrevivência, e a visão da natureza enquanto recurso esgotável aproxima o agricultor familiar à área de produção,

(...) o homem que na atividade por meio da qual atua sobre a natureza para saciar-se, para atender suas necessidades, modifica sua natureza e modifica suas próprias condições de vida, modificando ao mesmo tempo sua relação com a natureza. Deixando, portanto, de ser repetitivo e reativo. Desafiando a imaginar e criar modificando-se ao mesmo tempo, constituindo-se como humano, humanizando-se. (MARTINS, 2008, p. 99).

Os sujeitos do campo ao se relacionar com as áreas de plantio enfrentam diversos desafios que interfere na produtividade, em espaços de formação promovidos pela FASE, os agricultores são estimulados a desenvolver o espírito de solidariedade frente aos desafios através do fomento de ações coletivas, principalmente para grupo de mulheres. Segundo José de Souza Martins

O homem age sobre a natureza na atividade social de atender suas necessidades. Constroem relações sociais e concepções, ideias e interpretações, que dão sentido aquilo que faz e aquilo que carece. Reproduz mais também produz, isto é, modifica, revoluciona a sociedade, base de sua atuação sobre a natureza. Ele se modifica, edifica sua humanidade, agindo sobre as condições naturais e sociais da sua existência e, nesse movimento, sobre as condições propriamente econômicas. (MARTINS, 2008, p. 103).

Diante da necessidade de sobrevivência com dignidade do mundo rural, na Bahia, a FETRAF traz como uma das suas principais diretrizes a busca pelo Desenvolvimento Rural Sustentável ancorada em princípios agroecológicos, o conceito resultou em impactos significativos para os agricultores familiares brasileiros (ZAMBERLAM, 2012). Sobre a agricultura tida como sustentável os autores abordam o seguinte

Um sistema de organização socioeconômica e técnica do espaço rural fundada numa visão equitativa e participativa do desenvolvimento, e o meio ambiente e os recursos naturais são base da atividade econômica, porém respeitando a biodiversidade, a fertilidade dos solos e a boa qualidade dos recursos hídricos. (ZAMBERLAM, 2012, p.73).

A visão equitativa entre as relações socioproductivas, meio ambiente e aspectos econômicos, resultaram em avanços para a UPF, que é a base de sustentação e estabelecimento da família. É preciso valorizar o agricultor familiar enquanto, homem

comum, na vida cotidiana, o que é na prática, e as formas em que se instalam as condições de transformação do impossível em possível (MARTINS, 2008).

Entender a Unidade de Produção Familiar é o ponto de partida para buscar a sustentabilidade socioambiental, deste público que durante muitos anos foi visto como atrasado e sem valor. A questão produtiva vinculada aos laços familiares resulta em processos e arranjos sociais diferenciados.

O caráter familiar não deve ser visto com superficialidade, ao discutir os aspectos produtivos da UPF, durante a pesquisa de campo, percebeu-se a importância da tríade família-produção-trabalho, as relações construídas entre os grupos auxiliam na superação das adversidades da produção e na saúde. Segundo Wanderley (2001, p. 23), “a combinação entre propriedade e trabalho, assume no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais”.

Na UPF, vários aspectos sócioprodutivos ocorrem, onde se estabelecem os sistemas produtivos, onde além das questões sociais diferenciadas, no município a produção não está alicerçada em um produto, como em cadeias de produção. Os entrevistados além das culturas principais para comercialização (cravo, cacau, banana), produzem alimentos que dão suporte a segurança alimentar (aves, suínos e hortaliças). Segundo Schmitz

O estabelecimento agrícola familiar pode ser caracterizado como uma unidade complexa administrada pela família, abrangendo tanto o sistema de produção (com os subsistemas de cultivo, de criação de extrativismo, de beneficiamento, etc.) como o sistema de consumo, que são economicamente bem sintonizados. Isso pode ser denominado Sistema Familiar – Unidade de Produção. (SCHMITZ, 2010, p. 43).

A agricultura de base familiar, em sua essência, é alicerçada em princípios que estabelecem uma relação harmoniosa do homem com o meio ambiente. O objetivo é retirar o sustento da terra sem que haja a degradação completa dos recursos naturais. No entanto o processo de modernização resultou em um processo severo de degradação ambiental a partir da incorporação de pacotes tecnológicos<sup>28</sup>, importados, que não levavam em consideração as especificidades do campo brasileiro.

Esses pacotes, em sua maioria, oriundo de climas temperado, resultaram na degradação dos solos tropicais. A produção de base familiar não tem acompanhamento

---

<sup>28</sup> O pacote tecnológico imposto no processo de modernização do campo que estimulava a utilização de insumos químicos, material genético, máquinas e implementos agrícolas.

técnico regularmente resultando da utilização inadequada de produtos que contêm metais pesados, contaminando o solo, nascente e a própria família.

O estímulo ao monocultivo, a intensificação da mecanização e a utilização de agrotóxico, resultou em vários prejuízos para os recursos naturais e a saúde humana. No Brasil, esse estímulo foi feito pela Assistência Técnica Pública que descaracterizou as relações com os meios de produção em muitos territórios rurais, com atividade basicamente familiar, processo identificado fortemente em Presidente Tancredo Neves.

Além da aplicação dos questionários em alguns locais, dependendo da disponibilidade dos agricultores (propriedade, residência, feira livre, oficinas e dias de campo), em algumas propriedades puderam-se fazer visitas para conhecer com mais profundidade o processo produtivo, o que produzia e quais as estratégias utilizadas. Dos entrevistados 10 (dez) não tem acompanhamento direto da FASE, desses 05 (cinco), teve a visita na propriedade. Quando questionados sobre as questões ambientais e as formas de produzir afirmaram,

“Continuo usando produto químico, mas queria aprender usar outra coisa” (Luzia, 40 anos, Agricultora Familiar).

“Resido aqui há treze anos, não tive mudança na forma de produzir, mesmo sindicalizada não participo muito, só vou para reunião da associação de vez em quando” (Marta, 47 anos, Agricultora Familiar).

Durante essas visitas as UPFs, foram possíveis conhecer propriedades que não tem orientação mais próxima do sindicato e/ou FASE. Apesar de alguns reconhecerem os impactos do uso de agrotóxico, para a saúde e o meio ambiente, a utilização de insumos externos (adubos e agrotóxicos) é expressiva. Outro aspecto relevante é a falta de gestão dos resíduos sólidos (lixo) não orgânicos no entorno das residências.

Muitos aspectos socioambientais são analisados com mais precisão ao conhecer e tomar como base alguns parâmetros da agricultura familiar da região, que possuem algumas particularidades que são compreendidas e apontadas pelo SINTRAF e FASE no município. A fim de compreender as estratégias criadas pelos agricultores de base ecológica, foi preciso investigar alguns aspectos que os motivaram a mudar ou se adequar as formas mais sustentáveis de produção.

## **2. A AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO BAIXO SUL: BREVE CARACTERIZAÇÃO**

Na atualidade não é possível caracterizar um território sem relacioná-lo com aspectos das novas ruralidades, principalmente no território do Baixo Sul. Na identificação e investigação desses sujeitos foram observados alguns aspectos: o social, relação com a comunidade, e alguns aspectos familiares; o político, relação com os movimentos sociais, sindicais e organizações da sociedade civil; técnico, atuação desses sujeitos juntos as Unidades Produtivas familiares, a eficiência nos processos produtivos, respeito às questões ambientais.

O município de Presidente Tancredo Neves, dentro do Baixo Sul, demograficamente é pequeno, possui 5,5% da área e, 6,6% dos habitantes do território, mas que em sua maioria apresenta identidade com o campo. No município, as comunidades são próximas do centro urbano, onde os filhos, em sua maioria, estudam e trabalham. A região mais longe dista a 27 km da sede, dessa forma, podem-se perceber alguns impactos da aproximação da comunidade com as áreas urbanas principalmente na mudança de hábitos tradicionais<sup>29</sup>.

Apesar da proximidade geográfica, o processo de comercialização sofre penalidades por dificuldades organizativas, apesar de muitos esforços da FASE e por falta de infraestrutura das estradas, quando chove em alguns casos o acesso se torna inviável, é preciso manter sazonalidade de entrega.

A própria condição dos agricultores familiares, enquanto sujeito de direitos é cerceada pelo poder público e pela estrutura de posse e distribuição de terras. Esses dois fatores têm forte incidência no bloqueio ao acesso à renda das famílias agricultoras familiares.

O município é marcado pela produção de base familiar, no entanto existe um considerável afastamento das políticas públicas. Segundo a Superintendência de Agricultura Familiar do Estado da Bahia dos 2.855 estabelecimentos classificados como da Agricultura Familiar, no entanto apenas 1.310 possuem DAPs<sup>30</sup> ativas (SUAF, 2012). Aspecto que indica uma deficiência na aproximação do poder público principalmente no que acesso a crédito e a serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER).

---

<sup>29</sup> Nesse escrito, considerou-se como tradicional a identidade com a propriedade rural, a participação de trabalhos coletivos no campo, a exemplo dos mutirões;

<sup>30</sup> DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) - É o instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Com relação à estrutura fundiária, o município possui 3.498 estabelecimentos com uma área declarada de 35.767 ha (Tabela 2.1), no entanto só existem 35.217 ha com a condição legal definida o que indica que aproximadamente 550 ha que possivelmente são terras devolutas ocupadas (Tabela 2.2).

**Tabela 2.1** – A condição do produtor de acordo com a área do estabelecimento e o número de estabelecimentos.

<b>Condição do produtor</b>	<b>Área de Estabelecimento (ha)</b>	<b>Número de Estabelecimentos (und)</b>
<b>Arrendatário</b>	Não disponível	1
<b>Assentado</b>	Não disponível	2
<b>Ocupante</b>	535	223
<b>Parceiro</b>	463	150
<b>Produtor sem área</b>	134	30
<b>Proprietário</b>	34.635	3.092
<b>Total</b>	<b>35.767</b>	<b>3.498</b>

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

A média aritmética da área dos estabelecimentos é de 10, 22 ha, enquanto que o INCRA, para o município, define o valor mínimo da área de apenas 01 módulo fiscal em 20 ha. Como a legislação brasileira define que quem possui área de terra com dimensão entre 1 à 4 módulos fiscais são classificados como agricultores familiares, os dados revelam a extensão e abrangência da minifundiarização no município. O tamanho das propriedades dos entrevistados não ultrapassavam 5 ha, bem inferior a área média para os estabelecimentos rurais no município. A minifundiarização é evidenciada como um desafio para a preservação das Áreas de Preservação Permanente (APPs), topo de morros e nascentes e para estabelecimento e permanência das famílias, conforme relatos:

“Preciso plantar cacau na minha nascente, com água boa, minha área é muito pequena” (Alaíde, 43 anos, Agricultora Familiar)

“Como nossa terra é pequena nossos filhos precisam também trabalhar na cidade, prestando serviço” (Maria, 54 anos, Agricultora Familiar)



**Tabela 2.2** – A condição legal do produtor de acordo com a área do estabelecimento e o número de estabelecimentos.

<b>Condição Legal do Produtor</b>	<b>Área de Estabelecimento (ha)</b>	<b>Número de Estabelecimentos (und)</b>
<b>Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas</b>	1131	192
<b>Propriedade Individual</b>	34031	3285
<b>Sociedade anônima</b>	55	15
<b>Total</b>	<b>35217</b>	<b>3492</b>

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Esse processo de minifundiarização faz com que os Agricultores produzam próximas as nascentes, que são áreas que devem ser preservadas permanentemente. Durante as entrevistas, percebeu-se a preocupação com os recursos hídricos, apesar do alto índice pluviométrico 1.750 mm (PTDRS, 2010), algumas comunidades têm nascentes secas devido ao desmatamento e precisam construir cisternas escavadas para suprimento das atividades da UPF.

Segundo entrevistados, muito dos desmatamentos de nascentes são de responsabilidade dos grandes produtores do município, os agricultores familiares são orientados pela FASE a preservar os recursos hídricos para garantir a sustentabilidade.

Durante a pesquisa de campo, entrevistaram-se agricultores de 04 (quatro) comunidades, São Francisco, Paó, Calumbi I e Campo de Aviação, tidas pelo SINTRAF com regiões potenciais para identificar os agricultores de base ecológica. Na comunidade do Calumbi I, que dista a aproximadamente 2 km do centro urbano, além das atividades produtivas que resultam em impactos desfavoráveis na conservação dos recursos hídricos, tem nascentes sendo poluída pelo conjunto habitacional, do Minha Casa Minha Vida da cidade, que está no meio rural e não tem saneamento básico.

Além do reduzido tamanho das propriedades, o relevo predominante do município tem declive acentuado, o que dificulta utilização racional do solo, o uso de acordo com a capacidade suporte e a mecanização das áreas produtivas. De acordo com o Censo Agropecuário o município possui 27 tratores em 24 estabelecimentos agropecuários.

Apesar da declividade acentuada as propriedades que fazem a utilização do preparo do solo adotam em sua maioria o preparo convencional do solo (Tabela 2.3), que é uma forma de cultiva mais degradante ambientalmente. Os agricultores de base ecológica, não utilizam tratores no preparo de solo, mas roçadeiras manuais e enxadas para fazer a roçagem e controle de plantas espontâneas perceberam-se também uma substituição gradativa dos adubos químicos por orgânicos. “Antes utilizávamos o adubo químico, agora aprendemos e estamos fazendo a compostagem com produtos orgânicos e também utilizamos adubos misturados (resto de banana com cloreto)”, afirmou Maria (54 anos, Agricultora Familiar).

**Tabela 2.3** – Os sistemas de preparo do solo utilizados no município de Presidente Tancredo Neves relacionados com os números de estabelecimentos.

<b>SISTEMA DE PREPARO DO SOLO</b>	
<b>Tipo de preparo</b>	<b>Nº de estabelecimentos</b>
<b>Convencional (Aração + Gradagem)</b>	154
<b>Mínimo (gradagem)</b>	5
<b>Plantio Direto</b>	31
<b>Total</b>	<b>190</b>

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

O processo da compostagem envolve a participação dos membros da família, na coleta e separação dos elementos que compõe o adubo orgânico (restos de cultura), na realização dos cortes e no monitoramento do composto.

Os solos tropicais, como é o caso do município, devem passar por um processo de preparo do solo diferenciado do tradicional modelo importado das zonas temperadas<sup>31</sup>, principalmente em regiões de declividade acentuada, em sua maioria, não ou pouco agricultáveis. Segundo Primavesi (2002), não é o clima quente que reduz a produtividade, mas o manejo errado dos solos, que deve ser protegido do sol para evitar aquecimento exagerado.

<sup>31</sup> No processo de modernização, muitas tecnologias foram importadas das regiões de zonas temperadas, sem estudos ou adequação, nesses locais, devido às baixas temperaturas, o solo deve ser exposto o máximo ao sol, para receber calor. Sobre o manejo de solos tropicais. Ver Primavesi (2002).

Nas propriedades visitadas perceberam-se os solos cobertos pela vegetação rasteira e cobertura morta, aspecto relacionado com o policultivo incentivado pelos técnicos da FASE. “Antes das formações plantava apenas cacau, depois com os projetos comecei a criar suínos, agora estou produzindo aves e hortaliças também”, afirmou Maria 54 anos, (Agricultora Familiar).

O policultivo é importante no modo de produção, estimula que os membros das famílias colaborem com a UPF de acordo com as habilidades e aptidões.

No município não existe um plano de manejo que contribua para a utilização racional dos solos, de acordo com a tabela 04, 13.954 ha são destinados às lavouras e 11.844 são destinados às pastagens o que equivalem a 72% da área que possuem práticas inadequadas do solo resultando numa variação dos recursos naturais com graus variados de degradação ambiental, principalmente em função do desmatamento. Atualmente o município, que está inserido no bioma mata atlântica, apresenta aproximadamente 23% de matas e ou florestas<sup>32</sup> (Tabela 2.4).

**Tabela 2.4-** A forma de utilização da terra relacionada a quantidade de área e ao número de estabelecimentos.

Utilização das Terras	Área (ha)	Nº de estabelecimentos
<b>Construções, benfeitorias ou caminhos</b>	270	626
<b>Lavouras</b>	13954	4777
<b>Matas e/ou Florestas</b>	8442	1084
<b>Pastagens</b>	11.844	970
<b>Sistemas agroflorestais</b>	473	181
<b>Tanques e lagos</b>	106	100
<b>Impropriáveis para a Agricultura</b>	499	214

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

A pressão demográfica empurra os agricultores para terrenos de elevada declividade que não deveriam ser utilizados. Nascentes e cursos de água estão comprometidos por pastos e plantios excessivamente próximos, além da contaminação por agrotóxicos utilizados pelos proprietários monocultores que coexistem como vizinhos e meeiros nas áreas de Agricultores

<sup>32</sup> Para construção desse dado houve uma junção de três variáveis referentes a mata pelo IBGE descritas a seguir: Florestas Plantadas com Essências Florestais (15 ha); Naturais (5943 ha) e Naturais destinadas à preservação permanente e a reserva legal (2484 ha).

Familiares, no entanto, parte da degradação pode ser atribuída à utilização de práticas agrícolas inadequadas. “A nossa nascente está preservada, nos cursos eu aprendi a importância de não desmatar e não utilizar agrotóxico”, afirmou Joaquim (23 anos, Agricultor Familiar).

Os níveis de renda alcançados pela população em geral é bastante precário sendo bastante expressivo o contingente de pessoas beneficiárias de programas governamentais de transferência de renda. A população que vive e trabalha no meio rural apresenta os piores indicadores. Segundo dados do censo demográfico (IBGE, 2010) 3.380 domicílios tinham renda mensal inferior ao valor de um salário mínimo e cerca de 3.541 famílias eram beneficiárias do Bolsa Família. O programa foi indicado como importante para dar suporte às ações sócioprodutivas dos agricultores familiares de base ecológica.

A produção agropecuária é constituída de animais de pequeno porte como aves e outras aves (Tabela 2.5) criada em pequenas quantidades, em muitas propriedades produzidas no quintal pela família não sendo também difícil encontrar criatório de suínos. Estes animais são preferencialmente destinados à alimentação das famílias, e são comercializados na própria comunidade ou em mercados locais.

**Tabela 2.5** - A produção pecuária do município, relacionando o número de cabeça com o número de estabelecimentos agropecuários.

<b>Animais</b>	<b>Nº de cabeças</b>	<b>Nº de estabelecimentos agropecuários</b>
<b>Aves</b>	42000	1722
<b>Asininos</b>	1218	997
<b>Bovinos</b>	9773	370
<b>Caprinos</b>	64	7
<b>Equinos</b>	665	314
<b>Muare</b>	680	487
<b>Outras aves</b>	509000	61
<b>Ovinos</b>	225	9
<b>Suínos</b>	1171	366
<b>Total</b>	<b>564796</b>	<b>4333</b>

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Para o público entrevistado o desenvolvimento das criações para comercialização foi motivada pelos Projetos da FASE - BA e do SINTRAF - PTN. Os suínos eram criados presos embaixo da árvore e os resíduos gerados eram lançados no meio ambiente, procedimento que

permanece em algumas propriedades que não foram beneficiadas com os projetos da FASE. Em outras propriedades visitadas, os animais são criados presos e os dejetos são captados em tanques de decantação, sendo utilizados como adubos para as produções vegetais. No caso das aves, muitos ainda criam soltos pelos quintais, o grupo de mulheres possui uma produção coletiva.

No município a produção agrícola é mais expressiva, para a produção de banana com 11.368 toneladas, tendo 1.692 estabelecimentos produtores<sup>33</sup>, a mandioca vem em 2º lugar com 5.396 toneladas produzida por 1.288 rurais, no entanto devido a inserção no mercado e as questões geográficas possui uma proximidade com aspectos de segurança e consumo do ambiente urbano. Das lavouras permanentes mapeadas pelo IBGE foram identificadas, as seguintes culturas banana, café e laranja totalizando uma quantidade produzida de 12.727 toneladas em 1.851 estabelecimentos agropecuários (Tabela 2.6).

**Tabela 2.6** - A produção da lavoura temporária relacionando o número de estabelecimentos agropecuários, a quantidade produzida e o valor da produção.

<b>Lavoura Temporária</b>	<b>Nº de estabelecimentos</b>	<b>Quantidade produzida (ton)</b>	<b>Valor da produção (R\$)</b>
<b>Cana-de-açúcar</b>	9	2	1.000,00
<b>Feijão de cor</b>	75	13	13.000,00
<b>Feijão fradinho</b>	71	7	8.000,00
<b>Mandioca</b>	1.288	5.396	769.000,00
<b>Milho</b>	87	23	7.000,00
<b>Total</b>	1.530	5.441	798.000,00

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Em algumas comunidades, registram-se o cultivo de cravo, ou guaraná produzido consorciado com o cacau e com banana. Mesmo dispondo de pouca área para trabalhar, as famílias agricultoras conseguem manter certa biodiversidade, com plantios consorciados de diferentes espécies apesar da predominância das culturas de cacau, da banana, e da mandioca cuja comercialização é a sua principal fonte de renda monetária.

A comercialização acontece principalmente na propriedade a partir de intermediários, principalmente o cacau que é comercializado antes da colheita dos frutos, não existe cooperativa que organize esse processo. No caso da mandioca existe a Cooperativa de

<sup>33</sup> Na realização do Censo Agropecuário de 2006, foi considerado estabelecimento produtor de lavoura permanente (banana, café, laranja dentre outras) aqueles que tivessem uma quantidade superior a 50 pés da cultura na propriedade rural.

Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves (COOPATAN) que foi fundada em 18 de julho de 2000.

A cooperativa possui uma fábrica de farinha mecanizada, com controle de higiene e adoção tecnologias limpo, com o uso de fruteiras decadentes nos fornos e tratamento de resíduos. Atualmente, a farinha produzida de marca Coopatan está sendo comercializada nas redes GBarbosa (Bahia e Sergipe), Bompreço (Bahia e Sergipe) e Ebal (Bahia). Em 2010, a rede Walmart (Bompreço) ampliou a parceria com a Coopatan para comercialização de hortifrutis. Os consumidores passaram a encontrar nas lojas, além da farinha de mandioca, produtos como banana, aipim, abóbora e abacaxi.

Para permanência e sobrevivência da família os agricultores familiares de base ecológica utilizam várias estratégias, nos processos produtivos e organizativos. Os impactos ambientais existentes nas comunidades se manifestam, na escassez e poluição de nascentes, degradação dos solos e no declínio da produtividade, processo que resulta na falta de perspectiva na produção rural e afastamento dos sujeitos do campo.

### **3. OS AGRICULTORES ECOLÓGICOS E AS SUAS ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO CAMPO**

Os agricultores familiares de base ecológica no município de Presidente Tancredo Neves, são aqueles que têm alguma atuação de preservação dos recursos naturais, e demonstraram diferentes frentes de atuação, algumas motivada pela rede de atuação da FETRAF – BA, outros a partir da percepção de que uso exacerbado do solo tem resultado na diminuição da produtividade e das nascentes.

Durante as visitas as propriedades, foram identificados vários problemas oriundos das práticas inadequadas de manejo do solo, da água e das matas. Segundo relatos de alguns entrevistados, quando chegaram à propriedade já existia plantio de cacau e cravo, indício de desmatamento que resultou em declínio da produção, estimulando a mudança na forma de produzir.

Alguns dos entrevistados afirmaram que o desmatamento foi anterior ao seu estabelecimento na comunidade, “não conheci mata nativa da região, quando chegamos já estava desmatado, só tinha cacau”, afirmou Alaíde (43 anos, Agricultora Familiar). Esse processo de degradação tem resultado em graves problemas socioambientais, onde a

propriedade familiar reduz drasticamente sua produtividade. Sobre esses impactos ocasionados pelo próprio homem afirmou José de Souza Martins

A natureza mediadora da constituição do humano também foi capturada: hoje está posto o problema da natureza segunda, criada pelo próprio homem, voltada contra ele – uma natureza que não se humaniza nem liberta o homem de limitações e reduções. (MARTINS, 2008, p. 99).

Os pacotes tecnológicos oriundo da Revolução Verde<sup>34</sup> reduziram a complexidade existente da população do campo. Segundo Pires (2007), com setorialização das Políticas Rurais o mundo rural ficou reduzido a um espaço de produção de alimentos e de fibras.

Este “pacote tecnológico” intensificou a pobreza, o desemprego, as questões ambientais, a violência e, conseqüentemente, a fome. Nesta concepção o conhecimento tradicional dos agricultores e agricultoras é negado. Segundo Caporal (2004), essa é uma forma inadequada do extensionista, que deve ter o papel de articulador, levando também outros serviços a esse público, como acesso a políticas públicas de saúde, educação e crédito que propiciam a esses indivíduos do campo qualidade de vida.

Nas comunidades visitadas percebe-se um processo de ressignificação do UPF, busca-se a valorização dos produtos locais, “na roça se produz melhor, não tem veneno, a comida é sadia, tudo fica melhor, o adubo é produzido aqui” (Luiz, 52 anos, Agricultor Familiar). A partir desse relato percebe-se o cuidado com a alimentação saudável da família, a temática de segurança alimentar é bastante explorada pela FASE durante os dias de campo.

Em muitos espaços como feiras, dias de campo e oficinas, percebeu-se uma preocupação com a superação das dificuldades oriundas da baixa fertilidade e do manejo dos terrenos acidentados, e com a aquisição de tecnologias apropriadas para atender as especificidades desse tipo de região, processo que ainda se configura como um desafio. As famílias no campo estão menores, é preciso técnicas para tornar as atividades produtivas mais satisfatórias, “a tecnologia a serviço dos interesses imediatistas do capitalismo tem provocado uma devastação sem precedentes na vida do planeta” (Valadão *et al*, 2006, p. 21).

Segundo Medeiros (2002), o paradigma tecnológico diante do sistema econômico, estabelecido a partir da década de 1980, caracterizou-se em um processo de inovação

---

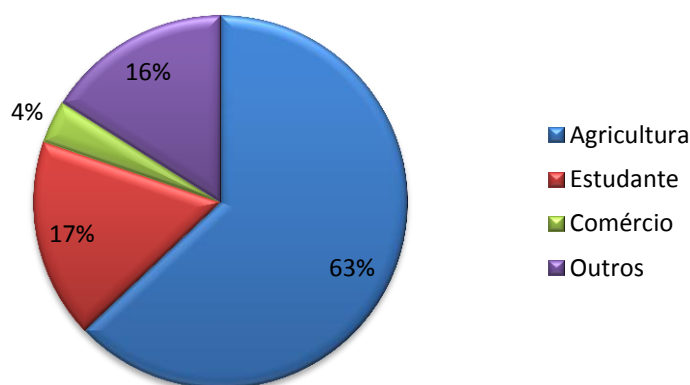
<sup>34</sup> Revolução Verde: processo de modernização do campo que estimulou a incorporação de sementes, insumos e mecanização sem levar em consideração as particularidades existentes no campo. Processo iniciado com os resíduos bélicos do pós-guerra, o argumento utilizado para disseminação dessas técnicas em massa foi resolver o problema da fome. No entanto resultou no aumento a concentração fundiária, a dependência de sementes modificadas, impactos ambientais irreversíveis e alterou significativamente a cultura da agricultura camponesa.

tecnológica que reduziu a possibilidade de inserção de grupos sociais cujos condicionantes de natureza socioeconômica transformam os processos em vetores de exclusão. Esse processo de inovação resultou no aumento da exclusão da classe trabalhadora do campo que em busca de melhores condições de vida ingressaram em mercado de trabalho explorador do homem e da natureza.

Dentre as estratégias de produção identificadas no município podem-se elencar várias ações concomitante muitas destas estimulada pelo SINTRAF/FASE. Nas atividades cotidianas da UPF, existe um resgate de práticas tradicionais vivenciadas pelos seus pais e avós, mas também técnicas que inovam os processos produtivos.

Enquanto aspecto de heterogeneidade das formas sociais identificou-se a inserção dos membros em atividades diversas, apesar de pelo menos um dos componentes familiares exercerem atividade fora da propriedade, o vínculo é mantido, os filhos retornam a UPF para ter refeições em família, e em alguns casos, auxiliam nos quintais durante os finais de semana.

### Principais Atividades



**Figura 2.1** – Principais atividades, desenvolvida pelos entrevistados e membros da família, em Presidente Tancredo Neves. (Pesquisa de Campo, 2015)

Na investigação das principais atividades desenvolvidas dos entrevistados e dos membros das famílias, percebe-se uma predominância dos membros na agricultura (63%), conforme o Figura 2.1, no entanto o desenvolvimento de atividades em outros setores, como



aposentadoria, prestação de serviço, diarista, gera outra fonte, revelando-se importante para promover a sustentabilidade da UPF no período da entressafra ou de declínio da produtividade. Apesar da necessidade de prestação de serviço externo a unidade de produção, dos entrevistados, os filhos ou maridos retornam no fim do dia ou aos finais de semana dependendo da distância para trabalhar na propriedade da família.

A busca por outros arranjos, resulta no estabelecimento de outras relações sociais, externas a comunidade de origem, de acordo com as necessidades das famílias. “Nem todas as relações sociais possui a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstância histórica” (MARTINS, 2008, p. 100).

A sobrevivência sempre foi algo intrínseco da agricultura de base familiar, no entanto para além, existe uma necessidade de dignidade no campo, com alimentos saudáveis, acesso a informação, infraestrutura, segurança e saúde. Buscam diversas formas de reprodução da vida sem romper com a propriedade rural. Segundo José de Souza Martins

O homem age sobre a natureza na atividade social para atender suas necessidades. Constrói relações sociais e concepções, ideias e interpretações, que dão sentido aquilo que faz e aquilo que carece. Reproduz mais também produz, isto é, modifica, revoluciona a sociedade, base de sua atuação sobre a natureza. Ele se modifica, edifica sua humanidade, agindo sobre as condições naturais e sociais da sua existência e, nesse movimento, sobre as condições propriamente econômicas. (MARTINS, 2008, p. 103).

Tradicionalmente a tentativa de reproduzir-se e superar-se frente aos desafios ambientais é evidenciada na fala dos entrevistados, o envolvimento da família é tão importante quanto o conhecimento de novas técnicas de criação e plantio,

“não queremos sair da roça, mas precisamos produzir com a ajuda da família” (Marta, 47 anos, Agricultora Familiar).

“o meu marido trabalha na roça e presta serviço como pedreiro, ajuda na manutenção da casa e também da roça” (Domingas, 57 anos, Agricultura Familiar).

“Eu quero estudar, mas não quero sair da roça, mas preciso ter oportunidades de trabalhar e produzir” (Mário, 21 anos, estudante e Agricultor Familiar).

O olhar fragmentado das questões ambientais tem as colocado em segundo plano, primeiro a sobrevivência, mas como sobreviver com a escassez dos recursos naturais? Durante as ações a questões ambientais estão presentes de forma transversais em várias atividades. Segundo Vieira (2002), as ações voltadas para a gestão ambiental ou ao desenvolvimento sustentável são até o momento, fragmentadas ou pouco capazes de assumir a complexidade de desafios.

Além da produção de alimentos e matérias-primas, o espaço rural é responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade), pelo patrimônio natural (paisagens), preservação das tradições culturais, pela produção de alimentos de qualidade e segurança alimentar.

Na Unidade de Produção Familiar do município,

a família toma as suas decisões tentando combinar da melhor maneira os recursos disponíveis que dependem, entre outros, das condições do meio ambiente, como também, do seu projeto futuro, dos preços, dos produtos, da ocorrência e de outras pressões externas que a condicionam a introduzir inovações no seu sistema de produção e consumo. (SCHMITZ, 2010, p. 44).

A adoção pela matriz tecnológica alicerçada em princípios agroecológicos aponta a busca por uma agricultura sustentável. A expressão de agricultura sustentável visa rendimentos duráveis em longo prazo com a adoção de tecnologias de manejo ecologicamente corretos, que atendam requisitos de solidariedade entre gerações atuais e destas para com as futuras (ALTIERI, 2000).

Salientando a necessidade de sustentabilidade ecológica de longo prazo, os sistemas de produção<sup>35</sup> devem atender alguns requisitos como a utilização racional de energia e recursos, incentivar a produção local de cultivos adaptados ao meio natural e socioeconômico; sustentar um excedente líquido desejável, preservando os recursos naturais, isto é, minimizando a degradação do solo; ter efeitos negativos mínimos no ambiente, preservar e recompor a fertilidade, prevenir a erosão e manter a saúde ecológica do solo; valorizar e conservar a diversidade biológica, tanto em paisagens silvestres quanto em paisagens domesticadas; garantiria igualdade de acesso a práticas, conhecimento e tecnologias agrícolas adequados e possibilitar o controle local dos recursos agrícolas (GLIESSMAN, 2000; ALTIERI, 2000).

---

<sup>35</sup> Sistemas de Produção – Um conjunto de ações que se relacionam nos processos produtivos das unidades de produção familiares. Na agricultura de base familiar o sistema de produção não pode pensar apenas no resultado econômico (produto final), mas na interação entre os produtos, recursos humanos e o meio ambiente.

Diante da complexidade existente na relação entre práticas agrícola e a relação com os recursos naturais surge a agroecologia enquanto ciência capaz de orientar estrategicamente a construção de desenhos e o manejo de agroecossistemas sustentáveis e processos de desenvolvimento rural sustentável. Para atender esse modelo agrário devem-se atender requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, considerar a participação política e empoderamento dos atores e resultados econômicos dentre outros aspectos também visualizáveis em longo prazo (CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

O agricultor de base ecológica tem uma relação com o espaço de produção para além do econômico, o resgate a forma tradicional de produção estimulada pelo modelo de produção ancorada em princípios agroecológicos e aspectos de multifuncionalidade reafirmam a capacidade de adaptação da Agricultura de base familiar no enfrentamento das questões ambientais,

(...) a convicção da grande capacidade de adaptação da Agricultura Familiar a contextos – econômicos, sociais, culturais e ambientais – distintos. Esta capacidade é o resultado, antes de tudo, das estratégias familiares de, em suas dimensões multifacetárias. (WANDERLEY, 2009, p. 15).

E a autora continua,

(...) apesar das condições extremamente precárias para exercício das atividades produtivas, as experiências de vida e trabalho desses agricultores são regidas pelas estratégias pessoais, familiares e comunitárias, essencialmente voltadas para valorizar os recursos produtivos disponíveis. (WANDERLEY, 2009, p. 61).

Diante da pluralidade desses sujeitos aspectos das novas ruralidades emergem nesse cenário onde a relação com a terra é vista como um modo de vida, e o campo se aproximam da cidade. Aspecto também valorizado pelos movimentos sociais do campo onde relações sociais de produção e de propriedade da terra são os norteadores centrais para atuação dos movimentos sociais do campo (GRZYBOWSKI, 1987).

A FETRAF em suas atividades tem reivindicado a adoção de tecnologias que facilitem o trabalho de campo, com respeito e resgate da tradição. Esse resgate e inovação devem ser orientados com base na produção agroecológica.

É perceptível a capacidade de adaptação da agricultura familiar no enfrentamento das questões ambientais, os agricultores além de proceder com as orientações da FASE nos

processos produtivos, criam estratégias a partir da realidade vivenciada na UPF. Segundo Maria de Nazareth

(...) a convicção da grande capacidade de adaptação da AF a contextos – econômicos, sociais, culturais e ambientais – distintos. Esta capacidade é o resultado, antes de tudo, das estratégias familiares de, em suas dimensões multifacetárias. (WANDERLEY, 2009, p. 15).

Em algumas propriedades visitadas, evidenciou-se o desafio existente no manejo dos recursos naturais, na deficiência de tecnologias específicas para atuar nesse bioma, é preciso criar estratégias diferenciadas,

(...) apesar das condições extremamente precárias para exercício das atividades produtivas, as experiências de vida e trabalho desses agricultores são regidas pelas estratégias pessoais, familiares e comunitárias, essencialmente voltadas para valorizar os recursos produtivos disponíveis. (WANDERLEY, 2009, p. 61).

Os agricultores, acompanhados pela FASE têm uma relação com o espaço de produção para além do econômico,

um agricultor com dupla orientação, que considera a razão técnico-econômica e ao mesmo tempo a questão ambiental, envolvendo outros elementos de ordem cultural ou subjetiva, isto é, um agricultor que tende a construir um projeto de vida segundo uma razão socioambiental ou eco-social. (BRANDENBURG, 1999, p. 264).

Nesse sentido, as mudanças não tenderiam a reorganizar a agricultura segundo um novo paradigma de mudanças, mas seriam; “uma forma de organização da produção que ao incluir elementos de outro padrão técnico de produção forma outro personagem na agricultura: o agricultor alternativo-sustentável” (BRANDENBURG, 1999, p. 264).

São muitas as estratégias produtivas e organizativas desses sujeitos. Com relação ao manejo dos recursos hídricos, a partir da comunidade a relação é diferenciada, na maioria casos existem as cisternas, com água bombeada até as casas, oriunda de lençóis freáticos, tem cisternas individuais, que atende só uma família e as comunitárias, que fornece água para 05 (cinco) famílias. Apesar do alto índice pluviométrico, existe uma escassez de água, a porção significativa dos agricultores, não fazem tratamento da água para consumo. Nas propriedades onde existe a participação do agente de saúde, adota-se a utilização de cloro para tratamento da água de consumo.

A água de consumo é a mesma água de produção, a limpeza ocorre a cada 3 (três) ou 4 (quatro) meses, em outras regiões, onde existem rios, a água é represada, em alguns casos existe a criação natural de peixes. No município muitas áreas de nascentes foram desmatadas, e algumas culturas foram plantadas no entorno e próximo. A contaminação das nascentes, é devido utilização de agrotóxico pelos agricultores que tem áreas maiores, alguns dos entrevistados também relatou o uso próximo as nascentes, “nós usávamos Roundup<sup>36</sup>, mas depois dos projetos, comprei uma roçadeira elétrica e não uso mais, só formicida de vez em quando” (Manoel, 23 anos, Agricultor Familiar).

Dos entrevistados a maioria utiliza a enxada e roçadeira elétrica para realização do serviço de limpa (roçagem). Esse serviço precisa da participação da família para não ser caro, a partir de contratação de serviço (diaristas) e desgastante quando é feita por apenas um membro. A partir da inserção SINTRAF/FASE, realizam-se oficinas e formação sobre compostagem em todas as comunidades, resultando em uma mudança na prática.

Não foram identificadas pragas e doenças significativas nas propriedades, exceto, as formigas, alguns ainda continuam utilizando os formicidas para controle, e no caso do ataque da vassoura de bruxa, não são considerados severos, retiram a parte atacada com podão ou manualmente, e enterram os restos de cultura.

A adoção de manejo alternativo para controle de pragas e doenças é comum e com facilidade os agricultores relatam algumas receitas ensinadas durante os processos de formação como: a utilização da pimenta, do cravo de defunto, a urina de vaca (piolho branco do cacau), folha de bananeira (controle do grilo nas hortaliças), manipueira ou água de tapioca (formiga), açúcar mais caroço (tampa o buraco dos formigueiros), calda de fumo, pimenta do reino com álcool, sal (lesmas).

A criação de galinhas de quintal, além de favorecer a segurança alimentar e gerar renda serve para fazer o controle biológico dos insetos. Na criação de pequenos animais as mulheres e filhas assumem mais responsabilidade, apesar da contribuição em outros setores da propriedade.

Durante o Dia de Campo, foram realizadas três experiências para controle de pragas, com base na luz, no cheiro e na cor. Nesse momento é ressaltando a importância de medidas preventivas e a participação integral da família, para execução das estratégias de produção ancorada em princípios agroecológicos.

---

<sup>36</sup> Herbicida que tem como princípio ativo o glifosato, que é sistêmico e não seletivo (mata qualquer planta). Para a saúde humana, pode causar danos aos sistemas cardiovascular, gastrointestinal, renal, nervoso e respiratório.

O plantio nas propriedades é predominantemente baseado no policultivo, com variedade de espécies animais (aves e suínos) e vegetais (cacau, cravo, banana, mandioca, caju, graviola, cupuaçu, laranja e limão, guaraná, manga, jabuticaba, goiaba, seringa, castanha, abacate, coco). Antes da inserção da FASE, alguns agricultores familiares de base ecológica, relataram a dificuldade de diversificação devido à minifundiarização, processo que foi reduzido devido às ações nos quintais e realização de algumas atividades coletivas. “Antes as hortaliças não eram cultivadas achávamos que não tínhamos área suficiente”, relatou Luzia (40 anos, Agricultora Familiar).

A possibilidade de produzir seu próprio alimento, algo que tinha se perdido em algumas regiões devido à monocultura do cacau, tem um novo significado, pois, melhora a autoestima dos agricultores. Afirmou Joaquim (Luiz, 52 anos, Agricultor Familiar), “as hortaliças orgânicas, são prioritariamente para o autoconsumo, o excedente é distribuído (comercializado) com os vizinhos, compro pouca coisa, mas ainda só produz no inverno”.

Esse agricultor, que possui uma família com 6 (seis) membros, em uma pequena, área ao lado da casa produz no inverno, cebolinha, alface, tomate, maxixe, acelga, repolho e couve. É um agricultor que explora e questiona as experiências realizadas nas oficinas e busca outras formas de produzir a partir dos meios de comunicação.

A preocupação com os dejetos é algo apresentado pelos entrevistados, principalmente para os produtores de suínos. Os resíduos eram lançados no meio ambiente sem nenhum manejo. Atualmente, os animais são presos em pocilgas, o esterco é coletado e reutilizado adequadamente, após tratamento nos tanques de decantação, como adubo.

Devido à predominância de SAFs nas propriedades, eles não identificam plantas espontâneas na produção e nos quintais, principalmente nas hortaliças, onde realizam o arranquio manual, e em alguns casos utilizam enxadas para redução dos cipós.

A maioria dos agricultores de base ecológica acredita que existe após a atuação do SINTRAF/FASE uma diferenciação na qualidade e na quantidade de alimentos produzidos, em algumas propriedades, o cacau era predominante exclusivo para comercialização, devido à facilidade. Houve incentivo no aumento da produção a partir da diversificação, a redução de insumos externos resultou no aumento da qualidade dos produtos, que se tornaram mais saborosos e com uma vida de prateleira maior, principalmente, o tomate, o pimentão e o coentro.

“O tomate produzido na roça sem produtos químicos é muito melhor, o comprado na cidade, às vezes está maduro por fora e verde por dentro, os daqui possui sabor e consistência muito melhor” (Manoel, 23 anos, Agricultor Familiar).

A produção das hortaliças na propriedade, para os Agricultores de Base Ecológica, é tida como uma garantia na produção de alimentos saudáveis para a família, principalmente para os produtos que são consumidos in natura, como as folhagens (couve, alface, acelga dentre outros).

A mudança da forma de produzir despertou os sujeitos do campo as preocupações ambientais e a associação deste com a produtividade do agroecossistema. Identificaram-se ações sócioprodutivas de um grupo de mulheres que se organizam, para confeccionar sabão, com os resíduos de óleo saturados gerado pelas famílias da comunidade, e fazer xarope com as plantas medicinais produzidas nos quintais. Outra ação coletiva desenvolvida é o viveiro para produção de mudas frutíferas que estimula e fortalece a organização das mulheres da comunidade na discussão de pautas específicas para o segmento.

A questão do desmatamento é algo muito problemático no município, identificou-se como estratégia a utilização de madeira a partir do “mato” que cresce no agroecossistema. No entanto esse processo resultou na degradação de nascentes e do solo.

Os agricultores de base ecológica, acompanhados pela FASE/SINTRAF são conscientizados sobre a importância do não desmatamento principalmente nas matas ciliares, entretanto, algumas nascentes são compartilhadas com outras propriedades que desmatam e utilizam agrotóxico no entorno das APPs. “Tenho nascente, do meu lado tem árvore, mas não posso utilizar da água, do outro lado está desmatado e usam agrotóxicos, já teve até denúncias”, relatou Manoel (23 anos, Agricultor Familiar).

Apesar das denúncias a Prefeitura Municipal, nenhuma medida na preservação dessas áreas é realizada. Durante a pesquisa pôde-se visitar o lixão que está ao lado de propriedades familiares rurais, descoberto e sem preparação, o chorume penetra pela terra (líquido que escorre dos lixos), levando contaminantes para o solo e os lençóis freáticos (Figura 2.2).



**Figura 2.2** - Foto com visão do aterro sanitário (lixão) do Município de Presidente Tancredo Neves, ao fundo da foto da esquerda pode-se identificar uma plantação. (Pesquisa de Campo, 2015)

Apesar da transição para a produção agroecológica dos agricultores familiares de base ecológica, devido ao uso de produtos químicos do entorno, dificilmente conseguirão o selo de produto agroecológico, processo que agregaria renda a produção gerada nas propriedades. Nesse sentido o poder público tem papel fundamental enquanto agente executor e fiscalizador das políticas ambientais que devem ser asseguradas aos sujeitos do campo.



### **CAPÍTULO 3 - AGRICULTURA FAMILIAR E ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS PARA O MEIO AMBIENTE**

Os custos ambientais associados ao modelo de desenvolvimento econômico são significativos, principalmente quando o sistema de controle ambiental não funciona adequadamente. Segundo Pelizzoli (1999), o período do pós-guerra, baseado no progresso, com o desenvolvimento econômico a partir da utilização dos recursos naturais indiscriminadamente, e regulados no livre mercado, resultou no desenvolvimento tecnológico e no aumento de contradições associadas à relação do homem com o meio ambiente.

Algumas das tecnologias criadas durante a Segunda Guerra Mundial, como os desfolhantes e outros tipos de agrotóxico, com incentivo do Estado, foram aproveitadas no processo de modernização da agricultura. Segundo Almeida (2009), com o advento da modernidade, acreditou-se que os processos oriundos da modernização eliminariam o subdesenvolvimento e a desigualdade, resultando na supervalorização de uma identidade moderna.

Segundo Tonneu (2007), apesar da política conservadora e desfavorável entre os anos de 1980 e 1990, o principal acontecimento para o meio rural brasileiro foi à permanência e fortalecimento da agricultura familiar devido ao apoio das políticas públicas, e dos movimentos sociais, que foram capazes de negociar instrumentos e políticas específicas para o segmento.

Historicamente, a produção familiar não teve acesso a políticas públicas mais alargadas voltadas para desenvolvimento sustentável, promotor de qualidade de vida, e permanência do homem do campo, alicerçadas em estratégias e infraestrutura de captação, conservação e uso de recursos hídricos. Segundo Maria de Nazareth Wanderley:

A capitalização do setor agrícola, as transformações tecnológicas dos processos produtivos e as exigências de integração agroindustrial eram objetivos que se impunham para adequar a oferta brasileira, tanto ao seu mercado interno, num momento de expansão da urbanização e da industrialização quanto às demandas externas. Em consequência disso seria legítimo o comprometimento do Estado, destinando recursos públicos para esta finalidade. (WANDERLEY, 2009, p. 10).

A canalização dos recursos destinados ao setor agropecuário para a agroindustrialização e mecanização do campo, resultou em uma valorização do segmento que possuía maior capital disponível (minoria dos sujeitos do campo). Dessa forma, a produção

familiar teve que sobreviver inserindo tecnologias não adaptadas à realidade e as necessidades das distintas condições edafoclimáticas, exaurindo solos e afetando mananciais.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), apesar de ter dado visibilidade ao público do campo, cuja predominância é de pequenos produtores rurais, a própria condição dos agricultores familiares, enquanto sujeito de direitos é cerceada pelo poder público, e pela estrutura de posse e distribuição de terras. Esses dois fatores têm forte incidência no bloqueio ao acesso à renda das famílias agricultoras familiares o que impacta negativamente na qualidade de vida.

O município de Presidente Tancredo Neves é marcado pela produção familiar, no entanto, existe um considerável afastamento das políticas públicas. Segundo a Superintendência de Agricultura Familiar do Estado da Bahia dos 2.855 estabelecimentos, são classificados como da Agricultura Familiar, no entanto apenas 1.310 possuem DAPs<sup>37</sup> ativas (SUAF, 2012). Atualmente, a DAP é o principal indicador de que agricultor familiar tem acesso à política pública específica para esse segmento, o fato de menos de 50%, ter a declaração, indica uma deficiência na aproximação do poder público principalmente no que concerne acesso a crédito e ao serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER).

Os impactos ambientais oriundos do meio rural foram também fruto das políticas públicas modernizantes e fragmentadas, tradicionalmente, essas políticas defenderam a agricultura patronal, apesar de ser minoria no Brasil, ter posse de uma maior extensão de terra, e ter renda mais alta. Tem ganhado mais destaque na esfera pública devido à expressividade do retorno financeiro, mensurado a partir do PIB<sup>38</sup>. A reprodução ampliada do capital resulta numa ampliação das contradições sociais (MARTINS, 2008).

Apesar da importância do estatuto de terras para orientar as políticas rurais, este documento só “contém a definição das políticas e dos instrumentos a serem acionados para fins de reforma agrária e do desenvolvimento agrícola; mas ele pouco esclarece sobre o modelo de agricultura e de agricultor que efetivamente queria gerar” (WANDERLEY, 2009, p. 47).

---

<sup>37</sup> DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) - É o instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

<sup>38</sup> PIB – Produto Interno Bruto - E representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um período determinado. É um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma região. Em 2014 representou entre 22,0% e 23,0% do PIB total da economia brasileira, com cerca de R\$ 1,1 trilhão. (www.agricultura.gov.br).

A emergência da necessidade de políticas específicas para esse grupo se torna mais evidente a partir do PRONAF na década de 90. Segundo Wanderley (2009), o PRONAF, trouxe uma ampliação do debate da sociedade a cerca dessa forma social de produção, desde a padronização da nomenclatura agricultura familiar.

As questões ambientais não devem ser abordadas como se o homem fosse dissociado do meio ambiente, é preciso se aproximar das práticas diárias, para que a preservação dos recursos naturais faça parte do cotidiano<sup>39</sup> dos sujeitos do campo,

(...) a descrença na História, uma renúncia à ideia de que o homem é o senhor da sua História, de que pode produzir o seu próprio destino. O interesse pela vida cotidiana se difunde como um dos componentes mais nítidos do ceticismo decorrente das desilusões que tem acompanhado a notável capacidade de autoregeneração da sociedade capitalista. (MARTINS, 2008, p. 51).

Os cuidados com as questões ambientais precisam fazer parte da rotina, se tornar um processo natural, espontâneo. Em alguns territórios rurais, a natureza é vista como um problema, criada pelo próprio homem, voltada contra ele, uma natureza que não se humaniza nem liberta o homem de limitações e reduções (MARTINS, 2008).

A partir das entrevistas percebeu-se que a preocupação com o meio ambiente faz parte do cotidiano, na organização da casa e na geração de resíduos sólidos, no cuidado para evitar a disposição de plásticos no entorno da propriedade, no manejo dos quintais e dos animais. ´

“A gente depende do meio ambiente, tem que cuidar, na casa não espalhamos lixo, fazemos compostagem e tem coisa que enterra, mas o plástico queima”. (Marta, 47 anos, Agricultora Familiar)

“A gente já fez muita coisa errada, desmatamos e usamos veneno, hoje já sabemos a importância do meio ambiente, agora é diferente e todo mundo da família tem que ajudar”. (Edite, 32 anos, Agricultora Familiar)

“Se não cuidarmos do meio ambiente, viveremos do quê”. (Mário, 21 anos, Agricultor Familiar).

---

<sup>39</sup> Alguns autores abordam a vida cotidiana, como os usos e os costumes, o ambiente da casa e do quarto o que é rotineiro ou repetitivo (Duby, Vainfas, Le Goff - ver Martins, 2008, p. 83). Nesse estudo, para a agricultura familiar, acredita-se que cotidiano é o que faz parte da rotina socioprodutivas (as atividades da casa, dos quintais, do local de produção).

Durante o Dia de Campo produzido pela FASE, evidenciou-se que a técnica da entidade, responsável pelo desenvolvimento da ação, aborda as questões ambientais, levando em consideração o cotidiano dos sujeitos, suas práticas tradicionais, e as atividades corriqueiras das residências. As orientações são necessárias para melhorar a vida dos agricultores, para tal, os aspectos produtivos, são ancorados em princípios agroecológicos. Percebeu-se que o cuidado com o desmatamento e o gerenciamento dos recursos hídricos foi bastante abordado.

No município de Presidente Tancredo Neves, enquanto política municipal foi identificada por 03 (três) dos entrevistados, a existência do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), avaliado como pouco eficaz. “Atualmente o conselho não tem sido atuante, está desarticulado, o atual gestor não tem interesse, enfrentamos sérios problemas com o lixo e com as mineradoras que estão acabando com o município”, afirmou Aline (40 anos, Agricultora Familiar e Liderança Sindical).

Apesar da participação do SINTRAF/PTN e da FASE, em espaços importantes, para discutir ações voltadas para a superação dos impactos ambientais, articuladas com as políticas municipais, como o Conselho de Meio Ambiente e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDRS), as políticas ambientais rurais, não consideraram as preocupações do dia-a-dia dos sujeitos que estão no campo. “Não há como tomar consciência de (novos) problemas e em consequência propor socialmente o delineamento do que pode vir a ser um novo conhecimento, sem que eles proponham, também de certo modo a consciência do homem comum.” (MARTINS, 2008, p. 84).

Não há reprodução do cotidiano sem reprodução das relações sociais. Os agricultores familiares de base ecológica têm a preocupação com o meio ambiente, como algo essencial para a sua permanência saudável no campo. E essa relação com os recursos naturais se consolida a partir das formações na comunidade, espaço em que os sujeitos (agricultores, agricultoras, jovens, técnicos, representação sindical), expõem suas impressões sobre a UPF com diferentes pontos de vista. Esses indivíduos são unânimes sobre a necessidade de produzir levando em consideração os aspectos ambientais. “Precisamos produzir com sustentabilidade, alimentos saudáveis para a nossa família” (Ester, 37 anos, Agricultora Familiar e Liderança Sindical).

Os problemas ambientais não são vistos como um fim, mas como um meio de produzir e gerar renda a partir da propriedade rural. A política ambiental independente da esfera (federal, estadual ou municipal) é pouco visível ou imperceptível. Dos 20 (vinte)

entrevistados, 13 (treze) identificaram alguma política ou ação ambiental no município, desses 10 (dez), fizeram menção a atividades promovidas pela rede de atuação da FETRAF-BA.

A FASE/SINTRAF discute aspectos ambientais durante os processos formativos (Oficinas, Dias de Campo). Dos entrevistados, 04 (quatro) relataram a participação em palestra realizada pelos técnicos sobre Meio Ambiente e Sustentabilidade. Todas vinculadas aos projetos de Geração de Renda, onde, são orientados a realizar o manejo sustentável da produção, proibindo o uso de agrotóxico e o desmatamento principalmente, nas áreas das nascentes. As orientações sobre o manejo do resíduo sólido estão relacionadas aos plásticos dispersos nas propriedades, processo que depende da participação de toda a família, entretanto, “os plásticos são juntados e queimados”, afirmou Alaíde (43 anos, Agricultora Familiar).

A partir do Governo Lula, percebeu-se uma aproximação maior da FETRAF de alguns órgãos, como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA). Na esfera estadual, houve uma aproximação com a Superintendência de Agricultura Familiar (SUAF), Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza (SEDES), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), dentre outras<sup>40</sup>. Todos esses setores da esfera pública abordam as questões ambientais direta ou indiretamente.

Essa rede de articulação, com o segmento público, indica que as lideranças dos agricultores familiares têm preocupação com o estabelecimento dos povos no campo, para tal, o debate sobre qualidade ambiental precisa estar presente. Os impactos ambientais negativos nas propriedades familiares resultam em perdas importantes em outros setores, por exemplo, redução do crédito agrícola, redução do apoio à reforma agrária e redução do apoio de ambientalistas aos agricultores familiares.

Na região analisada, os impactos ambientais relacionados aos recursos hídricos, são devido à poluição das nascentes, e redução dos volumes de água; e a contaminação e

---

<sup>40</sup> Na esfera estadual, a partir de janeiro de 2015, houve algumas mudanças na estrutura organizacional da administração pública e do poder executivo, descritas a seguir: a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza (SEDES), passou a denominar Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento (SJDHDS); Superintendência de Agricultura Familiar (SUAF), sai da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura (SEAGRI), e migra para a recém criada Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR; Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), é extinta e cria-se a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER).

degradação dos solos, devido à utilização indiscriminada de insumos inadequadamente, externos e sintéticos, e pelo preparo de solo inadequado. Segundo Aline (40 anos, Agricultora Familiar e Liderança Sindical), “tem no município uma lei que proíbe a utilização do adubo das aves sem tratamento, mas ninguém faz nada”. No município de Presidente Tancredo Neves não foi identificado campanhas de conscientização para preservação dos mananciais e conservação dos solos, nem fiscalização ou acompanhamentos das UPFs.

Entre os agricultores de base ecológica existe a demanda de crédito, específico para essa forma de produção. Houve relatos sobre a dificuldade de acessar o crédito que prevê a aquisição e o manejo alicerçado em princípios agroecológico. Segundo Ester (37 anos, Agricultora Familiar), “é mais fácil conseguir crédito para comprar agrotóxico pra acabar com o mato do que para comprar uma roçadeira manual elétrico, que facilita muito, o trabalho da roçagem e agride menos o solo”.

Apesar de várias ações da FASE/SINTRAF que abordem as questões ambientais, e de haver a participação direta do sindicato no Conselho de Meio Ambiente, não existe uma articulação na temática ambiental entre a instituição sindical e o poder público. Os agricultores familiares de base ecológica, o movimento social e os órgãos do governo, acabam executando ou sendo atingido pela política vinda do governo federal/estadual/municipal sem ter tempo para refletir sobre o que está sendo feito.

O movimento sindical recebe bem o fato de que agora existem mais recursos disponíveis para os agricultores familiares, mas não analisa em detalhes, a adoção de um modelo de desenvolvimento que, está levando um número considerável de agricultores ao manejo inadequado dos recursos naturais, nesse aspecto, a parceria consolidada com a FASE é de fundamental importância para materializar essa política com os agricultores de base ecológica.

Atualmente o governo federal reconhece as problemáticas oriundas da relação entre as atividades sócioprodutivas e o meio ambiente, e a importância de construir políticas que integrem os sujeitos, para que se tenha uma produção mais sustentável, conforme descrito no site do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O atual modelo de desenvolvimento rural e agrícola do Brasil está passando por uma transição. O grande desafio é superar a dicotomia entre produção e proteção ambiental, por meio da integração dos objetivos e instrumentos das políticas ambientais e agrícolas dentro do marco geral do desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2015).

Apesar da constante discussão dos movimentos sociais sobre o modelo de desenvolvimento necessário para a agricultura familiar, menos excludente e degradante, o desenvolvimento ainda continua voltado a um modelo de progresso tecnológico. A ideia principal das políticas ambientais rurais está relacionada aos retornos econômicos.

Nesse processo a rede atuação FETRAF no município tem buscado ações, que promovam o desenvolvimento sustentável, ancorado na Agroecologia, mesmo que em alguns casos seja de caráter experimental. Após décadas de orientação técnica ancorada em um modelo tradicional de produção, alguns agricultores precisam ver exemplos reais na própria comunidade.

Segundo o site do MMA (2015), suas políticas estão estruturadas a partir de programas voltados para a recuperação, conservação e sustentabilidade, em diversas áreas ambientais. Os destaques são para o **Cadastro Ambiental Rural (CAR)**, para todas as propriedades rurais que adequem as Leis do Código Florestal; o **Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa)** e o **Bolsa Verde**, que estimula a conservação dos recursos naturais em reservas extrativistas, florestas nacionais e assentamentos; e o **Programa Água Doce**, que fornece água potável para comunidades do semiárido. Além disso, o MMA desenvolve programas ligados ao combate à desertificação, à educação ambiental e ao zoneamento ecológico econômico.

No levantamento das políticas e programas disponíveis nas esferas estadual e federal, através do site do MMA e da Secretaria de Meio Ambiente do estado da Bahia, documentos institucionais disponíveis na internet e leis, foram identificadas 10 (dez) políticas e programas ambientais que deveriam estar presente no município de Presidente Tancredo Neves (conforme tabela A.2 localizada no apêndice). São 06 (seis) na esfera federal, 03 (três) no estado e 01 (uma) prevista pelo governo federal e estadual.

Específicos para agricultura familiar, localizada no bioma da mata atlântica que, regula o fluxo dos mananciais hídricos, assegura a fertilidade do solo, controla o equilíbrio climático e protege escarpas e encostas das serras, além de preservar um patrimônio histórico e cultural (BRASIL, 2015). Identificaram-se alguns programas e ações específicos para esse público como:

- ✓ **Programa de Educação Ambiental para a Agricultura Familiar**, que visa à adoção de práticas sustentáveis na agricultura familiar e no manejo dos territórios rurais por meio de práticas educativas. Esse programa é resultado da reivindicação dos movimentos de agricultores e agricultoras familiares ao

Governo Federal, realizada no Grito da Terra 2009 e outras manifestações, que apontaram a fragilidade da Educação Ambiental no contexto rural;

- ✓ **Apoio à agricultura familiar em bases sustentáveis**, que financia projetos em conjunto com outros setores governamentais, como, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA que viabilizaram, por exemplo, a integração entre o fomento ambiental à projetos e a implementação de políticas de fortalecimento da agricultura familiar.

Os agricultores familiares de base ecológica que levantam preocupações principalmente sobre o manejo dos recursos hídricos e o impacto do uso de agrotóxicos para os solos e os mananciais, vivenciam as problemáticas inerentes do depósito inadequado de resíduos sólidos.

No município como já relatado, a política ambiental não reflete as necessidades dos agricultores familiares de base ecológica. Entretanto a rede de atuação da FETRAF-BA tem fomentado discussões sobre a disposição de resíduos no entorno da comunidade do Campo de Aviação (lixão municipal), e os impactos desses dejetos nas proximidades das nascentes e das pessoas da comunidade. Durante as atividades são feitas orientações sobre a gestão dos resíduos sólidos, onde, os agricultores são lembrados da necessidade de fazer o depósito adequado do lixo, evitando o entorno das residências e a separação de plásticos dos resíduos orgânicos que são utilizados na confecção de adubos.

A implantação do Programa Gestão Ambiental Compartilhada do Governo do Estado da Bahia que apoia à descentralização da gestão pública do meio ambiente, e tem como principal objetivo apoiar os municípios baianos, individualmente ou através de consórcios territoriais de desenvolvimento sustentável, visa à adequação de estruturas municipais de meio ambiente tendo em vista o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Resolução Cepam nº 4.327/13<sup>41</sup>). Para participar do programa o município precisa formalizar que possui órgão ambiental capacitado, conselho de meio ambiente formado legalmente e atuante e o nível de licenciamento que o município pretende assumir. Dessa forma,

Considera-se órgão ambiental capacitado, para efeitos do disposto nesta Resolução, aquele que possui técnicos próprios ou em consórcio, bem como outros instrumentos de cooperação que possam, nos termos da lei, ceder-lhe pessoal técnico,

---

<sup>41</sup> Dispõe sobre as atividades de impacto local de competência dos Municípios, fixa normas gerais de cooperação federativa nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente e ao combate da poluição em qualquer de suas formas, conforme previsto na Lei Complementar nº 140/2011, e dá outras providências.



devidamente habilitado e em número compatível com a demanda das ações administrativas de licenciamento e fiscalização ambiental de competência do ente federativo. (BAHIA, art. 5, 2013).

Embora no município de Presidente Tancredo Neves, exista o Conselho de Meio Ambiente, as ações do poder público local é muito deficiente na organização, disponibilização de recursos e efetivação de políticas voltadas à preservação dos recursos naturais. As ações voltadas para discutir e problematizar as questões ambientais nas UPFs é promovido pela rede de atuação da FETRAF-BA.

Os espaços promovidos a partir da realidade local a FASE/SINTRAF estimula a participação dos jovens e mulheres vinculados a seus projetos a participar de eventos que discutam a Agroecologia e o Meio Ambiente. Durante o período da pesquisa foi identificada: Feira de Mulheres Agroecológicas, realizada no município de Camamu (BA), além das temáticas relacionadas a gênero foram discutidos a importância da produção de alimentos saudáveis para a família; Seminário de Agroecologia, realizado no município de Valença (BA); Caravana de Agroecologia, realizada no município de Conceição do Coité (BA), região semiárida, momento de intercâmbio, onde os agricultores puderam conhecer experiências produtivas exitosas que levam em consideração a temática ambiental e a convivência em regiões semiáridas; Encontro Nacional de Agroecologia, realizado no município de Juazeiro (BA), cujo tema era “Cuidar da Terra, Cultivar a Saúde e Alimentar o Futuro”.

Essas ações estimuladas pela rede de atuação da FETRAF-BA informa, forma e estimula os agricultores de base ecológica na superação dos impactos ambientais. “Assim a gente se anima, vê que é possível produzir melhor e garantir a sobrevivência dos filhos, na terra que é nossa vida”, afirmou Ester (37 anos, Agricultora Familiar).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A superação do desânimo e da descrença na propriedade rural é o primeiro passo para o estabelecimento das Unidades de Produção Familiar. Nesse sentido, os agricultores que residem nas propriedades rurais e vivenciam impactos ambientais cotidianamente, afirmam a importância do SINTRAF/FASE nas comunidades, na inserção de estratégias de produção e na promoção de espaços que discutam as diversas questões existentes no campo.

Ao escolher metodologicamente como público para compor esse trabalho, os agricultores Familiares sindicalizados ao SINTRAF; e os atendidos e/ou acompanhados por algum órgão ou entidade que prestem Assistência Técnica e Extensão Rural. Percebeu-se uma intervenção maior aos jovens e as mulheres, pois acreditam que, esses sujeitos são mais suscetíveis às mudanças das práticas convencionais para produzir ancorada em princípios agroecológicos. No caso dos jovens a intervenção surge com o intuito também de diminuir o êxodo rural e a marginalização no campo, aspecto que pode ser analisado com mais ênfase em um estudo posterior.

Para os Agricultores Familiares de Base Ecológica que se desafiam diante dos impactos ambientais, na manutenção e no estabelecimento das unidades sócioprodutivas. A produção de alimentos saudáveis é fundamental, sem agrotóxico, evitando ao máximo a adoção de insumos externos. Mas discutir temáticas como: gênero, violência no campo, saúde para os idosos, juventude, dentre outros. Aparece enquanto essencial para a permanência dos agricultores, cuja produção, é alicerçada na produção familiar, no campo.

Os agricultores familiares de base ecológica residentes no município de Presidente Tancredo Neves, revelaram a vontade de continuar no campo, para tal, necessitam de oportunidades de produzir e se reproduzir. Meios para estabelecer a unidade de produção, como também consolidar as relações familiares e comunitárias.

Esses agricultores demandam do SINTRAF – PTN, ações para os sistemas produtivos, e seus componentes, os jovens, as mulheres e para os idosos. Para esse público as questões sociais atreladas à produção está para além de uma questão de sobrevivência, o campo precisa ser atrativo e ser um ambiente de possibilidades para estudo e trabalho.

Apesar dos evidentes avanços, na organização de grupos de jovens e mulheres, na grande participação em assembleias, feiras, seminários. A massiva apropriação do conceito de sustentabilidade demonstrou ser um grande desafio. Para alcançar uma agricultura de fato

sustentável. “O produtor efetua o que ele chama um balanço entre trabalho e o consumo, isto é, entre o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família” (WANDERLEY, 2009, p. 139).

No desenvolvimento das suas ações junto aos agricultores de base ecológica, existe a orientação da rede de atuação da FETRAF-BA, no estabelecimento da produção ancorada em agroecossistema sustentáveis, diminuindo a dependência de insumos externos, e estimulando a produção de hortas nos quintais, para aumentar a segurança alimentar.

A adoção de princípios agroecológicos no desenvolvimento das atividades sócioprodutivas, resulta no fortalecimento das relações comunitárias, estimulam novas formas de comercialização alicerçada em princípios de solidariedade com criação de associações, grupos de produção e cooperativas.

As práticas sócioprodutivas realizada pelos agricultores de base ecológica, refletem a necessidade de manutenção do modo de produção familiar. Ou seja, no caso de uma possível crise há sempre uma alternativa de renda. Por exemplo, se o cacau sofresse com um ataque severo, como aconteceu com o sul da Bahia, onde a vassoura de bruxa, reduziu drasticamente a produção cacaueteira, o agricultor familiar não teria como sobreviver e superar esses impactos.

O cultivo consorciado para esses agricultores é fundamental. Devido a predominância de minifúndios, os policultivos ampliam a biodiversidade e favorecem o controle biológico, resultando, em conjunto com outras práticas, o aumento da produtividade em propriedades menores.

A forma de atuação da FETRAF-BA, estabelecendo redes, a partir de suas bases sindicais e de ONGs, proporcionam elementos político e técnico nas diversas atuações locais. Essa rede no município de Presidente Tancredo Neves, enquanto proponente, interlocutora e executora de Políticas Públicas Rurais têm enfrentado diversos desafios devido a infinidade de demandas existentes no local. Se não fosse a opção pela produção ancorada na matriz Agroecológica a questão ambiental seria pouco visível ou invisível pelos Agricultores Familiares de Base Ecológica.

A rede de atuação da FETRAF-BA foi avaliada enquanto fundamental na aproximação das estratégias de superação e confronto as problemáticas ambientais, utilizadas pelos agricultores no desenvolvimento das atividades produtivas, principalmente na preservação das nascentes, conservação do solo e da biodiversidade. Nos últimos 08 (oito) anos, apesar da atuação do SINTRAF/FASE, não existe uma visibilidade e reconhecimento das Políticas

Ambientais, aspecto que se deve também a falta de compromisso do poder público local que não tem apresentando propostas ou ações de preservação ambiental concretas no município.

Os movimentos sociais do campo, têm participação fundamental na interlocução de Políticas Públicas Rurais e na aproximação das estratégias de superação, e confronto as problemáticas ambientais utilizadas pelos agricultores, no desenvolvimento das atividades produtivas, no sentido de que esses atores reivindicam e articulam políticas públicas específicas para este público.

Com a inserção dos técnicos nos 08 anos houve uma mudança gradativa mas significativa da forma de produzir, que ainda está em processo, percebeu-se a interação entre os conhecimentos técnicos oriundos da academia e os saberes locais. Os agricultores ficam felizes em serem escolhidos, a partir da atuação conseguem perceber avanços e possibilidades na melhoria da qualidade de vida.

Na elaboração das políticas ambientais rurais, é preciso considerar as preocupações do dia-a-dia, é importante à participação dos sujeitos do campo que tem nos recursos naturais sua fonte de sobrevivência, é preciso uma dimensão crítica ancoradas em investigações e indagações.

É perceptível o afastamento das políticas públicas específicas para o meio rural, a população do campo tem sérios problemas em produzir levando em consideração os aspectos de sustentabilidade. O poder público local não investe recursos na promoção e implantação de políticas ambientais específicas para a realidade e nem canaliza ações existentes no governo federal e estadual.

As políticas ambientais rurais são pouco visíveis pelos sujeitos do campo, inclusive por alguns dirigentes sindicais, entretanto, várias ações promovidas pela rede de atuação da FETRAF/BA tem como princípio, a busca pelo Desenvolvimento Sustentável e Solidário no campo e a adoção da matriz tecnológica ancorada na Agroecologia, o que é fundamental.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ABREU, Lucimar Santiago de; KLEDAL, Paul; PETTAN, Kleber; RABELLO, Fernando; MENDES, Sérgio C. **Desenvolvimento e situação atual da agricultura de base Ecológica no Brasil e no estado de São Paulo**. Disponível em: < <http://orgprints.org/15897/1/15897.pdf> >. Acesso: 04.nov.2013, às 08:32min.

AGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre: Artmed. 2009.138 p.

ALONSO, Angela. **A definição de camponês**. Revista Lua Nova, São Paulo, n.76, p. 49 – 86, 2009.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura**: Tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2 ed. , 2009.

ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (Org.). **Agroecologia**: Práticas, mercado e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: \_\_\_\_\_. **O método nas Ciências Naturais e Sociais**: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998. p. 147 - 178.

AZEVEDO, Israel Belo de. **O prazer da produção científica**. 8. ed. São Paulo: Prazer de Ler, 2000.

BARBOSA, Vivian. **União que faz a diferença**: Instituto Direito e Cidadania (IDC) comemora cinco anos. Revista Odebrecht Informa, Brasília, ano 37, n.145, p. 34-37, nov./dez. 2009.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: Produzir e analisar dados etnográficos. Tradução de Henrique Caetano Nardi. Petrópolis: Vozes, 2007.

BISCAIA, Clarisse Iol. A Reforma Agrária planejada e realizada pelo Governo brasileiro desde a década de 80. In: AUED, Bernadete Wrublevski; PAULILO, Maria Ignez Silveira (Org.). **Agricultura Familiar**. Florianópolis: Insular, 2004.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura Familiar; ONGs e Desenvolvimento Sustentável**. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

BAHIA. **Projeto de Lei Nº 21.007/2014**. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Disponível em: <[www.al.ba.gov.br/docs/Proposicoes2014/PL\\_\\_21\\_007\\_2014\\_1.rtf](http://www.al.ba.gov.br/docs/Proposicoes2014/PL__21_007_2014_1.rtf)>. Acesso em: 18.abr.2015.

BAHIA. **Resolução CEPRAM nº 4.327, de 31 de outubro de 2013.** Dispõe sobre as atividades de impacto local de competência dos Municípios, fixa normas gerais de cooperação federativa nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente e ao combate da poluição em qualquer de suas formas, conforme previsto na Lei Complementar nº 140/2011. Disponível em: < [http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2014/09/11/14\\_42\\_00\\_629\\_Res.\\_CEPRAM\\_4327\\_DE\\_2013\\_Impacto\\_Local\\_DOE\\_3\\_de\\_dezembro\\_de\\_2013.pdf](http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2014/09/11/14_42_00_629_Res._CEPRAM_4327_DE_2013_Impacto_Local_DOE_3_de_dezembro_de_2013.pdf)>. Acesso em 05.mai.2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Brasília: MDA, 2004

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso: 30.out.2012.

BRASIL. **Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979.** Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Acesso em: 30.jun.2012.

BRASIL, Ministério em Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção.** Disponível em: < <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/Programadeagroecologia.pdf>>. Acesso: 04.nov.2015, às 09:28 min

BORDA, Orlando Fals. Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante.** São Paulo: Editora Brasiliense, 4. ed., 1984.

BULLOW, Marisa Von. **O Movimento Sindical Brasileiro nos anos 90.** Disponível em: < <http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2000/VonBulow.PDF>>. Acesso: 04.jul.2014, às 09:01

BERGER, Peter L. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1973.

CANUTO, João Carlos. **Bases conceituais da Agroecologia.** Disponível em: < [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CEkQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.territoriosdacidadania.gov.br%2Fo%2F1525069&ei=gm13UvfpPOTg2gXRYoHYAw&usg=AFQjCNGuHfXJ3LUn6V4skDjn-Fncu5W9OA&si\\_g2=yrVgsdOogaSJTBszz\\_ikbw](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CEkQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.territoriosdacidadania.gov.br%2Fo%2F1525069&ei=gm13UvfpPOTg2gXRYoHYAw&usg=AFQjCNGuHfXJ3LUn6V4skDjn-Fncu5W9OA&si_g2=yrVgsdOogaSJTBszz_ikbw)>. Acesso: 04.nov.2013, às 07:32min.

CASTILHO e SILVA, Carolina Braz de. **Pluriatividade e as relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul.** 2009. 115 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CAPORAL, Francisco. Roberto.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural:** Contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As Três Economias Políticas do Welfare State**. In: Revista Lua Nova, nº 24, p. 85-116, set. 1991.

FASE BAHIA. **Projeto Semear: Educação e Profissionalização dos agricultores familiares visando o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2006.

FASE. BAHIA. **Revista de Sistematização**: Projeto Territorial de geração de ocupação e renda para jovens agricultores familiares. Bahia, 2012.

FAVARETO, Arilson da Silva; BITTENCOURT, Gerson Luis. Agricultura e Sindicalismo nos anos 90 – Notas para um balanço. TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura Familiar: Realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 3 ed. 2001.

FELÍCIO, Jorge Munir. **Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão**. Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CDUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uel.br%2Fvistas%2Ffuel%2Findex.php%2Fgeografia%2Farticle%2Fdownload%2F6662%2F6010&ei=26StUtCZI8LmsASoLoAg&usg=AFQjCNFikDsZj2wjQM98VcdPElfSX1RygQ&sig2=cGm57xyQJLkD6\\_TpbrwvCA](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CDUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uel.br%2Fvistas%2Ffuel%2Findex.php%2Fgeografia%2Farticle%2Fdownload%2F6662%2F6010&ei=26StUtCZI8LmsASoLoAg&usg=AFQjCNFikDsZj2wjQM98VcdPElfSX1RygQ&sig2=cGm57xyQJLkD6_TpbrwvCA). Acesso em: 15.dez.2013 às 10h e 22min.

FETRAF-BA, Secretaria e Coordenação de Educação e Formação; FETRAF/BA, Assessoria de Comunicação. **As ações da FETRAF/BA na temática da Educação do Campo**. Revista da Formação por Alternância, Brasília, ano 6, n.11, p. 50-53, jul. 2011.

FETRAF-BA. Desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar no estado da Bahia. Apresenta informações gerais sobre a instituição. Disponível em: < <http://www.fetrafa.org.br> >. Acesso: 20 jun.2013.

FETRAF-BRASIL. **Projeto Caprichando a morada**: Construindo um ambiente saudável e sustentável. <S.I.: s.n.>

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 8. ed. 2012 (Coleção Questões da nossa época v. 37).

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, Salvador, v. 16, n.47, p. 439-455, mai./ago. 2011.

\_\_\_\_\_. **Teorias dos movimentos sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

\_\_\_\_\_. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Abordagens Teóricas no estudo dos Movimentos Sociais na América Latina.** Caderno CRH, Salvador, v. 21, n.54, p. 439-455, set./dez. 2008.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos movimentos sociais do campo.** Petrópolis: Vozes, 1987.

HORN, Carlos Henrique; COTANDA, Fernando Coutinho (Orgs.). **Relações de trabalho no mundo contemporâneo: ensaios multidisciplinares.** Porto Alegre: UFRGS, 2011.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: < [http:// cidades. ibge.gov.br/](http://cidades.ibge.gov.br/)>. Acesso: 06.jan.2014.

JESUS, Givaldo Santos de; COSTA, José Eloízio Costa. A agricultura familiar no agreste sergipano: o caso dos farinheiros do município de São Domingos. In: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; COSTA, José Eloízio Costa (Org.). **Territórios Rurais e Agricultura Familiar no Nordeste.** São Cristovão: Editora UFS, 2009.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEITE, Ivonaldo. **Movimentos Sociais no Brasil de Hoje.** Disponível: [http://www.ocomuneiro.com/nr01\\_11\\_movimentossociais.htm](http://www.ocomuneiro.com/nr01_11_movimentossociais.htm). Acesso: 05.jan. 2014

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: Cotidiano e história na modernidade anômala.** São Paulo: Contexto, 2008. 2.ed.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Ideologia Alemã** (Feuerbach). 11 ed. Tradução do alemão por José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec. 1999

MEDEIROS, J. X.; WILKINSON, J.; LIMA, D. M. A. O desenvolvimento científico-tecnológico e a Agricultura Familiar. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. **Inovação nas tradições da Agricultura Familiar.** Brasília: CNPq/ Paralelo15, 2002. p. 47-81.

MEIRELLES, Laércio. **Agricultura Ecológica e Agricultura Familiar.** Disponível em: < [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=13&ved=0CE4QFjACOAo&url=http%3A%2F%2Fwww.centroecologico.org.br%2Fartigo\\_download.php%3Fid\\_artigo%3D10%26tipo%3Dpdf&ei=sIN3UujCHaQ2QX\\_voDYAw&usg=AFQjCNGnip7d5JwZ9FHO2Xapz-DS88DgTQ&sig2=jiF91U1ip5fJ1XIsKfWgSw](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=13&ved=0CE4QFjACOAo&url=http%3A%2F%2Fwww.centroecologico.org.br%2Fartigo_download.php%3Fid_artigo%3D10%26tipo%3Dpdf&ei=sIN3UujCHaQ2QX_voDYAw&usg=AFQjCNGnip7d5JwZ9FHO2Xapz-DS88DgTQ&sig2=jiF91U1ip5fJ1XIsKfWgSw) >. Acesso: 04.nov.2013, às 09:45 min

MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil.** Brasília: IICA , 2011. vol.14 (série desenvolvimento rural sustentável)

MMA. Disponível em: <<http://www.ministeriodomeioambiente.gov.br/desenvolvimento-rural>. Acesso: 10.mai.2015.

OLIVEIRA, R. et al. **Ser mulher no meio rural: os arranjos matrimoniais.** Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/08/GT9-Rozilene-Coutinho-de-Oliveira.pdf>. Acesso: 20.jun.2013



PAESE, Raquel. A Constituição Brasileira de 1988 e a atuação dos sindicatos nos espaços de regulação do trabalho. Disponível em: < [http://www.dntemdebate.com.br/userfiles/file/artigos/PAESE-Constituicao\\_brasileira.pdf](http://www.dntemdebate.com.br/userfiles/file/artigos/PAESE-Constituicao_brasileira.pdf)>. Acesso: 08.jul.2014 às 12:00

PELIZZOLI, M. L. **A emergência do paradigma ecológico**. Petrópolis: Vozes, 1999.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; BRANDENBURG, Alfio. Sindicalismo da Agricultura Familiar, modelos de Desenvolvimento e o tema ambiental. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (Org.). **Agroecologia: Práticas, mercado e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

PIRES, André. **Ruralidades em Transformação: Agricultores, caseiros e moradores de condomínio**. São Paulo: Annablume, 2007.

Portal da Cidadania. Desenvolvido pelo Governo Federal. Apresenta informações sobre os territórios de Cidadania. Disponível em: < <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/>>. Acesso: 08.jan.2014.

POUPART, Jean. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean e et al. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

PRADO, Roberto Henrique do; WATANABE, Flávio. **Políticas de Meio Ambiente Ligadas à Agricultura Familiar**. (Série Políticas Públicas). Conceição do Araguaia: Atiorô, 2004.V. 2.

PRIMAVESI, Ana. **Manejo Ecológico do Solo: A agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: Nobel, 2002.

RAMALHO, Cristiano Wellington N. Ramalho. **“Ah, esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. São Paulo: Polis: Campinas: CERES, 2006.

RUSZCZYK, João Carlos. **Agricultura Familiar e de Base Ecológica, transição e estratégias de reprodução: redefinições e permanência nos olericultores de Rio Branco do Sul/PR**. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Curitiba: 2007. Disponível em: < [http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/12360/Vers%E3o\\_WEB\\_PDF.pdf?sequence=1](http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/12360/Vers%E3o_WEB_PDF.pdf?sequence=1)> . Acesso em: Acesso: 04.nov.2013, às 08:45min.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: Incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, André Souza dos. **Éducation et développement: le cas des écoles rurales de la région Du Cacao-Bahia-Brésil**. 2013. 360 f. Thèse de doctorat (Faculté de psychologie et des sciences de l'éducation) - Université de Genève , Genève, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 3º ed, 2000.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês**: a conceituação e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista Nera, Presidente Prudente, ano 8, n.7, p. 1-22, jul./dez. 2005.

SCHMITZ, H. Reflexões sobre métodos participativos de inovação na agricultura. In: SIMÕES, A. et al. (Orgs.) **Agricultura familiar: métodos e experiências de pesquisa - desenvolvimento**. Belém: NEAF/CAP/UFPa, GRET, 2001.

SEMA. Disponível em: [http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=PROGAC&p=GEST\\_AMB](http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=PROGAC&p=GEST_AMB)>. Acesso: 10.mai.2015.

SOTO, Wiliam Héctor Gómez. **A Produção do Conhecimento sobre o “Mundo Rural” no Brasil**: As contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar**: Realidade e perspectivas. Passo Fundo, 2001.

TOZONI-REIS, M. F. C. Pesquisa-ação-participativa: uma parceira construída pela identificação teórica e metodológica. In: TOZONI-REIS, M.F.C. (org.). **Pesquisa-ação-participativa em educação ambiental**: reflexões teóricas. São Paulo: Ana Blume, 2007.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Força Sindical**: Política e Ideologia no Sindicalismo Brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 1 ed., 2009.

VALADÃO; Adriana da Costa; et al. **Agroecologia**: A organização camponesa reconstruindo o sustento da vida e a transformação da sociedade. Curitiba: Editora Gráfica Popular Ltda, 2006.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2003.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo**: Guia Prático DRP. Brasília: MDA/Secretaria de Agricultura Familiar, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida**: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar e campesinato**: Rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n.21, p. 42-61, out. 2003.

\_\_\_\_\_. Raízes Históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar**: Realidade e perspectivas. Passo Fundo, 2001.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agroecologia**: Caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2012.

ZANETTI, Lorenzo. **O “Novo” no Sindicalismo Brasileiro: Características, Impasses e Desafios**. 1993. 181 f. Dissertação (Programa de Pós – Graduação em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.

## APÊNDICES

**Tabela A-** Caracterização dos entrevistados no município de Presidente Tancredo Neves.

Nº	Nome	Comunidade	Idade	Sexo	Etnia	Estado Civil	Quantidade de Membros da Família <sup>42</sup>
01	D.B.S.	Calumbi I	54	Feminino	Negra	Divorciada	02
02	M.R.S.	Calumbi I	59	Feminino	Negra	Casada	03
03	S.C.J.	Calumbi I	44	Feminino	Negra	Casada	03
04	N.N.S.	Campo de Aviação	23	Masculino	Negra	Solteiro	07
05	E.S.L.	Calumbi I	22	Feminino	Negra	Casada	03
06	J.S.J.	Calumbi I	30	Feminino	Negra	União Estável	03
07	R.S.N.	Calumbi I	40	Feminino	Negra	União Estável	04
08	E.J.L.	Calumbi I	47	Feminino	Negra	Casada	06
09	P.J.S.	Nova Esperança	21	Masculino	Negra	Solteiro	04
10	E.M.S.	São Francisco	32	Feminino	Negra	Casada	03
11	A.J.S.	Paó	23	Masculino	Branca	Solteiro	04
12	A.S.P.	Paó	23	Masculino	Branca	Solteiro	06
13	I.C.S.	Calumbi I	40	Feminino	Negra	Solteira	04
14	J.J.S.	Campo de Aviação	52	Masculino	Negra	Casado	05
15	G.R.S.	Campo de Aviação	76	Masculino	Negra	Casado	08
16	M.C.S.	Campo de Aviação	29	Feminino	Negra	Solteira	03
17	C.J.L.	Calumbi I	37	Feminino	Negra	Solteira	02
18	F.L.S.	Calumbi I	27	Feminino	Negra	Solteira	02
19	A.J.L.	Calumbi I	43	Feminino	Negra	Casada	04
20	A.B.S.	Calumbi I	57	Feminino	Negra	Casada	04

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

<sup>42</sup> Nesse item são contabilizados todos os membros da família, inclusive os entrevistados.

# B

**Nº do Questionário:**\_\_\_\_\_

## A POLÍTICA AMBIENTAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: A PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES ECOLÓGICOS

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

## 1. DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO

Nome:		
Endereço/Comunidade:		Município/Território:
Idade:	Sexo: ( )M ( )F	Estado Civil:
Etnia:	Contatos:	
( ) Branca	Telefones:_____	
( ) Negra		
( ) Indígena	Email:	

## 2. CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES E DA FORÇA DE TRABALHO

Obs.: Inserir na tabela inclusive os dados do responsável

[illegible]

## Códigos

Condição na Família	Escolaridade	Sexo
---------------------	--------------	------

1. Chefe 2. Cônjuge 3. Filho 4. Outro parente 5. Agregado 6. Pensionista	7. Empregado (a) 8. Parente do Empregado	1. Analfabeto 2. Sabe ler e escrever 3. Primário incompleto 4. Primário completo 5. Primeiro grau completo 6. Primeiro grau incompleto	7. Segundo grau completo 8. Segundo grau incompleto 9. Técnico 10. Superior completo 11. Superior incompleto	1. Masculino 2. Feminino
---	--	---	--	-----------------------------

### 3. Organizações e movimentos sociais que a família atua:

( ) Movimentos de luta pela terra

( ) SINTRAF

( ) Associação. Qual? \_\_\_\_\_

( ) Cooperativa. Qual? \_\_\_\_\_

( ) ONG. Qual? \_\_\_\_\_

( ) Outros. Qual (is)? \_\_\_\_\_

### 4. Participou de alguma formação (cursos, oficinas, encontros, seminários, dia-de-campo, congressos, intercâmbios dentre outras) oferecida pela FETRAF – BA/ FASE/SINTRAF na comunidade/região? Qual/is? O que achou?

---



---



---



---

### 5. Nos últimos 08 (oito) anos, houve mudanças nas formas de produzir? Qual/is? (Nesse ponto levar em consideração a utilização de insumos externos e a relação com o meio ambiente)

---



---



---



---

### 6. Como se dão as ações da família levando em consideração os seguintes aspectos:

6.1. Recursos Hídrico: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

6.2. Manejo do Solo: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

6.3. Cuidado com Pragas e Doenças: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

6.4. Controle de Plantas Espontâneas: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

6.5. Tratos culturais (Forma de Plantio): \_\_\_\_\_

---

---

**7. Existe diferenciação na qualidade dos alimentos produzidos? Quais?**

---

---

**8. Vocês conseguem identificar alguma política ambiental existente no município? Qual (is)?**

**Tabela C** – Algumas Políticas Ambientais disponíveis para a população situada no município de Presidente Tancredo Neves – BA.

	Esfera	Objetivo	Público Alvo	Área de Abrangência
Cadastro Ambiental Rural (CAR)	Federal	Regularizar ambientalmente as propriedades e posses rurais, a partir do levantamento de informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente (APP), Reserva Legal (RL), remanescente de vegetação nativa, área rural consolidada, áreas de interesse social e de utilidade pública, para assim traçar um mapa digital a partir do qual são calculados os valores das áreas para diagnóstico ambiental. (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012).	Propriedades Rurais	Território nacional
Bolsa Verde	Federal	Instituído pela Lei nº 12.512 (14 de outubro de 2011), visa incentivar a conservação dos ecossistemas e a participação dos beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, técnica e profissional. Concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental. O Programa representa um passo importante na direção de reconhecer e compensar comunidades tradicionais e agricultores familiares pelos serviços ambientais que prestam à sociedade. É destinado àqueles que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais em Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e	Ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais também podem ser incluídos no Programa, além de outras áreas rurais definidas por ato do Poder Executivo.	Território nacional



		Assentamentos Ambientalmente Diferenciados da Reforma Agrária		
Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar(PEAAF)	Federal e Estadual	Por meio do desenvolvimento de ações educativas, busca-se a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento da problemática socioambiental rural.	Agricultores Familiares	Território Nacional
Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)	Federal	Proporcionar os usos múltiplos das águas, de forma descentralizada e participativa, contando com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. Conhecida como Lei das Águas. Criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).	Toda a população	Território Nacional
Política Nacional de Recursos Sólidos (PNRS)	Federal	Proteger a saúde pública e a qualidade ambiental; Visa a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;	Toda a população	Território Nacional
Programa Nacional de Florestas	Federal	Articular as políticas públicas setoriais para promover o desenvolvimento sustentável, conciliando o uso com a conservação das florestas brasileiras.	Florestas Brasileiras	Território Nacional
Apoio à agricultura familiar em bases sustentáveis	Federal	Adequação de pequenas propriedades à preservação da biodiversidade, fomentando a produção agrícola em bases sustentáveis.	Agricultores Familiares	Bioma mata atlântica, cerrado, caatinga e Amazônia.
PRONAF Florestal	Estadual	Objetiva sensibilizar os produtores familiares à prática da silvicultura e dos sistemas agroflorestais, localizados em áreas prioritárias do bioma Mata Atlântica, voltado a recuperar áreas de preservação ambiental e estimular o reflorestamento com fins	Agricultores Familiares	Bioma Mata Atlântica.

		comerciais, visando à geração de emprego e o incremento da renda familiar por meio do uso múltiplo da pequena propriedade rural.		
Programa Gestão Ambiental Compartilhada	Estadual	Apoiar os municípios baianos, individualmente ou através de consórcios territoriais de desenvolvimento sustentável, para a adequação de suas estruturas municipais de meio ambiente tendo em vista Resolução Cepram nº 4.327/13.	Prefeituras Municipais	Estado da Bahia
Plano de Meio Ambiente	Estadual	Estabelecer, priorizar e orientar os Planos, Programas, Projetos e Ações de gestão ambiental no âmbito do Governo Estadual, propostos e compartilhados com a sociedade civil, a serem executadas direta ou indiretamente pela Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, ou seus órgãos e entidades, ou ainda por outras Secretarias de Estado e Órgãos de Administração Estadual.	Estado, Municípios e Sociedade Civil Organizada.	Estado da Bahia

Fonte: MMA, 2015; SEMA, 2015.



**Figura A** - Forma de plantio nas Unidades de Produção Familiares situadas no município de Presidente Tancredo Neves. (Pesquisa de Campo, 2015)



**Figura B** - Uma das vias de acesso as UPF (à direita); Vista externa de uma das UPFs (à esquerda). (Pesquisa de Campo, 2015)



**Figura C** - Aplicação do questionário; Aplicação do questionário com visita a UPF. (Pesquisa de Campo, 2015)



**Figura D** - Visão panorâmica de uma assembleia realizada no dia 01 de novembro de 2014. (Pesquisa de Campo, 2015)





**Figura E** - Produção de hortaliças nos quintais; O uso de casca de ovos para o controle de lagartas nas hortaliças. (Pesquisa de Campo, 2015)



**Figura F** - Produção de aves e suínos. (Pesquisa de Campo, 2015)



**Figura G** - Produção de aves semi confinados em uma UPF. (Pesquisa de Campo, 2015)



**Figura H** - Realização de intercâmbio com os Agricultores Familiares.  
(Pesquisa de Campo, 2015)

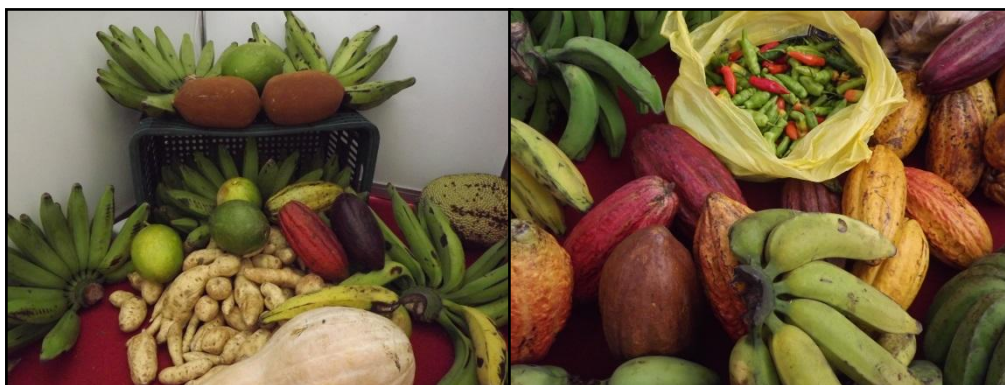


**Figura I** - Realização de intercâmbio com os Agricultores Familiares.  
(Pesquisa de Campo, 2015)



**Figura J** - Dia de campo com os Agricultores Familiares, promovido pela FASE em uma comunidade situada no município de Presidente Tancredo Neves. (Pesquisa de Campo, 2015)





**Figura L** - Produtos expostos do município de Presidente Tancredo Neves e do território Baixo Sul, durante a Feira da Agricultura Familiar (EXPOAGRIFAM), promovida pela FETRAF. (Pesquisa de Campo, 2015)



**Figura M** - Manifestações culturais existente no Território do Baixo Sul. Apresentação realizada durante a Feira da Agricultura Familiar (EXPOAGRIFAM), promovida pela FETRAF. (Pesquisa de Campo, 2015).



**Figura N** - Manifestações culturais existente no Território do Baixo Sul. Apresentação realizada durante a Feira da Agricultura Familiar (EXPOAGRIFAM), promovida pela FETRAF. (Pesquisa de Campo, 2015)





**Figura Q** - Município de Presidente Tancredo Neves. (IBGE, 2015)